



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura

FAMÍLIA SUBVERSIVA: MONOPARENTALIDADE MASCULINA ADOTIVA

Brasília

2024

Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Departamento de Psicologia Clínica
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura

FAMÍLIA SUBVERSIVA: MONOPARENTALIDADE MASCULINA ADOTIVA

Alexandre Staerke Vieira de Rezende

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, do Departamento de Psicologia Clínica, no Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica e Cultura.

Brasília, março de 2022

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APROVADA PELA SEGUINTE

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Carla Sabrina Xavier Antloga – Presidente

PsiCC/PCL/IP/UnB

Prof. Dr. Fauston Negreiros – Membro Titular

PED/PGPDE/IP/UnB

Profa. Dra. Valéria Deusdará Mori – Membro Externo

Psicologia/Faces/UniCeub

Prof. Dr. Fabio Iglésias – Suplente

PsiCC/PCL/IP/UnB

“Não sabendo que era impossível, ele foi lá e fez.”

Jean Cocteau

AGRADECIMENTOS

Começo assumindo que quando a vida é grande se torna impossível, por meio das palavras, conseguir transferir o tamanho das recompensas, das boas surpresas e do cuidado que recebemos gratuita e genuinamente.

Esta dissertação foi escrita por duas mãos, mas somente se tornou possível por meio das diversas e mais diversas mãos que trabalharam me fortalecendo, viabilizando e acreditando que seria possível. A lista, ao fim e ao cabo, seria infinita. Saiba que mesmo que seu nome não esteja aqui diretamente relacionado, mas você se reconhece no meu caminho, oferto, também, a você minha deferência e gratidão.

Agradeço a minha orientadora Carla Sabrina Xavier Antloga, colega, amiga e mestre. Reconheço que por sonhar grande, desejar e fazer, mesmo que o custo seja alto, ela, também, quer viver num mundo de justiça, de igualdade e de direito a ser autêntico e único. Foi sua sensibilidade, sua ética, seu cuidado, seu afeto e sua dedicação, mesmo com sua agenda atribulada de atividades porque segue sua missão (é necessário fazer e mover o mundo), ela nunca deixou de acreditar em mim. Foi ela que teve a ousadia de sugerir a mudança de tema e tocar minha alma profundamente gerando em mim uma força de produção maior do que já conhecia. Você para mim é uma mestra. Mestra porque não ensina aquilo que os livros podem dar; mestra porque reconhece a grandeza daqueles que passam e sabe instigar-lhes o que há de melhor para se tornarem acadêmicos e humanos. Sem palavras, tamanha minha gratidão.

Agradeço a todo o instituto de psicologia, principalmente a Antônio Marcolino, que herculeamente sempre, sempre, ajudou a cada aluno nos mais

diversos desafios acadêmicos. Agradeço a todos os professores que se desdobram para manter esta universidade pública em pé e com qualidade.

Agradeço aos meus alunos de estágio em psicologia clínica, Hugo Martins, Thatielle Tomm, Leyny Lopes, Esther dos Santos, Renata Gomes e Isabela Pucci; com vocês pude ter certeza do quanto amo ensinar e aprender; quanto o respeito e um olhar amoroso nos marca a trajetória e pode redefinir os rumos de nossa vida. Vocês serão sempre lembrados como companheiros, parceiros, ajudantes e, acima de tudo, como meus primeiros alunos.

Agradeço a William Boaventura, por ser meu auxiliar de pesquisa voluntário, por sua disponibilidade, generosidade, compromisso e acima de tudo por sua amorosidade e por me ajudar em tudo que podia para que conseguisse ter serenidade para a atividade e para que a labuta fosse menor.

Agradeço a Beatriz Duarte Vieira, minha amiga, colega e professora; você sempre me estimulou com seu olhar visionário a seguir a academia. Você estava certa, amo estudar, amo pesquisar e amo lecionar. Gratidão por ter entrado no meu caminho e feito diferença.

Agradeço ao Aconchego – grupo de apoio à convivência familiar e comunitária de Brasília – e em especial a Soraya Katia Rodrigues Pereira, que viabilizou por meio de divulgação da pesquisa em suas redes de contato que conseguisse efetuar esta pesquisa. Sem você teria sido muito mais árduo. Minha gratidão por sua generosidade e sua disponibilidade.

Agradeço a toda minha equipe de trabalho da Secretaria de Economia do DF e principalmente minha coordenadora Ana Samico, minha diretora Dilamar Dourado e minha gerente Julia Rosa, por todo afeto, toda confiança, todo apoio, toda amizade e por todo senso de justiça e respeito no qual me espelho diariamente.

Agradeço a você, meu filho, Benjamin Ribeiro Staerke Rezende. Sua existência transformou a minha vida dando um tamanho a ela nunca visto por mim antes. Esta dissertação é um presente do seu pai para que saiba e nunca duvide que os laços que nos ligam são de uma dimensão muito maior do que qualquer consanguinidade. Você já era meu filho antes de existir, e será para todo sempre meu amado, desejado filho. Espero que se lembre que a adoção é uma linda forma de iniciar uma família. Tão digna, tão forte, tão desafiadora e tão rica como qualquer família em que as pessoas se propõem a ser família.

Agradeço a minha amada mãe, Tania Staerke de Rezende, que após tornar-me pai, tornou-se maior ainda para mim. O amor que carrego, sem dúvida, é árvore da semente que vem de você. Sua dedicação amorosa e apoiadora me faz de alguma forma me tornar quem sou. Mesmo em idade mais avançada, o que somente aumenta o mérito de sua expressão genuína de amor em ação, você foi o par de mãos que viabilizou que esta dissertação pudesse emergir. Você cuidou do meu filho em todos os vários momentos em que tive que me dedicar a este árduo trabalho. Eu fiquei com o coração apertado, mas sabendo que meu filho estava em boas mãos. Repito, esta dissertação é nossa. Que o silêncio possa revelar o tamanho da minha admiração, deferência e possibilidade de poder passar o amor que recebi a diante.

Agradeço a meu pai, César Vieira de Rezende, pela existência e por ao seu jeito manifestar seu carinho, afeto e amor em nossos encontros familiares. Quando nasci prematuro, pelas necessidades peculiares de cuidado, não pude terminar seu mestrado; faço desse o seu mestrado, também.

Agradeço aos meus irmãos, Gabriela, Claudius, Bruna, Marco Antônio, Carolina, a meus sobrinhos, Ian, Txai, Gustavo, a meu cunhado, Thiago, e a minhas cunhadas, Camille e Elaine, por juntos sermos família e sabermos que

os laços que nos unem têm uma grandeza particular. Família é onde a gente cresce. A existência de vocês faz grande diferença em minha vida. Vejo a vida como feita de momentos em que ora uns, ora outros ajudam. Tudo vem conforme as possibilidades e o contexto. Sendo assim, agradeço especialmente aos meus irmãos, Gabriela e Claudius; ao meu sobrinho Txai, que vive comigo, e a minha cunhada Elaine, pelas vezes que estiveram presentes para estar com meu filho e facilitar minha caminhada rumo a este trabalho.

Agradeço meus compadres Larissa de Freitas Querino e Gustavo de Pádua e ao meu afilhado Tomás, por acolherem minha paternidade com amorosidade, troca, apoio e presença e por proporcionarem meus poucos momentos de descanso que pude ter em suas companhias, que foram providenciais.

Agradeço a todos os amigos e amigas que estimularam em mim o meu melhor na trajetória da vida; é deste melhor que semeio minha paternidade. Para representar uma masculinidade amorosa, livre, consciente e responsável agradeço a dois amigos que me ensinam sobre masculinidade e paternidade: Adilson Oliveira e Gustavo Luedmann. Agradeço ainda aos amigos que são referência de fé e efetividade: Bruno Lima e Sady Fauth.

Agradeço a Giovan, Sassa, Lena, Bruna, Miriam, Lara, Daiani, Maysa e, principalmente, a Leilane Peixoto – mulheres que nos mais diversos espaços seja na casa ou na escola cuidaram com amor do meu filho, o que permitiu-me seguir esta trajetória.

Agradeço e faço minhas homenagens póstumas ao meu querido professor Fernando Luiz Gonzales Rey, que com sua vivacidade, alegria, portunhol e brilhantismo alimentou em mim a arte de pensar.

E agradeço a Deus, está força que existe e que é maior do que eu; esta força que me conecta à grandeza da vida como expressão de uma totalidade complexa, diversa e transformadora.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo revisar o modelo patriarcal a partir de suas bases discursivas utilizando-se da filosofia e das ciências biomédicas. Para tanto, faço uma digressão ao movimento feminista e adoto como base de escrita Edgar Morin, Paulo Freire e Fernando Rey. No que se refere às reflexões sobre gênero e família, utilizo Judith Butler e Pierre Bourdieu. Aprofundo nas reflexões sobre família, direito, monoparentalidade e adoção para, então, fazer a análise de dados. Sugiro dois métodos para tal: um baseado na análise de conteúdo de Bardin, com a identificação de categorias discursivas que perpassam os participantes como um todo, e outro na escolha de temas que servem como testemunho e que se diferenciam do discurso explícito dos outros participantes. A proposta é explicitar a subjetividade social e a subjetividade individual. Importante ressaltar que a análise está centrada na questão do cuidado como padrão feminino na cultura patriarcal e que está sendo exercido por pais solos adotivos. Pelas entrevistas, foi possível identificar a interação entre o modelo patriarcal e um modelo emergente de “novo pai”. Surgem como questões centrais o desafio entre gerir o cuidado e acolhimento e a necessidade de educar e estabelecer limites; o questionamento da ausência da mãe em espaços sociais e a geração de sofrimento e desconforto; o questionamento social quanto à capacidade do homem de cuidar e seu lugar social enquanto membro do sexo masculino; o fortalecimento dos laços familiares por meio do desejo de se ter um filho, o carinho e amor que emerge desta relação e a admiração quanto às características e aspectos subjetivos dos filhos; a potência positiva para a relação; o reconhecimento das vitórias conquistadas; a escolha do sexo da criança associada a receios de julgamento; a qualidade da relação de paternidade relacionada a família de origem. Como aspectos individualizados de cada participante, surgem temas importantes para reflexão: a questão da

multirracionalidade constitutiva da família, o desejo de ser pai, que surge apenas a partir da convivência em abrigo; a luta que representa ser diferente; a força da intimidade pela verdade e o respeito; o fato de nem sempre se ter acesso a rede de apoio; o descuido institucional com as crianças e adolescentes; a importância da rede de apoio e a emergência de experiência espiritual no encontro parental.

Palavras-chaves: adoção, monoparentalidade, monoparentalidade masculina.

ABSTRACT

This dissertation aims to review the patriarchal model from its discursive bases using Philosophy and Biomedical Sciences. To this end, I make a digression to the Feminist movement and adopt Edgar Morin, Paulo Freire and Fernando Rey as a basis for writing. Regarding reflections on gender and family, I state Judith Butler and Pierre Bourdieu. I delve into reflections on family, law, single parenthood and adoption in order to analyze the data. I suggest two methods to this end: one based on Bardin's content analysis with the identification of discursive categories that permeate the subjects as a whole, and another on the choice of themes that serve as testimony and that differ from the explicit discourse of the other subjects. The proposal is to explicit social subjectivity and individual subjectivity. It is important to emphasize that the analysis is centered on the issue of care as a feminine standard in the patriarchal culture and that it is being exercised by single adoptive fathers. Through the interviews, it was possible to identify the interaction between the patriarchal model and an emerging "new father" model. The challenge between managing care and affection and the need to educate and establish limits emerges as central issues; the questioning of the mother's absence in social spaces and the generation of suffering and discomfort; the social questioning regarding men's ability to care and their social place as a member of the male sex; the strengthening of family ties through the desire to have a child, the affection and love that emerge from this relationship and the admiration for the characteristics and subjective aspects of the children; the positive value of recognizing victories achieved; the choice of the child's sex associated with the fear of judgment; the quality of the paternity relationship related to the family origin. As individualized aspects of each participant, important themes for reflection ascend; the issue of multi-raciality constitutive of the

family, the desire to be a father that arises only from volunteering care in a shelter; the struggle that being different represents; the strength of intimacy through truth and respect; the fact of the non-access of the support network; the institutional neglect regarding the children and adolescents; the importance of the support network and the emergence of spiritual experience in the parental encounter.

Keywords: adoption, single parenthood, male single parenthood.

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| 1 NOS BASTIDORES DE UMA DISSERTAÇÃO | 16 |
| 2 NOSSA CAMINHADA TEXTUAL E VIVENCIAL: CONFIGURANDO A DISSERTAÇÃO | 25 |
| 3 FUNDAMENTANDO A SUBJETIVIDADE: PENSANDO A EPISTEMOLOGIA | 40 |
| 3.1 Uma trindade conceitual: Paulo Freire, Fernando Rey e Edgar Morin | 40 |
| 3.2 Repensando filosofia e ciência: a arte de pensar — um relato histórico . | 46 |
| 3.3 Chegando na contemporaneidade | 55 |
| 3.4 Uma conversa com quem entende de opressão: feminismo e paradigma feminista — um relato histórico | 63 |
| 3.5 Para finalizar: voltemos à filosofia..... | 74 |
| 4 PATRIARCADO | 84 |
| 4.1 Uma forma inovadora de entender o patriarcado..... | 84 |
| 4.2 Masculinidade(s) e gênero | 91 |
| 4.3 Paternidade | 99 |
| 4.4 Por que devemos compreender que a emoção e cognição são um mesmo fenômeno? | 110 |
| 5 PSICANÁLISE E SEUS DESAFIOS | 118 |
| 5.1 Freud: complexo de Édipo e outras formas de pensar | 118 |

| | |
|--|------------|
| 5.2 Winnicott: a função materna e paterna | 130 |
| 6 ADOÇÃO: DO ABANDONO AO CUIDADO | 133 |
| 7 METODOLOGIA: UMA NOVA PROPOSTA..... | 137 |
| 7.1 Metodologia de análise de conteúdo de Bardin: um encontro com transversalidades | 137 |
| <i>7.1.1 Participantes.....</i> | <i>137</i> |
| <i>7.1.2 Instrumentos.....</i> | <i>138</i> |
| <i>7.1.3 Procedimentos.....</i> | <i>138</i> |
| <i>7.1.4 Cuidados Éticos.....</i> | <i>139</i> |
| <i>7.1.5 Análise de dados</i> | <i>140</i> |
| <i>7.1.6 Resultados e Discussão</i> | <i>141</i> |
| <i>7.1.6.2 Cadê a mãe? Momentos de dor</i> | <i>144</i> |
| <i>7.1.6.3 Homem não sabe cuidar.....</i> | <i>145</i> |
| <i>7.1.6.4 Desejo, amor e admiração.....</i> | <i>147</i> |
| <i>7.1.6.5 Nossas vitórias</i> | <i>148</i> |
| <i>7.1.6.6 Escolhi um menino</i> | <i>148</i> |
| <i>7.1.6.7 Eu e minha família de origem</i> | <i>149</i> |
| 7.2 Metodologia de testemunho: um encontro individual Sujeito 1..... | 150 |
| <i>7.2.1 Sujeito 1 - Uma configuração rara de cores</i> | <i>150</i> |
| <i>7.2.2 Sujeito 2 - O laço familiar que surge pela admiração</i> | <i>151</i> |
| <i>7.2.3 Sujeito 3 - Tem hora que a gente quer só existir</i> | <i>152</i> |
| <i>7.2.4 Sujeito 4 - A verdade e o respeito nos une.....</i> | <i>153</i> |
| <i>7.2.5 Sujeito 5 - Cuido sozinho do meu filho</i> | <i>154</i> |

| | |
|---|------------|
| 7.2.6 Sujeito 6 - <i>A violência institucional me fere</i> | 155 |
| 7.2.7 Sujeito 7 - <i>A riqueza da rede de apoio</i> | 155 |
| 7.2.8 Sujeito 8 - <i>Foi espiritual, nem eu acreditava</i> | 156 |
| 8 REFLEXÕES FINAIS | 159 |
| 8.1 Uma nova proposta de análise social: princípio da dignidade humana. | 159 |
| REFERÊNCIAS | 163 |
| ANEXO I – INSTRUMENTO USADO PARA DIVULGAÇÃO DA PESQUISA EM WHATSAPP | 180 |
| ANEXO II – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (MODELO DADO PELO CONSELHO DE ÉTICA) | 181 |
| ANEXO III – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE GRAVAÇÃO DE VOZ PARA FINS DE PESQUISA (MODELO DADO PELO CONSELHO DE ÉTICA) | 184 |
| ANEXO IV – ORIENTAÇÃO VERBAL | 186 |
| ANEXO V – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS GOOGLE FORMS | 187 |
| ANEXO VI – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA | 191 |
| ANEXO VII – RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO | 194 |

1 NOS BASTIDORES DE UMA DISSERTAÇÃO

Em cada bloco de mármore vejo uma estátua; vejo-a tão claramente como se estivesse na minha frente, moldada e perfeita na pose e no efeito. Tenho apenas de desbastar as paredes brutas que aprisionam a adorável aparição para revelá-la a outros olhos como os meus já a veem.
(Michelangelo)

Para Lacan, o inconsciente se estrutura pela linguagem e, sendo assim, ele se manifesta, também, por meio da linguagem. Quando narramos, nas sessões lacanianas, deitados ao divã, nossas angústias, desafios, estamos contando também, como nos vemos e como nos sentimos e percebemos tanto a realidade, quanto na realidade. Sem perceber, por meio das estruturas lógicas linguísticas, deixamos transparecer aquilo que está invisível, mas que interfere e alimenta aquela forma de existir e sentir. A interrupção, o ponto final no meio da sentença do analisado e o convite a se retirar da sessão representa o corte. Aquilo que impede a continuidade. Isso gera a produção criativa e transformadora de redefinição do discurso. Por meio da interrupção, da nova pontuação, a narrativa existencial pode ganhar novo significado.

Devo dizer que comigo não foi diferente. Não foi exatamente num *setting* terapêutico, mas no mundo acadêmico; não era analisando, contudo, era aluno; e não era minha analista, mas minha orientadora. Havia estudado e me

fundamentado para defender o tema da autocompaixão. Vivia a angústia de ainda não encontrar os sujeitos. Estava paralisado nessa fase da pesquisa quando minha orientadora fez o corte. Ela disse: “Por que não estuda a monoparentalidade masculina adotiva?”. Naquele momento estava surpreso: Como assim? Tem certeza? Ao que ela retornou: “haverá mais desejo”.

Atorreado com a proposta, deixei que o corte reverberasse. O ano anterior havia sido repleto de mudanças na minha vida. A realização de um sonho. Após cinco anos e meio na fila da adoção, meu filho havia chegado. Como todo bom filho, no sentido daquele que ocupa seu lugar simbólico, revirou minha vida e minhas entranhas. Redefiniu na prática minha existência e meu cotidiano. O antes era apenas possibilidade, o agora, era o aprendizado constante, a gestão de novos afetos e novas trajetórias. No meu caso, eu era mais feliz. Estávamos num período pós-pandemia, eu com um lindo bebê de um lado, e de outro uma dissertação para fazer. Somada à chegada do meu filho estava minha paixão pelo conhecimento, pelo aprimoramento e meu outro sonho a realizar.

Devia saber dividir o trabalho, a paternidade e os estudos. Acho que nunca havia equilibrado tantos pratos. Deveria conciliar meu amor por meu filho e minha paixão pelo estudo, bem diferente de Edgar Allan Poe em “O Retrato oval” (2022), onde o pintor associa no mesmo ato o amor pela esposa e o amor pela arte da pintura. Na narrativa fica tal qual hipnotizado – pelo ato e pela observação apaixonada – ininterruptamente segue pintando até que o quadro ganha vida, ele em êxtase e a mulher desvanecida e morta. Para minha sorte, mais que conectado à pulsão de morte eu estava conectado à vida. E, sem qualquer dúvida, meu filho me acordaria, seja de um transe qualquer ou no meio da noite. O resultado foi a reorganização ampla de minha vida para realizar esta obra.

Minha alma pulsava de vontade de entender melhor essa configuração familiar que era reflexo de avanços sociais e jurídicos no Brasil. Aceitei o desafio. E, como todo desafio, esse foi ganhando conformação e contorno à medida que fui avançando e vislumbrando o tamanho da proposta criada por nós, eu e minha orientadora. A partir do momento que aceitei a proposta, passei a me debruçar como nunca numa diversidade de literatura e vieses sobre o assunto. Não encontrava quase nada sobre paternidade adotiva solo. Encontrava sobre maternidade solo, sobre adoção e algumas coisas sobre paternidade e monoparentalidade solo. Contudo, sobre essa trindade temática pouco encontrei. Fui entendendo que existia algo de inovador, também, no campo da ciência.

Por ser psicoterapeuta familiar há anos, percebi que a temática sobre a família é sempre atual, assim como os desafios que se apresentam no cotidiano, no que se refere a essa configuração de relacionamentos íntimos e significativos. Tive a honra de ter me formado nessa universidade onde, dentre as diversas coisas que aprendi, estava a essencialidade de que o conhecimento deve ser produzido para servir ao mundo. Não devemos nos encastelar em nossos termos técnicos e profissionais. No caso da psicologia, devemos tocar almas (psiques). Sendo essa universidade pública ela se sustenta no tripé: ensino, pesquisa e extensão. A extensão significa o retorno à comunidade daquilo que produzimos. Por isso, baseando-me em Paulo Freire (Freire, 2002) e sua concepção libertária de aprendizagem como significativa e dialógica, esta dissertação ganha como desafio um formato científico, técnico e social. Para isso, intencionei escrever de forma simples, direta, para que qualquer pessoa que tenha interesse em entender melhor questões referentes à família, ao sujeito, à sociedade e a si possa, por meio

das reflexões, análises e conexões teóricas aqui apresentadas, possam fazer suas próprias associações e produções reflexivas individuais.

Entender o ser humano é desafio impossível, ao mesmo tempo que o desejo de compreender melhor a nós mesmos é aquilo que nos faz caminhar. Somos seres complexos, maiores do que qualquer teoria. Por outro lado, precisamos encontrar caminhos para que possamos descobrir a diversidade. É preciso a clareza no que se refere ao objeto de estudo, o método a ser usado tanto para coleta como para a análise dos dados. O referencial teórico serve como baliza para compreensão, sendo que a relação entre os resultados e a análise podem divergir das hipóteses. O que importa é a descoberta humilde diante daquilo que foi estudado.

Dessarte, ao compreendermos que as experiências humanas sofrem interferências de muitos agenciamentos e variáveis, podemos reconhecer os limites daquilo que é estudado, sem negar o engrandecimento possível diante da perspectiva de trazer questões inovadoras e enriquecedoras. Lembremo-nos que a ciência nasce da filosofia e que a filosofia nasce da capacidade de pensar e refletir sobre a vida e tudo ao redor. É por meio do ato criativo e transformador de delimitar, explicar, teorizar e observar os fenômenos que a humanidade avança.

Baseando-me na psicanálise, reconheço que o sujeito enquanto ser psicológico se institui por meio das relações que estabelece desde o início de sua vida. E que gestar – engravidar e parir – não está, necessariamente, conectado ao ato de criar e cuidar. Devemos separar o genitor do pai e da mãe, que foi uma união artificialmente criada pelo patriarcado para simplificar as relações a modelos restritos de existência. O ato de constituir o feto pela transmissão biológica coloca os envolvidos como genitores. Contudo, a paternidade/maternidade e filiação se estabelecem por um ato simbólico de mútuo reconhecimento. Esse

reconhecimento se estabelece pelo afeto e pelo vínculo que somente se fortalecem pela cotidianidade da convivência e do cuidado (Iaconelli, 2023).

Famílias adotivas, logo, colocam em xeque a estrutura da família como modelada pela biologia, e mostram que a manutenção da estrutura familiar se mantém tanto pelo reconhecimento social por meio das concepções de família aceitas, como pelos laços que mantêm as relações vivas. Sendo assim, como poderá ser visto pela investigação realizada, devemos ampliar e aprofundar nossas reflexões sobre a família e seus significados.

A pesquisa científica, principalmente as relativas às áreas humanas do conhecimento, ganha seriedade e consistência quando reconhecemos seu viés humano, o que inclui, um(a) pesquisador(a) com história de vida, interesses, enfim, com subjetividade. Nessa perspectiva o conhecimento não é descoberto, ele é uma produção. Não perde com isso seu vigor, ao contrário, estabelece possibilidades éticas e epistemológicas. Baseando-me no exposto mergulhei numa revisão e reflexão sobre minha experiência, tendo em vista que por meio dela poderiam surgir questões significativas a serem investigadas na pesquisa. Sendo assim, trago tal qual num filme alguns recortes que serviram para reflexão e encadeamento da minha pesquisa.

Lembro-me da minha alegria após a decisão de entrar na lista de adoção. Naturalmente, queria compartilhar com pessoas próximas e queridas. Uma delas era uma amiga, médica e pediatra. Estávamos em seu carro, passeando, quando compartilho minha decisão. Para minha surpresa, ela perguntou: “Você tem certeza? Você não conhece o gene da criança!”. Mesmo surpreso, respondi, bem-humorado: “E quem disse que meu gene é bom?”.

Ao me dedicar aos aspectos particulares do tema, pude compreender melhor este acontecimento. Este seria o primeiro de vários em queas pessoas bem-intencionadas, tentando cuidar, manifestam seus conceitos de família. Precisamos lembrar que somos, também, reflexo de uma cultura e de um tempo (*Zeitgeist*). A cultura delimita formas tidas como dignas de existir e produz, por meio de suas práticas cotidianas, muitas vezes invisíveis e naturalizantes, ações de exclusão por meio do preconceito e da ignorância (Butler, 2003). Nesse caso, minha amiga foi prova viva da associação criada pelo patriarcado entre laços familiares e consanguinidade. Nessa forma de conceber a família, uma criança adotada seria sempre vista como um estranho num ninho e, conseqüentemente, como um risco.

Quando já era pai, na prática, cuidando do meu filho, tive a graça de ser felicitado, ao telefone, por um amigo da família que muito gentilmente ao me cumprimentar falou: “Parabéns. Que gesto lindo.” Ao que retorqui dizendo de forma tranquila e esclarecedora: “Você já pensou se nesta estória o necessitadosou eu? Fui eu quem busquei a Vara de Infância porque eu queria ser pai. Foi uma longa espera e hoje tenho a felicidade de ser pai por causa do meu filho.”

A fala dele me chamou a atenção. Diferentemente do que é usual no que se refere a vinda de uma criança quando ela é biológica – recebemos vibrações e cumprimentos de felicitações –, ali, na fala, estava, em primeiro lugar, não uma nova constituição familiar, mas um gesto de caridade. Questão delicada e com desdobramentos distintos. O ato de constituir uma família e o ato de caridade são ações com cargas simbólicas bem diferentes que geram conseqüências diretas na relação estabelecida com a criança. Conforme pude confirmar pela literatura, em função de fatores históricos, tal qual a roda dos enjeitados, as crianças entregues à

adoção recebem a significação simbólica cultural de abandonadas, não por qualquer pessoa, mas por suas mães (Motta, 2001).

Esta é uma visão patriarcal em que famílias não consanguíneas constituem-se pelo ato da caridade. A caridade coloca a criança em uma hierarquia discursiva de inferioridade. Ela é uma pobrezinha que foi abandonada porque não foi quista e por isso não tem uma família biológica. Estes discursos lineares e simplificadores são as estruturas simbólicas e discursivas que são facilmente introjetadas e mantidas e que poderão ser repensadas no decorrer deste trabalho.

A questão do reconhecimento da família atravessa, também, as instituições (Foucault, 2021). No meu caso, em várias ocasiões eu percebia que minha presença não era suficiente. Havia uma pergunta no ar, expressa sobre as mais diversas formas: “Cadê a mãe?”

Um exemplo que se tornou clássico para mim, entre as idas e vindas ao hospital, realidade usual com crianças pequenas, foram questionamentos usuais que surgiam. Para ilustrar compartilho algumas dessas situações. Meu filho estava no meu colo, esperando para ser atendido, olhando ao redor para reconhecer o território, por assim dizer quando ouvi a funcionária dizer: “ele está procurando a mãe?” Em outra vez, acompanhado da babá, quando minha irmã chegou para dar suporte e pediu para entrar, a segurança, uma pessoa do gênero feminino, deu-me o seguinte comando: “Pede para mãe sair para que ela (minha irmã) possa entrar”.

Seria simplista determinar que a segurança era machista. Estamos falando de modelos familiares esperados e que geram conclusões por meio do que identificam como indícios daquilo que se espera. Afinal, se eu entrei com uma mulher, ela só poderia ser a mãe. Essa lógica de perspectiva biológica faz sentido por uma ordem biológica da análise. Afinal, se todos nascemos de um homem e

uma mulher, inferir que éramos um casal era o esperado socialmente. Sabemos, também, que numa inseminação artificial, ou barriga de aluguel, é necessário que o feto seja gerado por um espermatozoide e um óvulo. O ponto é que isto não garante uma conjugalidade, no caso do modelo social, heterossexual.

Nessa lógica há uma falha, e está no **sempre**. O sempre não aceita exceções, ou melhor, não reconhece a diferença. Portanto, sempre entendemos que quem gera é quem cria. O problema se agrava quando encontramos essa lógica discursiva em instituições, além de em pessoas, posto terem valor técnico e educativo. Afinal, o hospital, em tese, se baseia na ciência, na pesquisa e no cuidado. Sendo assim, a inferência ali ganha maior peso do que a interação entre cidadãos no meio da rua.

Outra instituição é a escola, lugar físico e social que deveria estimular a individualidade e o respeito à diferença. Lamentavelmente, não foi o que aconteceu na minha primeira experiência em busca de uma escola para meu filho. Havia recebido as melhores recomendações para aquela escola particular de classe média. Ao entrar na sala da diretora, perguntei se seria problema meu filho nem sempre chegar no início da aula, por causa do meu trabalho, tendo em vista que eu era o único responsável legal por ele. Ao que fui interpelado: “a mãe morreu, ele é adotivo?” Uma informação que, na minha opinião, deveria ser revelada se ele ficasse na escola, afinal fazia parte de nossa intimidade familiar. Aquele era o primeiro encontro. Se não bastasse, ao saber que ele era adotado, ela usou termos no decorrer do diálogo como “filho do coração” e “essa condição”.

A forma como se constituiu o diálogo mostrava a tentativa de compensar a não existência de vínculo biológico com meu filho. Em outras palavras, ela tornava aquilo que não era um problema para mim, como um problema que merecia uma

espécie de prêmio de consolação. Ao qualificar meu vínculo como de “filho do coração”. ela estava determinando o tipo de relação que eu tinha com meu filho. Uma pontuação que limitava os vínculos familiares à biologia ou ao coração. E quando usou o termo “condição” deixou escorregar o termo biomédico usado para patologias. **Em outras palavras, ela não sabia onde colocar a adoção.** E se não sabia onde colocar simbolicamente, não sabia, portanto, como lidar.

Se o modelo patriarcal se baseia na família como uma construção que exige conjugalidade, heterossexualidade e laços biológicos, isto implica que qualquer outra conformação receberá chancela de exceção e, portanto, causará estranhamento e falta de lugar no discurso simbólico social. O estranhamento surge como surpresa, como algo estrangeiro e, desta forma, deslocado daquilo que é conhecido. Contudo, a realidade é repleta de famílias monoparentais femininas ou masculinas, casais homossexuais, famílias de pessoas recasadas, e guardas compartilhadas. A questão não está no estranhamento e sim no preconceito que se sedimenta pela ignorância e desconhecimento. Enquanto restringirmos aquilo que conhecemos como “família”, causaremos diferenças hierárquicas de valor entre aqueles que preenchem o modelo e aqueles que se distanciam dele.

Sendo assim, esta dissertação nasce da junção da minha experiência pessoal com a pergunta: **quem pode cuidar?** E, com isso, visa dar vida ao princípio da dignidade humana e ao direito à cidadania, que por princípio implica a todos, o que significa, em última instância, respeitar a diversidade e acolher a diferença. Diferença, essa, que sustenta a vida no planeta, por meio de um ecossistema complexo, diverso e rico. Sendo assim, sustenta também a diferença do próprio leitor, com sua subjetividade e sua história.

2 NOSSA CAMINHADA TEXTUAL E VIVENCIAL: CONFIGURANDO A DISSERTAÇÃO

Quero começar

Será que o mundo começou em janeiro?

Será que o amor começou com um beijo?

Será que a noite começa no dia?

Será que a tristeza é o fim da alegria?

Será que o mundo começou em janeiro?

Será que o amor começou com um beijo?

Será que a noite começa no dia?

Será que a tristeza é o fim da alegria?

Quero começar, mas não sei por onde

Onde será que o começo se esconde?

Tiquequê

Depois de ter mudado o tema original desta dissertação que se tratava de gênero e autoaceitação, precisava delinear o que eu pretendia estudar. Eu tinha três variáveis importantes: monoparentalidade, masculinidade e adoção. Era importante frisar a questão da monoparentalidade em oposição à biparentalidade, porque, embora seja comum, no Brasil, muitas mulheres criarem seus filhos sozinhas, ainda é invisibilizado seu valor e reconhecimento (Luz, 2021). Temos como modelo de família patriarcal como constituída por pai, mãe e seu(s) filho(s) biológico(s). Dessa forma, a existência da paternidade ou maternidade solo reverte a lógica arregimentada, e, portanto, é um aspecto social que merece maiores estudos e

divulgação de seus resultados. Verifiquei, em um levantamento bibliográfico sobre monoparentalidade, que o número de artigos sobre monoparentalidade feminina era muito maior do que sobre monoparentalidade masculina.

Havia um número significativo de pesquisas acerca da experiência das mulheres como mães solo; contudo, como pai solo, havia muito pouco. Aquilo chamou-me a atenção como base de dados.

Quando, ao invés de dizer paternidade solo, uso a monoparentalidade masculina, tenho como acento que associado à paternidade existe uma questão de gênero que precisa ser compreendida para dar sustento ao entendimento sobre paternidade. A masculinidade atravessa a existência do homem por toda vida, sendo a paternidade uma das dimensões. O modo como somos definidos idealmente como homens define nossa identidade de pai. Por isso, precisava entender melhor as questões associadas à masculinidade: o que é ser homem?

Por outro lado, não seria possível entender o que é ser homem sem entender o que é ser mulher. Existe uma questão relacional que define o que cada um é. A isso denominamos **gênero**, que representa formas de pensar, agir, sentir e se expressar, reconhecidas como masculino ou feminino a partir daquilo que a cultura estabelece como um papel social ocupado por cada um dos sexos.

Temos que, historicamente, o lugar da casa pertence à mulher e o lugar da rua, ao homem. O lugar político e de decisão é a rua. O lugar do trabalho e da produção de bens e dinheiro é a rua. O lugar de poder e mando é a rua. A casa é estrutura, é o lugar onde se organiza a vida do homem para que ele possa produzir. Sendo assim, o casamento é uma instituição sagrada para manutenção do sistema produtivo. Para que esse homem possa trabalhar, ele precisa de estrutura: de comida, de roupa lavada, de uma casa organizada, de afeto e cuidado para estar

devidamente preparado para se dedicar ao trabalho. Ele precisa de tempo para pensar e criar.

Nesse sentido, a casa ganha significado de acolhimento e descanso para os homens. As mulheres ficam responsáveis por manter e viabilizar a estrutura produtiva do homem em nome do amor e da família. Para que se possam separar as atividades e, portanto, produzir uma divisão sociossexual do trabalho que serve ao sistema produtivo capitalista, torna-se importante a produção de identificação com aquilo que é definido para cada sexo. Ou seja, o que é determinado pela cultura ganha força à medida que ganha significado simbólico, emocional e linguístico. Existe uma forma cotidiana de controle por meio dos modelos sócio-históricos que desencadeiam aceitação ou rejeição que se burilam e se tornam mais complexos com as transformações sociais, com os questionamentos e com as incoerências dos modelos (Castro, 2014). Nesta ordem de agir, naturalizar a maternidade como um fator biológico e como algo natural à mulher torna estrutural ao feminino a constituição familiar e o engravidamento. Ao encontro disso, transforma qualquer mulher que seja incapaz de engravidar ou que não queira ter filhos como uma anormal.

A anormalidade e, portanto, a patologia e a normalidade são temas caros à obra de Foucault (Deleuze, 1988) que, ao estudar a história da loucura e o sistema prisional (Kallman, 2017), mostra o quanto a ciência e a medicina estavam imiscuídas com o sistema patriarcal penalizando tudo aquilo que se distinguisse do esperado pelo sistema social e econômico vigente.

Sendo assim, como reforço a essa imagem naturalizada da maternidade se associa a ela a imagem da mãe santificada, aquela que é sagrada por ser mãe e por naturalmente viabilizar a vida por meio da gestação e do cuidado (Badinter, 1985).

Portanto, torna-se necessário delimitar papéis devidamente distintos, emergindo a binaridade como constitutiva da família por meio de um homem e de uma mulher.

Para que isto se sustente na sociedade contemporânea, o casamento vira efeito do amor; e a reprodução, finalidade constitutiva da família.

A célula familiar se torna o cerne constitutivo da sociedade alicerçada na biologia e na sacralidade. Aquilo que é definido por parte da estrutura social complexa ganha aspectos constitutivos de natureza. Existe uma camuflagem, compra-se gato por lebre. A virilidade e força se tornam sinal de masculinidade, em que, por conseguinte, naturaliza-se a violência e a dominação de homens sobre homens, mulheres e crianças. A sexualidade masculina produz sua força por meio do ato regular, constante, de touro reprodutor, ou algo como macho alfa dominante. Existe ali uma espécie de animalidade confirmada pelo descontrole sexual almejado e desejado. O homem se torna homem por ser ativo, por penetrar, por dominar (Bola, 2020).

No outro lado da moeda, temos a mulher que ganha valor apenas a partir do homem (Felden, 2019). Ela precisa ser protegida por ele, e o caminho está na relação amorosa. Torna-se uma forma de subjetivação feminina a responsabilidade pelo sustento e pela manutenção da relação. Uma mulher sem um homem é uma abandonada, porque foi incapaz de constituir uma vida amorosa (Palma, Richwin, Zanello, 2020). E como se isso não fosse suficiente, ela ainda precisa ser mãe. Naturaliza-se a mulher como expressão de amor e de cuidado (Federici, 2004). Nesse viés, ela precisa de um homem para ser protegida e para cuidar, mas fica

incompleta sem os filhos, motivos que devem ser da sua existência. Sendo assim, a mulher se reconheceria por meio dessa forma de se constituir como mulher, como sujeito do sexo feminino, em nossa sociedade a partir do polo passivo.

O antropólogo Richard Parker (1991) conseguiu ilustrar tais aspectos por meio de seu estudo sobre a sexualidade brasileira. Ele pode identificar aquilo a que chamamos de imaginário social ou imagens daquilo que temos como desejável ou aterrorizante. Para os homens, ele identificou que existiam dois grandes medos: de ser corno e de ser gay. Associa-se o corno a um homem que não foi suficientemente potente e, portanto, a mulher buscou outro homem para colocar em seu lugar. E ser gay representa a imagem da passividade, uma vez que ser penetrado é sinal de feminilização, de estar no lugar da mulher. Nesta lógica, o homem ativo seria mais homem do que aquele que é passivo. O que se verifica por meio desse estudo é que o pesadelo do homem está na nossa sociedade, na não-confirmação do seu valor social e do seu poder ao ser subjugado. Portanto, a violência e a dominação estão impregnadas nesta masculinidade.

Parker (1991) identifica, no caso da mulher, o dilema da puta e da santa. A santa é aquela que cuida da casa e dos filhos, uma imagem quase dessexualizada. A puta, por sua vez, é aquela que é dona do próprio corpo, do próprio desejo. Ela usa seu corpo em termos imaginários para se sustentar e se saciar. Sendo assim, ela abandonará o polo da passividade para ser ativa e dona de si. Não precisamos ir muito longe: quando se pensa no feminismo da segunda metade do século XX, temos a descrição de mulheres masculinizadas, amargas, que odeiam os homens e que são lésbicas, ou seja, todas representações daquilo que é do polo masculino: violência e liberdade. Resta pontuar que também amargas, afinal, os homens são imprescindíveis (no modelo patriarcal, é claro).

Essa forma de configurar as relações entre homens e mulheres recebeu o nome de patriarcado. É uma configuração social do que seja homem e mulher sobre o princípio do poder opressivo do homem, justificado por uma diferença biológica (Castro, 2018).

Até aqui temos dois polos que se organizam: o polo da razão e o polo da emoção, isto é, o polo do homem biológico e o polo da mulher biológica. Significamos a mulher a partir da casa, do afeto e do cuidado, e significamos o homem a partir da rua, da virilidade, da razão e, portanto, do sustento.

Por meio dessa configuração, num primeiro momento, a dissertação buscava questionar como ficaria o lugar do homem, seja na posição de virilidade, seja de poder, quando este homem assume a constituição de uma família sozinho. Neste momento, ele assume a duplicidade de papéis: prover e cuidar. Na prática, ele arruína o lugar do homem reprodutor, dominador e racional. Portanto, o objetivo era verificar como esses homens se vêem e são vistos quando na posição de cuidado, numa sociedade misógina.

Foram aventadas algumas hipóteses sobre o que seria encontrado. Uma delas seria que este homem sofreria ostracismo no mundo masculino de tal forma que seria um excluído, porque psicologicamente seria sentido como traidor ou como alguém estranho ao grupo e, assim, fonte de ameaça. Outra hipótese seria que este homem se tornaria ícone enquanto homem, sendo que o cuidado aqui ganha outra roupagem e outro nome. No caso da ausência de uma figura feminina e de uma mãe, suprir a criança, tornaria-se uma forma de prover, papel próprio do homem. Em outras palavras, o cuidado se forja na ausência da mãe um ato de sustentação, de provisão. Ambas as hipóteses se baseiam na questão do poder e da dominação. Aquela se referiria a uma interpretação de feminilização do homem a ser negada,

localizada na afirmação regular do poder do homem, em que ele sempre é a fonte do poder, nem que para isso seja preciso redefinir o prisma de análise.

Outros aspectos tangenciam o tema da paternidade solo. Um deles é a associação desta paternidade, por ser adotiva, à homossexualidade ou à esterilidade, seja de nascença, seja eletiva (vasectomia). Verifica-se, contudo, que a masculinidade em nossa cultura se confirma pela negação da homossexualidade e da passividade, em oposição à virilidade (Zanello, 2022). Sendo assim, tendo em vista a validade da premissa de que homem é naturalmente viril, que a impossibilidade de procriar estaria associada à ausência de uma mulher, o que se produz é uma dúvida sobre sua virilidade e, portanto, sua masculinidade, o que em última instância poderia gerar a desconfiança de uma identidade homoerótica. Neste diapasão, pode-se saltar para uma associação entre monoparentalidade masculina adotiva e homossexualidade, o que será visto que não se confirma na amostra da pesquisa em questão. Junto à penalização discursiva social associa-se ainda à orientação homossexual e ao desejo de paternidade a uma motivação sub-reptícia perversa de realização de um desejo pedófilo (Uziel, 2002).

Aqui se vê o desenvolvimento de arranjos sociais pseudológicos (com lógicas próprias), que se fundamentam em princípios carregados de preconceitos e vieses sobre a sexualidade homoerótica e a possibilidade de se constituir uma família.

Resta afirmar que a hipótese ganhou outro corpo à medida em que estudava a literatura técnica. O discurso social patriarcal, constituído pela lógica binária, estrutura-se pela rejeição de outras possibilidades de formas de existir quando se fala em gênero e família. Uma vez que a base de referência é o homem e a mulher heterossexual, não se pode ser transgênero, travesti, não-binário, bissexual,

homossexual feminino ou masculino e desejar constituir uma família sem que isso venha com uma marca negativa que diminui o lugar social dessa estrutura familiar.

Numa intenção de aproximar a ciência e a pesquisa da realidade viva e da diversidade da vida, é importante uma perspectiva complexa. Sendo assim, partindo-se do paradigma da complexidade (Petraglia, 2001), devemos pensar não em polos, mas em espectros. A linha de análise muda. Portanto, repiso as duas hipóteses de base que são opostas uma a outra, mas que servem para constituir as antípodas do espectro. Se o homem cuida, ele poderá ser reconhecido como um “super-homem”, aquele que se torna herói por assumir dois papéis parentais ao mesmo tempo; ou, por assumir uma atribuição feminina, pode ser considerado um “não-homem” e, por isso, ser alijado do lugar de homem, tornando-se um menos homem por estar na posição de inferioridade social ocupada pela mulher.

Desse modo, a pergunta central desta pesquisa era: como pais solos lidam e entendem sua paternidade solo diante de sua realidade sócio-histórica? Contudo, esse nível de análise ainda parecia incompleto, até que entendi que o meu objeto de estudo não era apenas a monoparentalidade masculina adotiva, mas sim o **patriarcado** e, por conseguinte, como as relações de poder se revelam por meio dos discursos sociais, no caso desta pesquisa, na forma como esta constituição familiar específica é vista e tratada.

Para se redimensionar a perspectiva naturalizante da família heterossexual com cônjuges coabitando e filhos biológicos como referência, é preciso se questionar o patriarcado a partir das suas bases. Para tanto, deve-se considerar que sua sustentação se amplia por lógicas constitutivas simples, simplórias e de fácil compreensão. Tudo que é linear e simplificado é de fácil introjeção. O ponto central

é a produção discursiva baseada na natureza, com feições de diretividade e imutabilidade, negando-se a constituição de gênero como produção sócio-histórica.

Ademais, para se compreender com maior magnitude a monoparentalidade masculina adotiva, criei um questionário semiestruturado que analisava por meio de linha da vida a história do novo núcleo familiar desde os seus primórdios – por meio do desejo e da habilitação para adoção; à chegada da criança e os possíveis vislumbres futuros desta família. Como parte da coleta de dados, utilizei um questionário sociodemográfico para complementar as informações.

A coleta de dados envolve, em suma, dois instrumentos: um questionário sociodemográfico e uma entrevista semiestruturada. Para a análise, adoto a análise de conteúdo de Bardin (1978), que se focaliza a constituição de categorias constituídas por meio de similaridades encontradas no discurso dos entrevistados – aquilo que podemos pensar como subjetividade social (Rey, 2007). Por outro lado, as categorizações produzem, em parte, um conhecimento limitado em que a assinatura individual fica excluída. Essa assinatura traz as particularidades do sujeito, mas também carrega aspectos importantes de reflexão, por isso acrescentei ao método de Bardin aquilo que denominei de testemunho *lacto sensu*. Meu critério temático para cada sujeito se refere àquilo que no contexto da pesquisa se mostra um diferenciador dos outros participantes.

Estabeleci, por fim, como objetivo geral identificar como esses pais vivenciam subjetivamente sua masculinidade e sua paternidade a partir do lugar de cuidado. Como objetivos específicos: 1) identificar quais desafios e dificuldades foram encontrados após a adoção na interação com seu meio social de convivência no seu círculo próximo e distante; 2) identificar se houve para esses pais rede de apoio que significou meios de promoção de saúde e 3) identificar se são apresentados

pontuações referentes a aspectos, como classe social, cor, idade – relativos à interseccionalidade.

Outro ponto importante a ser comentado é quanto à pessoa do discurso na narrativa desta dissertação. Com intuito de inovar tanto no conteúdo quanto na estrutura, escolhi a primeira pessoa. Considero-me um homem apoiador do feminismo, pós-estruturalista, sócio-histórico e complexo. O movimento feminista evoluiu para agregar outras formas de diferença além da mulher. Hooks (2018) define o feminismo como uma luta contra qualquer tipo de opressão, entendida como exclusão de espaços sociais de poder e/ou da igualdade de direitos. Já o pós-estruturalismo se apresenta na filosofia como uma corrente que surge para romper a necessidade de estabilidade e estrutura dada pelo estruturalismo. Ela vem propor uma ruptura e recusa de ideias de verdade, objetividade e razão (Strathern, 2002). De outra forma, podemos dizer que ela introduz um princípio da diferença, da individualidade, a visibilidade daquilo que não é mostrado. Nesse sentido, oposto à lógica de neutralidade e objetividade que nega a subjetividade, o pós-estruturalismo propõe uma assinatura, um reconhecimento daquele que produz. Saímos, assim, da invisibilidade de massa para o reconhecimento da assinatura daquele que escreve e fundamenta com objetividade, sem que a subjetividade seja negada, e sim reconhecida como volitiva e desejante e, portanto, produtora de descobertas.

Nessa linha, temos a psicologia sócio-histórica, que parte de princípios que questionam a natureza humana como algo dado, valorizando e reconhecendo a influência de aspectos associados ao momento histórico, ao meio social, ao meio econômico e cultural. Isto posto, baseio-me na Teoria da Subjetividade que propõe uma nova epistemologia, incluindo a individualidade como determinante da produção científica e, ao mesmo tempo, criativa (Gonzales Rey, 2002) .

Além disso, apoio-me, também, na Teoria da Complexidade (Morin, 2015) que complementa o arcabouço teórico-metodológico desta pesquisa, ao propor outro rompimento importante: com a prioridade da especialidade e com o controle na produção do conhecimento. A proposta é inclusiva e não exclusiva. Assim como há diversidade humana, há diversidade teórica, que pode em termos de compreensão causar tensões e dar a impressão de impossibilidade de convivência. A exclusão de um ou outro está relacionada ao pensamento usualmente binário da linguagem e do ato de pensar; precisamos produzir a possibilidade de aproveitar a riqueza de pensamentos e aceitar a existência de ângulos e perspectivas.

Destarte, o ato de aprender é um ato ativo, dialógico e construtivo (Freire, 1985). Oposto ao pensamento moderno de ciência que crê que a realidade possui verdades que são reveladas, reconheço que o aprendizado é formado pela interação entre aquilo que se mostra e aquilo que reconstruo e entendo como conhecimento. Existe, assim, uma intersubjetividade estruturante que viabiliza níveis de compreensão e que não impede outros níveis de interpretação que podem enriquecer a relação do ser humano com o seu ao redor. Esta é a matéria-prima para subjetividade social (González Rey, 2007).

A proposta deste trabalho se constitui, na primeira parte, numa discussão epistemológica que envolve a teoria do conhecimento e a reflexão de como este conhecimento pode se constituir e quais suas bases de sustentação e análise. Tendo em vista que antes do surgimento da ciência – com a Revolução Científica, no século XVII, na idade moderna – como instância de produção e conhecimento legítima e, portanto, segmentar e particular para cada área do conhecimento tinha-se a filosofia como campo de reflexão, análise e descoberta (Châtelet, 1994).

Dentre os diversos caminhos epistemológicos possíveis de desenvolvimento e produção de conhecimento trarei como base de análise a epistemologia feminista. Esta tem como princípio reconhecer o viés dado a produção científica por meio do olhar e questionamento acerca da posição masculina na produção de conhecimento; isto se revela, na escolha daquilo que se pretende estudar (objeto); na estrutura da análise dos dados e informações (raciocínio) que se sustenta em termos de produção discursiva como um conhecimento asséptico e racional que mascara a subjetividade e sua vinculação com o poder e o patriarcado.

Ainda relativo ao ato de pensar antes da efetivação prática da pesquisa, relaciono dois pensadores do século XX como guias para as reflexões práticas: Pierre Bourdieu (1930-2002), sociólogo estruturalista que pensa sobre mecanismos sociais de dominação e violência simbólica, entendida como diferencial de poder entre grupos sociais; e Judith Butler (1956 -), filósofa pós-estruturalista, que questiona a unidade discursiva produzida entre sexo, orientação sexual (desejo) e gênero, e que sugere a ideia de performance e não de estrutura no que se refere ao gênero abrindo possibilidades de reflexões não binárias.

Enquanto conteúdo de análise crítica, considere necessário refletir sobre a psicanálise tanto na sua perspectiva inovadora, quanto na sua perspectiva conservadora, no que se refere à metáfora produzida por Freud. Para isso, parto de Édipo para referir ao aparelho psíquico e à constituição estrutural da psique em seus aspectos considerados saudáveis ou patológicos. O modelo apresentado por Freud, baseado em sua época e nos casos clínicos, mereceu avanços. A estrutura da psique, dada por ele, é a repetição da família patriarcal. Devemos acrescentar ao Édipo freudiano (Freud, 2019), o Édipo africano (Nascimento e Domingues, 2019), o

Édipo brasileiro (Segato, 2006), o Édipo gay (Reitter, 2021), o anti-Édipo (Deleuze & Guatarri, 2011).

Num outro momento, será apresentado de forma sintética algumas descobertas na área de neurociência que não negam o princípio da especialidade de áreas do cérebro, mas que o reconhece como obsoleto, senão agregado à multiplicidade de conexões neuronais que atuam de forma não especializada. Essas descobertas fazem cair por terra a ideia de que a emoção e a razão são biologicamente dissociadas. Outro ponto que questiona a natureza como estática é a epigenética que mostra que a ativação de um gene depende do meio. Em outras palavras, o gene não determina o destino. Compartilho também uma forma sistêmica de compreender a relação mente-corpo discutida por Pert (1999).

Assim, põe-se em xeque aquilo que estrutura o patriarcado, qual seja: o discurso de significação da divisão sexual do trabalho e de papéis como constituídos pela natureza. Uma vez destituída de verdade a base que alicerça o patriarcado, temos uma chance de tirar da invisibilidade outras formas de existir tão dignas quanto às pré-determinadas pelo sistema.

Repito que, se gênero, relação humana e cuidado estão associados à maternidade, devo me dedicar a compreender o lugar da mulher na realidade social para poder rever o lugar do homem. Nesse sentido, o direito como instância conservadora e, ao mesmo tempo balizadora de valores para a realidade social, torna-se um dos veículos usados para pensar a mulher do século XX.

Da mesma forma, usarei do direito para avaliar o lugar da criança, seja enquanto sujeito ou objeto de direito, e a presença do estado brasileiro na legislação referente à proteção ou não da criança. Posto assim, o judiciário se torna instância

primordial para viabilização da constituição familiar adotiva, por isso também é importante vislumbrar mudanças significativas na legislação sobre adoção.

E, por fim, seguindo a significância da família, é necessário romper invisibilidades. As mães que entregam as crianças à adoção recebem discursos opostos em momentos diversos da decisão. No momento da dúvida, recebem apoio em nome do cuidado com a criança e, após a adoção, são execradas e condenadas, o que impede o luto. Existe uma prática discursiva simplificadora que diz que a mãe abandonou o filho (Motta, 2005). Esse discurso tem implicações na adoção: a criança a ser adotada é estigmatizada como abandonada, sendo que a recepção em nova família se configura, desta forma, como gesto de caridade, prejudicando a constituição familiar. Sendo assim, uma criança que recebe simbolicamente o lugar de abandono e caridade como pode não ser um estranho na sua nova família, quando pela lógica patriarcal ela é uma estranha por não possuir o mesmo sangue?

No decorrer de minha pesquisa, cada vez que me debruçava sobre um assunto, eu encontrava algum outro autor e pensador que se relacionava ao anterior. Uma caixa, que tinha outra caixa dentro, e que tinha outra caixa dentro... Platão, Aristóteles, Descartes, Leibniz, Spinoza, Hume, Barreto. Obviamente não seria possível aprofundar a análise em cada um dos autores, senão teríamos um livro interminável. A proposta consiste em fazer conexões e produzir referências a partir de pontos considerados importantes para se pensar o patriarcado, o cuidado e sua relação com a monoparentalidade masculina.

Ao final, além de sumarizar a relação entre teoria, pensamento e prática, acrescento como aspecto necessário e raramente descrito em textos acadêmicos discutir um dos elos de conexão humana mais significativo, com a magnitude que lhe pertence: o amor. Amor enquanto desejo; amor enquanto vontade; amor enquanto

liberdade; amor enquanto vínculo, amor enquanto conexão e amor como cuidado.

Proponho, inclusive, um novo nível de referência possível, não excludente, que poderia reger nossas condutas no ato de relação humana e social.

3 FUNDAMENTANDO A SUBJETIVIDADE: PENSANDO A EPISTEMOLOGIA

3.1 Uma trindade conceitual: Paulo Freire, Fernando Rey e Edgar Morin

Tudo no mundo começou com um sim.
Uma molécula disse sim a outra molécula e
nasceu a vida. Mas antes da pré-história
havia a pré-história da pré-história e havia o
nunca e havia o sim. Sempre houve. Não sei
o quê, mas sei que o universo jamais
começou. Que ninguém se engane, só
consigo a simplicidade através de muito
trabalho. Enquanto eu tiver perguntas e não
houver respostas continuarei a escrever.
Como começar pelo início, se as coisas
acontecem antes de acontecer?

Clarice Lispector - A hora da estrela

Todo começo parece carregar algo de árduo, é um olhar ao horizonte em que não se sabe por onde começar a narrar. O ato de escrever é em si uma ousadia. A língua com suas limitações acaba não alcançando a riqueza da vida em sua magnitude, mesmo assim, acredito que vale a pena tentar compartilhar. O próprio verbo compartilhar nos remete a ideia de dividir o pão, “com- pão/compartilhar”. Aquilo que dividimos cresce, enriquece o sentido da vida, por isso aceitei o desafio de estudar, pesquisar, pensar sobre a monoparentalidade masculina adotiva. Tenho como objetivo fazer com que por meio das reflexões e da desta pesquisaas pessoas

possam refletir sobre elas mesmas. Vivemos numa mesma sociedade e somos atravessados por valores e condutas que, muitas vezes, não temos consciência e somos por eles influenciados de tal forma que mesmo de forma automática ou habitual acabamos tendo condutas contrárias àquilo que acreditamos. Para tal realidade Bourdieu nomeou de **Histerese** (Grenfell, 2018).

Na socialização somos inseridos em campos de valores e significados que determinam aquilo que é permitido e aquilo que é proibido ou invisibilizado. Por sermos seres gregários, há uma necessidade de pertencimento e de adaptação social, com o fito de proteção e preservação. O pertencimento está associado ao cuidado e ao afeto. Outrossim, para que haja pertencimento é necessária uma formação identitária que produz em termos simbólicos o reconhecimento daqueles que fazem parte e daqueles que, pela diferença, não fazem parte.

De alguma forma, portanto, para que ajamos em conformidade com aquilo que entendemos e cremos que sejam as expectativas sociais devemos reconhecer que existe algo que nos é comum. Desta forma existem aspectos individuais que em sua configuração e organização psíquica estabelecem uma unidade dinâmica que constitui o indivíduo e seu autorreconhecimento de si. Para Rey (Freitas, 2002), em termos de compreensão do fenômeno humano devemos pensar numa perspectiva sócio-histórico para entender sua Teoria da Subjetividade. Para o autor, a identidade se constitui regularmente pela interação com o meio sociocultural, sendo assim, sua visão não estruturalista da personalidade viabiliza de forma positiva um devir humano.

A produção de sentidos e a ressignificação da realidade por meio da reflexão, de novas experiências e formas de sentir permite a redefinição das relações com o eu e com o mundo.

Por outro lado, ele traz algo de transversal na sua teoria ao conceber a identidade como resultado da relação do sujeito desde seu nascimento com a cultura, valores, formas de significação e compreensão da realidade. A subjetividade social seria representada por meio deste corpus social que transforma o sujeito e é transformado pelo sujeito.

Sua teoria desconstitui a separatividade constitutiva do cartesianismo ao considerar tanto o processo social como individual como atividade comunicativa não restritos a uma fronteira delimitadora de sentidos, em outras palavras, existe um sombreamento entre aquilo que é sujeito e aquilo que é social, há intersecção e interpenetração ao mesmo tempo que é processo dialético (González Rey, 2019).

Outro ponto significativo do modo de pensar de Fernando González Rey é que ao discutir a produção de conhecimento em termos epistemológicos defende que o sujeito humano enquanto objeto de estudo é complexo e subjetivo, sendo, portanto, importante a revisão dos métodos somente quantitativos (Pereira, Conceição & Martinez, 216). Ele defende que o método qualitativo, ganha em robustez ao incluir o sujeito pesquisador em sua produção, reconhecendo-se que no ato de pesquisar há também um processo criativo e reflexivo (González Rey, 1996 e 2005).

Para ele, o momento interativo entre sujeito e objeto-sujeito constitui-se como um quadro de configurações que revelam uma produção de significados que emergem daquele momento e que servem como análise reflexiva para aquilo que se anseia pesquisar. Para González Rey (1997-2000), por meio da pesquisa qualitativa conseguimos identificar indicadores que nos revelam as redes de significado e de compreensão sobre os fenômenos por parte de um agrupamento de sujeitos ou de apenas um sujeito. O discurso mostra na sua constituição própria e narrativa um

modus vivendi específico. Da mesma forma, na intervenção psicoterapêutica o sujeito é visto em sua peculiaridade tanto ao seu sofrimento, quanto as suas potencialidades, rompendo-se com o paradigma biomédico que centra-se na díade doença-saúde, e sim “orienta-se para a forma como diferentes configurações subjetivas organizam-se na experiência da pessoa e para os diferentes desdobramentos em campos de sua vida.” (Mori, 2019, p. 189).

Temos que Freire (1987 e 1996) a seu modo reconhece a importância do processo dialógico como promotor de conhecimento, o que significa dizer que para o pedagogo o processo de aprendizagem não se constitui por um nível de hierarquia, mas de troca e aprendizagem mútua, em outras palavras, ele desacredita de uma educação bancária e unilateral do conhecimento. Para ele os círculos de cultura revelavam sobre a realidade individual e social dos aprendizes sendo necessário, no processo de Co-construção de significados e no processo de alfabetização de adultos, a inserção de conteúdos que faziam sentido subjetivo para aqueles que queriam se alfabetizar. Era necessário reconhecer no campo lexical as palavras que faziam sentido na sua realidade cotidiana.

O processo de aprendizagem não se resumia, para Freire (1996), a introjeção do significado e da construção das palavras, mas como um processo reflexivo e crítico sobre a realidade sócio-histórica dos aprendizes. Eles aprendiam a ler da mesma forma que aprendiam a desenvolver um olhar crítico e reflexivo. Por isso, ele considerava que a aprendizagem é um processo de autonomia, de questionamento e de esperança.

A autonomia se revela como processo de pensar individual, reflexivo e interativo com o mundo, enquanto a capacidade de perguntar era para ele geradora de processos de reflexão viabilizadores de desenvolvimento de pensamentos mais

complexos e de níveis de análise mais aprofundados (Freire, 1985). Já a esperança, para ele refere-se sobre a possibilidade de transformar o próprio mundo e o microsistema social por meio de uma cidadania que reconhece seus direitos e que se dá a oportunidade de sonhar e almejar novas e melhores formas de vida.

Enquanto para Morin, é preciso desconstruir o olhar obtuso e exclusivo de pensar e desenvolver a ciência. Ele reconhece que o cartesianismo produziu seus avanços, mas contudo, gerou hiperespecializações que se descolaram do todo e, portanto, produziram nichos de conhecimento com possíveis restrições por inviabilizar a interconexão entre os conhecimentos (Correa, 2009, Morin, 2005).

Morin (2005), ainda defende a necessidade da interdisciplinaridade, encontro entre disciplinar e a transdisciplinaridade, a capacidade de se constituir um novo produto a partir das especialidades (Carvalho & Fávero, 2020).

Seu método transcende a lógica cartesiana ao pensar a realidade como um fenômeno complexo em que mesmo as diferenças não devem ser descartadas. A Teoria da Complexidade se torna inovadora naquilo que falta a ciência qual seja as mudanças dos níveis de análise que, até então, se mantinham num formato que elimina a tensão e a divergência, construindo-se um meio de produção de conhecimento que acolhe a diferença e suporta que a partir da tensão se avance nos processos de compreensão do mundo e da vida (Morin, 2005). Tal qual a dialética hegeliana em que opostos produzem síntese, temos que as premissas, o pensamento, o conhecimento podem constituir-se por meio de várias perspectivas e contextos (Jackson, 2017).

Apesar de teorias diferentes podemos encontrar intersecções entre Rey, Freire e Morin; os três desacreditam do conhecimento como pertencente a figura do docente, tendo em vista que instigam e creditam valor no conhecimento daquele que

quer ampliar sua rede de saberes, sem negar sua subjetividade, sua autonomia e sua diversidade (Brauer & Freire, 2021). Igualmente, creditam a possibilidade de mudanças na estrutura de ensino, assim como da relação didática entre professor-aluno (Mayer, Messias & Almeida, 2022).

Uma vez que a verdade deixa de ser uníssona, temos a possibilidade de identificar aquilo que tem sentido a partir do contexto de investigação (Neubern, 2014). Tal qual Prigogine (Levy & Santo, 2007) prega que a partir do caos podem-se gerar novos níveis de organização. Morin parte da tríade ordem-desordem-organização como um movimento de transmutação e criação de novos níveis de compreensão e organização. A partir desse esquema, ele sintetiza os avanços pela construção e desconstrução.

Sendo assim, a assinatura, expressão subjetiva de conformação do conhecimento a partir da pesquisa, temos um processo dialógico de produção de conhecimento que mantém sua ética ao reconhecer aquilo que é inegável. Seremos sempre sujeitos subjetivos, desejantes e criativos. O melhor a fazer é usar-nos dessa potência para produzir e, quem sabe, viabilizar um mundo mais orgânico, ecológico e sustentável.

Desta forma, ao usar-me do processo dialógico nas entrevistas e por buscar reflexões complexas que identifiquem aspectos subjetivos significativos dos sujeitos assumo a minha subjetividade que me move para conduzir e identificar os aspectos mais relevantes das entrevistas.

3.2 Repensando filosofia e ciência: a arte de pensar — um relato histórico

Na Filosofia há Sabedoria.

Na Poesia há inteligência.

Na ciência há Entendimento.

No amor há Consciência.

J. Cleibson da Silva Nuna

Se o conhecimento é tido como tudo aquilo que advém da observação e do pensamento, faz-se mister pensar o pensamento. Este que constitui veículo para o conhecimento e, portanto, também é fonte de sua validade. Em meus estudos filosóficos, ao priorizar a contemporaneidade, fui levado, inevitavelmente, a inquirir sobre a Idade Antiga, pois, um filósofo, com frequência, acabava se referindo a outro anterior, seja para concordar ou para criticar. Sendo assim, há três aspectos a serem considerados na produção do pensamento filosófico: o tema em si, o questionamento e o pensamento teórico que emerge a partir dele e o contexto sócio-histórico estruturante.

Por isso, embora o registro histórico tenha seus desafios, ele constitui um dos caminhos de reflexão e compreensão de como nos constituímos enquanto humanidade contemporânea. Devemos lembrar que a filosofia é tida como a mãe da ciência, uma vez que, até a Idade Média, a divisão por áreas de conhecimento era inusual e que os pensadores construía seus argumentos e arcabouços teóricos a partir de temáticas que eram centrais para sua época.

Dessa forma, uma época ou cultura ganham força histórica à medida que agenciam sua passagem no tempo, deixando suas marcas de influência no

pensamento. Não podemos negar que a história humana é repleta de guerras e de destruição, o que marca a perda de materiais que poderiam servir como fonte de conhecimento e pensamento. Destarte, aquilo que temos acesso, é aquilo que permaneceu no tempo e ganhou a força de discurso central, sem que possamos afirmar se estes pensadores são de fato aqueles que fizeram diferença à época. O que importa é que se tornaram centrais na história do pensamento ocidental e por isso devem ser estudados e pensados.

É relevante frisar que, o conteúdo expresso está calcado na descrição e análise de estudiosos e não da leitura direta dos pensadores, o que seria impossível para os objetivos desta dissertação. Em outras palavras, os dados são secundários, o que não empobrece as análises, pois a base de informações é calcada na descrição dada por especialistas.

Nesse contexto, podemos definir três grandes temas que aparecem das mais diversas formas na filosofia. Se a filosofia emerge a partir da consciência da finitude, que pode se tornar angústia, temos que a investigação sobre o ser se torne um ponto importante de compreensão. Se nossa capacidade de reflexão emerge, também, como forma de questionar a natureza e a veracidade de nosso conhecimento, temos um instrumento de meta-análise do próprio conhecimento. Se a linguagem é instrumento de viabilização da construção do conhecimento e da compreensão do mundo, temos de entender sua constituição para compreender melhor o eu, o mundo e a realidade. Sendo assim, temos, respectivamente, a ontologia, a epistemologia e a linguagem.

Assim, a filosofia sustenta sua existência, durante a história, na busca de compreensão que valida, em primeiro lugar, a razão, e pouco se refere a emoção. Tem-se como tese que, esta secção entre afeto e razão é constitutiva do discurso que ganhou força e ares de verdade. Neste diapasão, farei uma retrospectiva histórica

em que analiso aspectos referentes tanto à produção do conhecimento em si, afinal esta é a base da academia, quanto à tipos de compreensão que podem ter contribuído para a manutenção desta divisão.

Posto isso, temos, na origem da história da filosofia ocidental, os pré-socráticos (século VII ao V a.C), que buscavam a origem do Ser e do mundo, denominado como *physis*, termo grego para natureza e matéria. Tales de Mileto (624 a.C – 548 a.C) acreditava que a origem do mundo estava na água; Anaximandro de Mileto (610 a.C – 547 a.C) na “ápeiron”, espécie de matéria infinita; Anaxímenes de Mileto (588 a.C – 524 a.C) no elemento ar e Heráclito de Éfeso (540 a.C – 476 a.C) no elemento fogo (Marcondes, 2009).

É central que os homens da época tentassem entender a origem por meio da natureza tendo em vista sua proximidade com ela. Com o passar do tempo, os sofistas se tornaram líderes da retórica, se afastaram da busca da verdade e se aproximaram de um relativismo interessado. Neste contexto, surge Sócrates (460 – 370 a.C), com o objetivo de acabar com o desvio ético. Ele utiliza-se da dialética socrática/método socrático, constituído pela ironia – por meio das perguntas e da maiêutica – que dá origem ao novo, a partir do fim do processo de questionamento. É um princípio socrático a busca pelo belo, o bom e o verdadeiro, que, em síntese, busca afastar a opinião (*doxa*) e alcançar o conhecimento (*episteme*) (vários colaboradores, 2011).

Temos, então, seu discípulo Platão (427-348 a.C) que, para explicar sua visão sobre o real e o conhecimento, desenvolve a metáfora do mito da caverna para explanar sua visão, na sua obra: *República*. Em síntese, no mito, ele fala sobre pessoas acorrentadas que veem o mundo por meio de um reflexo de uma fogueira que está atrás deles. Assim, as sombras projetadas na parede são a ilusão do que

seja o mundo. A ilusão está no mundo concreto (mundo sensível), e a verdade, na luz que seria o mundo das ideias (Menegat, 2014).

Ele parte da alma, princípio que nos leva as ideias do mundo inteligível. A alma possui três partes: a racional, a irascível e a apetitiva. A primeira se refere a verdade e a virtude; a segunda, as emoções e a coragem; e a última, aos desejos e aos prazeres. Aqui temos, mais uma vez, indícios da influência platônica na forma de pensar ocidental. Em primeiro lugar, há uma separatividade do corpo e da alma; segundo, existe nessa separação uma hierarquia de valores, que coloca uma parte como mais desenvolvida do que a outra, por ser ela mais próxima do que ele considera o real e o conhecimento; e terceiro, existe uma separação no campo do mundo sensível daquilo que é mais elevado e daquilo que é mais animal.

Aqui temos substrato para o pensamento de que as emoções atrapalham e são separadas da capacidade de pensar. A alma, para Platão, é imortal e o corpo a aprisiona. Tudo que se aprende existe no mundo das ideias, do qual a alma já fez parte. Mais uma vez, temos aqui algo que está mais acima e algo que está abaixo. Um elemento é o mundo sensível, que se refere, no mito da caverna, às sombras, e no mundo da existência, aos objetos concretos. A percepção faz parte do mundo da crença e da convicção, enquanto a forma está no mundo inteligível, o mundo das ideias, onde há perfeição. Dessa forma, esses fundamentos de duplicidade de mundos serão usados na Idade Média para fundamentar a existência de Deus.

Podemos pensar o método de Platão como semente da construção de um método científico que baliza o conhecimento. Há uma mesma busca, que é central na ciência e em Platão, que é a verdade.

Aristóteles (384 – 322 a.C), aluno de Platão, desenvolve, por uma espécie de simetria especular histórica, sua concepção teórica em oposição a Platão. Este vai

em busca do conhecimento no mundo das ideias, como foi discutido, e Aristóteles afirma que o conhecimento está no empírico e na categorização, estuda a existência. Em sua metafísica (ontologia), ele considera o ser enquanto ser. Ele parte da substância (Marcondes, 2021). Neste sentido, a verdade para Aristóteles está na própria essência das coisas, e se expressa num discurso por meio da adequação do objeto à realidade.

Essa concepção de verdade aristotélica, de que o conhecimento está diretamente relacionado a existência, seja pelo método socrático, seja pelo mundo das ideias, seja pela substância, alicerça um modo de pensar que atravessa o tempo. A concepção de que a verdade é um fato, que existe uma essência e que por meio da essência desenvolvemos categorias de compreensão. Em vista disso, esta forma de pensar restringe a capacidade de entender a vida humana. Podemos considerar, assim, a família, a masculinidade e a paternidade patriarcal como estruturadas pelo discurso daquilo que existe e é, portanto, imutável, o que justifica a restrição de seus conceitos e a exclusão de tudo aquilo de que não faz parte, entendido de alguma forma como falso ou anormal.

No decorrer da história, temos a passagem da Idade Média, conhecida como a época da dominância religiosa na forma de pensar, para a Idade Moderna, a partir da Revolução Científica realizada por expoentes como Copérnico (1473 - 1543), Galileu Galilei (1564 - 1842) e René Descartes (1596 - 1650); e das transformações tecnológicas, das grandes navegações, do renascimento nas artes e o iluminismo na mudança de pensamento (Castanõn, 2007).

Nessa fase da história da filosofia, temos duas escolas de pensamento que defendem pontos opostos. Os racionalistas mormente Descartes, Baruch Spinoza (1652 - 1677) e Gottfried Leibniz (1646 - 1716) defendem que o conhecimento

enquanto verdade se mostra por meio da razão. Dentre eles, temos Descartes como o mais conhecido (Hessen, 2012). Ele utilizou-se do método da dúvida para chegar ao seu cogito — penso, logo existo. Em *Meditações Metafísicas* (1641), ele diferencia *res cogitans*, coisa pensante; de *res extensa*, realidade corpórea, mantendo-se de alguma forma semelhante ao pensar de Platão, considerando algo como duplo (Vrahimis, 2017). Enquanto, anteriormente, em *O discurso do método* (1637), define seu método em 4 passos: Evidência, Análise, Síntese e Controle (Vrahimis, 2017).

Como se pode perceber, Descartes mantém a suposta separação entre sentir e pensar, ao mesmo tempo que estabelece como meta dominar a natureza por meio da ciência. Seu pensamento traz dividendo até hoje, seja na ciência pelo modelo da comprovação, por meio do controle, seja pela manutenção da falsa separação entre afeto-razão, seja pela relação não sustentável com o planeta.

Por outro lado, temos os empiristas, os mais famosos são David Hume (1711 - 1776), John Locke (1631 - 1704) e George Berkeley (1685 - 1753). Para esta escola, o conhecimento somente é possível a partir da experiência prática, sendo que, nossas estruturas cognitivas somente captam por meio da experiência e dos sentidos. Importante frisar que, na história da filosofia, a emoção tende a ser negligenciada, assim, o mais próximo que os empiristas chegam da emoção é ao tratar da sensação. Hume defende o princípio da associação de ideias o qual, em síntese, busca mostrar que a apreensão cognitiva de causalidade pode ser uma falácia. Dois acontecimentos que ocorrem um atrás do outro não garantem necessariamente a causalidade, mas, pode gerar uma falsa ilusão de conexão (Hessen, 2012). Na contemporaneidade, Karl Popper questiona a viabilidade de se encontrar a verdade, desenvolvendo o princípio da falseabilidade, ao defender que uma teoria somente

pode ser científica se puder, em algum momento, ser refutada. Dessa forma, por meio daquilo que é falso se aproxima daquilo que pode ser verdade (Massoni, 2005).

Mais à frente na história, Immanuel Kant (1724 - 1804) produz um avanço na dicotomia razão/sensação anteriormente causada pelo racionalismo e pelo empirismo. Ele pretende identificar quais são as possibilidades de apreensão do real e do conhecimento humano, para isso, parte da ideia de estruturas *a priori*, estas intermediam a relação entre o real e o sujeito, qual sejam a sensibilidade e o intelecto, denominados por ele como transcendental. Dessa forma, ele constrói, a partir desses conceitos, a lógica transcendental que se refere a teoria da estrutura do intelecto (Miguens, 2023 & Strathern, 1997). Sem entrar em grandes detalhes, em sua obra *À Crítica a Razão Pura*, Kant defende que o conhecimento humano se processa a partir da sensibilidade, ou seja, da intuição, em que a coisa em si é intuída e processada como objeto espaço-temporal; mas que a possibilidade de organização e compreensão destas sensações advém da possibilidade de o intelecto classificar e codificar em conceitos e juízos. Sendo juízos, para ele, uma forma de conhecer e de pensar que viabiliza avanços para outras formas (O'Sullivan 2017).

Tendo isso posto, é importante verificar o quanto, na história da filosofia e na da ciência, se busca encontrar caminhos para que se revele aqui o que seria uma suposta verdade, outrossim, criam-se estruturas de compreensão que devem servir como alicerces a produção de conhecimento.

Ao seguir cronológico dos fatos históricos, temos a ampliação na perspectiva daquilo que pode ser conhecimento ou verdade. Friedrich Nietzsche (1844 - 1900) apresenta-se como múltiplo, conforme a especialista Scarlatte Marton, devido o seu estilo de escrita pluralista: textos dissertativos, panfletários, aforismáticos, poéticos, autobiográficos. Sua forma de pensar é uma quebra da lógica monista da filosofia ao

reconhecer uma filosofia perspectivista, assim, admitindo a multiplicidade de perspectivas sobre um tema, sem buscar sua coerência, mas a possibilidade de pensar; uma filosofia experimental, em que se reconhecem hipóteses interpretativas, numa experimentação do próprio pensar; e uma filosofia provocativa, da suspeita.

Nietzsche segue enriquecendo sua produção ao se remeter a tragédia antiga e representar dois princípios opostos e fundantes; o princípio de Dionísio, que representa o prazer, a desordem, o incomum; enquanto o princípio de Apolo representa a organização, a beleza. A partir desta imagem, ele critica Sócrates, por ser a base da filosofia ocidental, já que este nega Dionísio. Essa crítica poderia ser vista, também, como uma negação dos afetos e emoções, priorizando a racionalidade e a ordem cognitiva na filosofia ocidental (Berry, 2017). Pontua que Dionísio parece estar para a mulher, aquela que historicamente seduz, que desvirtua o homem e traz-lhe a insanidade pela paixão; enquanto Apolo se remeteria ao homem, que tem ordem, sensatez e, portanto, sabe o que é melhor. Mais uma vez, criamos símbolos que vão produzindo associações negativas e inferiorizantes sobre as mulheres.

Outro aspecto importante de seu pensamento se remete a genealogia da moral, a qual Foucault se baseara para criar seu método genealógico. Nietzsche faz uma meta-análise sobre o valor, entendido por Platão como associado ao belo, ao bom e ao verdadeiro. Sendo uma crítica à duplicidade de mundos para justificar e embasar a moral. Aponta que não há valores transcendentais, mas aqueles que são históricos e espaço-temporais (Lefran, 2019). Dessa forma, para ele, o ser humano é vontade de potência, em outras palavras, afirma que a força motriz envolve todos os fenômenos e as ações é uma busca por expansão, crescimento e expressão de poder tal qual discute em *Assim Falou Zarathustra* de 1885. Logo, para entender a

moral sustentada pelo valor, temos dois pontos de análise: a moral do escravo e a do senhor. A moral do senhor seria potência, eles se reconheceriam em sua força e criariam o conceito de bom, e como contraste definiriam o conceito de ruim, como aqueles que são fracos. Enquanto a moral dos escravos, por serem ressentidos e fracos, criaria como primeiro valor o conceito de Mal, associado aos fortes que os oprimem e subjagam, enquanto eles seriam os bons. O cerne para Nietzsche está que, a forma de ter poder dos fracos é culpabilizar os fortes por serem fortes (Strathern, 2002). Nessa conjuntura, quando ele defende a vontade de potência e fala do escravo e do senhor, parece-me que ele fala de dois tipos de relação com a vida; e que aquele(a) que não reconhece sua potência permanecerá querendo oprimir mais do que se fortalecer. O senhor quer, antes que oprimir, existir em seu lugar de poder. Nesse sentido, creio que Nietzsche e Fernando Rey, que será apresentado mais a frente, possuem um ponto em comum. Nietzsche aposta numa moral em que a potência é a fonte, ser bom ou mal não depende de um mundo duplicado no qual haverá punição após a vida para justificar comportamentos éticos e de respeito. Em última instância, ele está falando da potência como possibilidade criativa e transformadora. Enquanto Mori & González Rey (2012), em sua teoria da subjetividade, defendem que toda produção humana, por ser subjetiva, é criativa e potente.

O outro filósofo que contribui para mudança na forma de pensar o humano é Martin Heidegger (1889 - 1976). Ele quer inovar a filosofia e estudar o Ser enquanto dimensão transcendental, nomeado como existência, por meio do ente que é a existência individual em concreto. Pensa que precisa partir de um ente especial, e nada mais especial para ele do que o ser humano, aquele que possuía capacidade de pensar sobre si (lamundo, 2017). Um dos pontos centrais de seu pensamento está

no *Dasein* (ser-ái), que representa o ser humano, aquele que é jogado na existência. Sua inovação está em compreender que o *Daisen* é, concomitantemente, um ser sempre em relação (Strathern, 2004). Tal novidade reduz a barreira entre o fora e o dentro e reconhece a conexão que existe entreo *Dasein* e o mundo. Ele utiliza-se, também, do conceito de Ser-no-mundo, o ser humano é o ente que se questiona sobre o ser, mas, também sobre sua intencionalidade; em outras palavras, o ser humano é um projeto rumo a seu vir a ser, deslocando o conceito de essência para o de movimento, que para mim parece representar melhor a vida, cabe a perspectiva das multiplicidades (Inwood, 2019).

3.3 Chegando na contemporaneidade

[...] jamais deixei de me espantar [...] que a ordem estabelecida, com suas relações de dominação, seus direitos e suas imunidades, seus privilégios e suas injustiças, salvo uns poucos acidentes históricos, perpetue-se apesar de tudo tão facilmente, e que condições de existência das mais intoleráveis possam permanentemente ser vistas como aceitáveis ou até mesmo naturais.

(Bourdieu, 1999 citado em Rittiner, [s.d.], p. 84).

Partamos, portanto, para os filósofos tidos como contemporâneos, focando naqueles associados desta dissertação. Antes de abordar esse tópico, precisamos

fazer um ato digressivo e explicativo. A Idade contemporânea nasce após a Revolução Francesa, de 1789, que é o ápice da mudança do Absolutismo para a constituição do Estado. Esse cenário sucede, por sua vez, a primeira Revolução Industrial do século XVIII, em que se desloca do feudalismo rumo ao sistema burguês e capitalista atual. Assim, a contemporaneidade vem repleta de transposições. O século XX é o século das guerras, temos ali a 1ª e a 2ª Guerras Mundiais, que rompem com os limites da destruição, dos danos causados por conflitos humanos armados e das questões éticas ligadas a esses enfrentamentos. É na 1ª Guerra que se matam, pela primeira vez na história, civis; e é na 2ª Guerra que se desenvolve a bomba atômica, definidora dos rumos da guerra e destruidora de Hiroshima e Nagasaki, no Japão, em 6 de novembro de 1945 (Blainey, 2010). Vivemos tempos de incertezas e questionamentos.

No campo da física temos Werner Heisenberg (1901 - 1976), que desenvolve o princípio que recebe seu sobrenome, também conhecido como princípio da incerteza. Nos seus estudos, ele afirma que velocidade e precisão não podem ser estabelecidas ao mesmo tempo; de outra forma, a partícula em movimento é onda, mas, se a localizamos em dado momento, ela se torna partícula (Feitosa, 2022). Em outras palavras, eu diria que para se criar um modelo sobre fenômenos da realidade, isolamos ou imobilizamos o movimento, de tal forma que apreendemos algo sobre o objeto de estudo, mas perdemos a magnitude e a potência do objeto na vida concreta. Nesse sentido, a ciência precisa aprender com a imprecisão para encontrar respostas mais próximas da precisão.

Temos também nesse período o cientista Albert Einstein (1879 - 1955), que desenvolve sua teoria da relatividade restrita (1905) e geral (1915). No que interessa a nossa reflexão, pensemos na primeira, a qual demonstra que tempo e espaço não

estão separados (Strathern, 1988). Para explicar sua teoria ele se utiliza da imagem de um trem em movimento com duas pessoas sentadas em vagões diferentes. Na estação é disparado um tiro, e, como a velocidade do som é invariável, aquele passageiro que estiver mais distante do disparo irá percebê-lo em um tempo posterior e diferente daquele que estiver mais próximo ao local do lançamento. Sendo assim, *Ceteris Paribus*, mantendo-se todas as condições, não se pode garantir o momento preciso do evento, posto que para cada um dos indivíduos o tempo da chegada do som foi diferente. Diante disso, podemos pensar que a realidade não parece tão objetiva assim, ou quem sabe, pertence a uma objetividade mais complexa a ser desenvolvida.

Outra inovação do século XX está na teoria dos sistemas dissipativos ou teoria de Prigogine (1917 - 2003), físico e químico, Prêmio Nobel de Química em 1977. A termodinâmica clássica lida com sistemas em equilíbrio e, portanto, com estabilidade de energia. O físico propõe-se a pensar os sistemas complexos — biológicos, sociais e econômicos — que estão distantes do equilíbrio. Ele identifica em seus experimentos que, contrariamente ao que se imaginava, a instabilidade do sistema não leva ao caos; alguns sistemas podem exibir outros níveis de auto-organização, partindo da desordem para novos tipos de ordem (Massoni, 2008). O cientista parece aqui se aproximar das imagens de Dionísio e Apolo apresentadas por Nietzsche. Em sua obra *O Nascimento da Tragédia* de 1872, o autor se debruça em dois personagens para expressar a diade ordem-desordem, Apolo-Dionísio questionando o nascimento da filosofia ocidental com Sócrates por meio da negação da dimensão dionisiaca da existência. Aquilo que é negado pela afirmação da racionalidade, vem à luz com este filósofo. Podemos concluir que reconhecer a desordem, portanto, é reconhecer a dinâmica dos fenômenos vivos.

Com tantas inovações no campo da física, na filosofia não poderia ser diferente. Também no início do século XX, Ferdinand Saussure (1857 - 1913), fundador da linguística estrutural moderna como ciência — ainda atuando no paradigma da ordem e da regularidade dos eventos —, desenvolve *seu Curso de Linguística Geral* (1916). Ele cria o conceito de significante, parte física, perceptível ou audível do signo, sendo composto pelas letras e pelos sons que produzem as palavras; o significado, que seria a parte conceitual, mental ou abstrata do signo; e signo, sendo este o conjunto formado pelo significante e significado, ou seja, a palavra que, escrita ou falada, nos remete a uma imagem, viabilizando a comunicação e a própria língua (Key & Pfeiffer, 2017).

Saussure, portanto, inaugura a Escola Estruturalista da filosofia ao analisar as estruturas subjacentes à linguagem, desenvolvendo uma teoria geral que transversaliza para além do individual. Ele entende que a forma com a qual a comunicação se estabelece por meio da linguagem é universal, apesar de reconhecer que há diversidade de possibilidades de representar aquilo que se considera como real varie de língua para língua. Mesmo sendo um teórico da linguística, os fundamentos elaborados por Saussure influenciam estudos nos campos das ciências humanas como um todo.

Ele é, inclusive, um dos autores que influencia a obra do antropólogo Claude Lévi-Strauss (1908 - 2009), tal qual Sigmund Freud. Partindo da ideia de estruturas de pensamentos subjacentes a todas as culturas, Lévi-Strauss desenvolve a teoria do “pensamento selvagem” em cuja estrutura está a proibição do incesto. Sendo assim, por meio de sua análise estrutural de parentesco, ele desdobra possíveis implicações para organização social e cultural. A proibição do incesto, regra geral, é social, na forma em que se define em cada cultura — apontando aqueles com os

quais não é permitido relações sexuais —, e, ao mesmo tempo, é pré-social, por ser universal (Becker, 2017).

Nesse diapasão, Pierre Bourdieu (1930 - 2002), sociólogo proveniente de família humilde do interior da França, por seu brilhantismo, frequenta as melhores e disputadas escolas da época; mesmo sendo bastante reservado quanto a sua vida privada, em algumas obras deixa escapar o quanto ele se sentia excluído dessa realidade aristocrática que passou a frequentar e o quanto era insatisfeito com a rigidez educacional na França, o que não deixa de pontuar e criticar em suas construções teóricas (Maggio, 2017). Ele critica, por exemplo, a visão de que as estruturas sociais existem para manter a ordem e a estabilidade; argumenta que elas existem, também, para reproduzir desigualdades sociais e manter privilégios de certos grupos. Desse modo, a partir deste alicerce, ele desenvolve sua teoria sobre formas de capital, que seriam tipos de recursos que os indivíduos podem converter em vantagem social; isto é, aquilo que viabilizaria a transposição de pertencimento a determinados grupos (campo). Bourdieu separa, então, em **capital econômico**, aquele tipo de recurso que se refere a dinheiro e bens e que pode ser usado para adquirir outros tipos de capital:

De fato, é impossível explicar a estrutura e o funcionamento do mundo social a não ser que reintroduzamos o capital em todas as suas formas e não apenas na forma reconhecida pela teoria econômica. A teoria econômica permitiu que nela se enxertasse uma definição da economia das práticas que é uma intervenção histórica do capitalismo; e ao reduzir o universo das trocas à troca mercantil, que é objetiva e subjetivamente orientada para maximização dolucro, ou seja, *de interesse (economicamente) pessoal*, ela implicitamente

definiuas outras formas de troca como não econômicas, e, portanto, *desinteressadas*. Em particular, ela define como desinteressadas as formas de troca que garantem a *transubstanciação* através da qual os tios mais materiais do capital — aqueles que são econômicos no sentido restrito — podem se apresentar na forma imaterial do capital cultural, ou do capital social, e vice-versa (Bourdieu, 1997c;46[1983], como citado em Greenfell, 2018).

Ainda nesse campo de discussões, para o sociólogo Bourdieu (1997c apud Grenfell, 2018), o capital social remete a rede de relacionamentos sociais e contatos do indivíduo. Enquanto o **capital cultural**, remete a conhecimento, habilidades e disposições culturais internalizadas, objetos culturais, símbolos de status ou credenciais formais como diplomas, ou seja, a tudo aquilo que dá ao sujeito novo status. Por fim, o teórico se refere ao **capital simbólico** como aquele ligado a prestígio, reconhecimento e legitimação em determinada sociedade.

Ao desenvolver didaticamente essa forma de perceber artefatos que modificam o lugar social de poder e de liberdade, Bourdieu associa isso ao seu conceito de **campo**, que é um espaço social estruturado, formado por relações de poder e lutas simbólicas. É no campo que se apresentam as formas de hierarquia e regras que estabelecem inclusive o valor de cada tipo de capital. Sendo assim, cada grupamento humano com sua identidade forma um campo, a exemplo do campo dos acadêmicos, ou dos pais solos adotivos, etc. Importante frisar que as pessoas fazem parte de diversos campos e que os campos se interatuam, sendo que, no composto social, alguns campos possuem maior ou menor visibilidade e poder, como podemos pensar sobre o campo formado por homens heterossexuais e o campo formado por homens homossexuais.

Neste composto, o intelectual também traz o conceito de *habitus*, que, diferente da palavra hábito, refere-se a padrões de comportamento, percepção e pensamento adquiridos na socialização e que são internalizados. Portanto, *habitus*, remete a dimensão individual e subjetiva associada a uma subjetividade social. Dessa forma, campo, *habitus* e capital são aspectos que se interrelacionam na rede cotidiana de interação social e de ocupação de espaços simbólicos e concretos. Em seu livro *A dominação masculina* (2012), Bourdieu mostra que somos levados pela socialização e pela constituição cultural e histórica a compreender intuitivamente, ou seja, de forma consciente ou não, por meio de símbolos, significados e estruturas sociais quem pode o quê. Assim, são estabelecidas formas de violência sutis, que são internalizadas como parte da interação; é o que acontece quando normas, valores e sistemas de significado reforçam o poder de certas classes e grupamentos humanos. No livro em questão é demonstrado, por exemplo, que o patriarcado se sustenta mais por formas sutis de dominação do que por formas efetivamente diretas. A violência simbólica pode ser bem ilustrada com a imagem do elefante criado numa jaula, e, mesmo quando a porta está aberta, o animal não percebe que pode sair.

Sobre esse tema, é válido retomarmos que na década de 1930, Norbert Elias, sociólogo alemão, e John L. Scotson, sociólogo britânico (2000) fazem uma pesquisa para entender as relações de inclusão e exclusão social. Eles criam então o nome fictício da cidade estudada como Winston Parva. Por meio das suas observações, os estudiosos perceberam que havia dois grupamentos humanos que interagiam socialmente, mas que havia também uma hierarquia e uma espécie de sectarismo entre eles. Na busca de compreender como esse cenário se constituía socialmente, identificaram que, arbitrariamente, os moradores antigos da região se sentiam e

agiam como se fossem superiores aos novos moradores. O ponto central que aqui nos cabe é identificar que existem formas sutis que desencadeiam tipos específicos de interação e que, quando menos se espera, a conjuntura de diferenças se estabelece, posto que aqueles que são aliados do poder, internalizam como seu lugar social a menor fatia de decisão.

Com as identidades de gênero, isso não é diferente, pois se estabelecem valores e significados sobre homem, mulher e sexualidades por meio das práticas cotidianas, da linguagem e das representações sociais, onde o que é cultural é internalizado como prática natural. A esta prática incorporada e inconsciente que se reproduz no cotidiano Bourdieu (Grenfell, 2018) dá o nome de **doxa**.

Sendo assim, Bourdieu aponta que as mudanças sociais se estabelecem pela luta de mais espaços de poder por meio do campo — organização dos grupamentos humanos em volta de um interesse comum. A mudança precisa não apenas ser na prática estabelecida pela lei, mas pela mudança simbólica de significação (Thiry-Cherques, 2006). Nesse contexto de discussão, o desafio desta dissertação consiste em possibilitar uma ampliação da concepção de família e de existência humana questionando-se o modelo.

Cabe pontuar, pelo exposto, que o modelo é aquilo que internalizamos como possibilidade do real, o qual cerceia outras possibilidades de escolhas e de existir. De alguma forma é necessário estruturar psicologicamente as experiências e interações sociais; a questão está em quando reproduzimos modelos que são contrários a nossos direitos e nosso bem-estar. A proposta está, então, em flexibilizar o modelo a partir da construção de algo diferente da opressão proposta pelo patriarcado.

3.4 Uma conversa com quem entende de opressão: feminismo e paradigma feminista — um relato histórico

Que noite mais funda calunga
No porão de um navio negreiro
Que viagem mais longa candonga
(...)

Quem me pariu foi o ventre de um navio
Quem me ouviu foi o vento no vazio
Do ventre escuro de um porão
Vou baixar no seu terreiro
Epa raio, machado, trovão
Epa justiça de guerreiro
(...)

Vou aprender a ler
Pra ensinar meus camaradas
Vou aprender a ler
Pra ensinar meus camaradas
'Prender a ler
Pra ensinar meus camaradas
Vou aprender a ler.

Yaaya Massemba de Maria Bethânia

Neste momento, é necessário fazer um recorte na narrativa para que possamos entender os pontos importantes daquilo que, muitas vezes, é mal compreendido por distorções dadas pela mídia — como por exemplo, o feminismo.

Devemos entender que as mulheres — durante muito tempo na história da humanidade — foram anuladas de exercerem seus direitos civis e, portanto, as decisões concernentes a própria vida. Assim, a democracia que o ocidente tem como base referenda-se àquela defendida na Grécia Antiga, onde os homens se reuniam numa assembleia popular (Éclésia), na Àgora, para tomar as decisões. Eram definidos cidadãos somente alguns tipos de homens, excluindo, portanto, as mulheres, as crianças e os escravos, de modo que o pater famílias romanas — o qual constitui a base do direito brasileiro — tinha o direito de vida e morte sobre as esposas e as crianças (vários colaboradores, 2011).

A historiadora Federici (2019) enriquece a reflexão ao mostrar que o sistema capitalista torna-se possível, também, pela apropriação dos corpos femininos, tornando este corpo a serviço do Estado por meio da reprodução. A mulher é geradora de mão de obra. As mulheres e sua participação na história são invisibilizadas, o que ocorre, por exemplo, quanto a possibilidade de autoria de obras que, muitas das vezes, precisavam receber codinomes masculinos.

As mulheres, portanto, assumiriam lugares de poder ou não, a depender da necessidade do sistema. Um exemplo está na Revolução Francesa, a qual foi apoiada pelas mulheres, mesmo que elas fossem invisibilizadas pela Declaração dos direitos do homem e do cidadão (1789). Em resposta, Olympe de Gouges, pseudônimo de Marie Gouze (1748 - 1793), escreve a *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã* (1791), que foi peremptoriamente ignorada, negando a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Uma grande traição histórica. Da mesma forma

— mas desta vez apontando a tirania doméstica que impossibilitava a educação, o trabalho e a independência feminina — , Mary Wollstonecraft (1759 - 1797) escreve *Reivindicações dos direitos da mulher* (1792 (DK, 2019)).

Tendo em vista a dominação masculina e a impossibilidade de ocupação de espaços públicos, as mulheres que tinham algum poder realizavam reuniões para discutir pautas referentes aos direitos das mulheres, ou seja, pautas feministas. Todas elas calcadas na busca de equidade de ocupação social, financeira, política e existencial.

No início, a luta foi por direitos políticos, os quais foram influenciados pelo movimento das sufragistas ao redor do mundo, que defendiam o direito ao voto e, portanto, a representação de suas necessidades no poder; defendiam direitos civis e legais, como direito à propriedade, ao divórcio, à educação e ao trabalho. Muitos desconhecem que a pauta feminista — antes de ser autorreferente — era uma pauta que defendia os direitos humanos e de igualdade, de modo que muitas das lutas também eram a favor da abolição da escravidão, reforma penitenciária, melhores condições de trabalho e saúde pública.

No Brasil, Duarte (2020), considera o início do século XIX como o primeiro momento do feminismo, nomeando como **Letras Iniciais**, período em que as mulheres lutavam pelo direito ao estudo — sendo que as primeiras escolas públicas femininas foram abertas em 1827, e aquelas que se capacitaram tinham o compromisso de passar para outras mulheres a competência desenvolvida. Uma referência histórica foi Nisia Floresta Brasileira Augusta (1810 - 1885), que — se inspirando em Wollstonecraft — escreveu *Direito das mulheres e injustiça dos homens*. Entretanto, talvez pela importação de modelos e condutas eurocêtricas, Rago (2020) defende que não houve historicamente um movimento feminista brasileiro. Ouso discordar da

autora, posto que, como fatos históricos mostram, havia um clima internacional de tensão entre o modelo que existia e o modelo almejado; ainda, também, porque há uma produção própria, voltada a nosso contexto, mesmo que espelhado no exterior.

O segundo momento, **ampliando a educação e sonhando com o voto**, se constituiria a partir de uma ampliação da agenda — além dos estudos — referente ao direito ao voto. Assim, ao nos reportarmos a 1870, quando em nosso país existiam uma diversidade de jornais dirigidos por mulheres; marcadamente temos: *O Sexo Feminino* comandado por Francisca Senhorinha da Mota Diniz, o qual defendia que somente por meio do conhecimento seria possível “quebrar as cadeias que desde séculos de remoto obscurantismo nos rodeiam” (Duarte, 2020, n.p.).

Seguimos para o terceiro momento, **rumo à cidadania**, início do século XX. Éramos uma economia agroexportadora num processo de industrialização em que a educação era vista como propulsora do desenvolvimento — apesar das resistências (Xavier, 1990, como citado em Cossetin e Lara, 2016). Além disso, temos algumas referências históricas que se destacam, como por exemplo: Bertha Lutz (1894 - 1976), na luta pela igualdade de direitos; e Maria Lacerda de Mourar (1887 - 1945), na luta pela libertação total das mulheres e pelo direito à educação.

Para apontar a importância e magnitude do voto feminino basta registrar que ele se inaugura nos EUA apenas a partir de 1919 — momento pós 1ª Grande Guerra —, posto que os homens iam para a guerra e as mulheres precisavam assumir seus postos. Na Nova Zelândia esse movimento ocorreu, em 1893; na Austrália em 1902; e na Noruega em 1907.

No Brasil, em 1927, o governador do Rio Grande do Sul, Juvenal Lamartine, aprova a lei que autoriza o voto às mulheres, antecipando-se à União. Assim, se cria

o “Manifesto Feminista” ou “Declaração dos Direitos da Mulher” assinado por Bertha, Jerônima Mesquita, Maria Eugênia Celso, Clotidel de Mello Viana — esposa do vice-presidente da República — e outras mulheres de grande influência, nos seguintes termos: “As mulheres, assim como os homens, nascem membros livres e independentes da espécie humana, dotados de faculdades equivalentes e igualdade chamados a exercer, sem peias, os seus direitos individuais. Os sexos são interdependentes e devem, um ao outro, a sua cooperação.” (Cardoso, I., 1982; como citado em Duarte, 2020, n.p.). Entretanto, apenas em 1932, dois anos após a Revolução de 30, no governo de Getúlio Vargas, se altera o Código Eleitoral autorizando, portanto, o voto feminino.

Vale ressaltar quão vitorioso é o direito ao voto feminino no Brasil, uma vez que em nosso Código Civil de 1916, vigente a época, estas mulheres eram privadas da capacidade de cuidar dos bens pertencentes a sua família de origem; não poderiam se separar; não tinham capacidade jurídica de decisão sobre o trabalho; e os filhos ficariam, preferencialmente, com os pais em caso de desquite judicial e a adoção era mero ato contratual, sem direitos sucessórios. Neste Código, o homem era o *pater familias*, e a mulher era coisificada (Melo, 2013).

Além disso, havia também um interesse em fomentar pressupostos educacionais liberais — no início do século —, com intuito de viabilizar mais oportunidades, também, aos jovens mais pobres da população evitando assim um custo menor — do que apenas modificar a distribuição de renda (Xavier, 1990, como citado em Cossetin & Lara, 2016). Na República Velha (1889 - 1930) as crianças e os adolescentes também eram objetos de direitos e não sujeitos de direitos. Alicerçado pela lógica cultural da época surge o decreto nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927, conhecido como Código de Menores, que se preocupa em resolver a questão de

pobres, infratores, abandonados e delinquentes, ou seja, era uma lei pró-institucionalização mas mais voltada a uma higienização social do que o cuidado com a criança e o adolescente. Era uma lei para os pobres a favor dos ricos (Aliança & Neves, 2015; Fischer, 2012).

Desse modo, percebo que os direitos foram dados em momentos de crise como uma forma de apaziguamento social. Embora pareça um tema eliminado de discussão, somente em 2011 as mulheres puderam votar na Arábia Saudita. Não precisamos ir muito longe, basta lembrarmos do tiro que Malala levou no Afeganistão, em 2012, porque defendia o direito ao estudo (Yousafzai, 2013).

Na década de 60 a 80, a pauta feminista ganha novas feições. Estamos falando de um momento após a 2ª Guerra Mundial, e um movimento social contrário as guerras e a violência. O desejo de novas formas de vida. Em 1960, representando a busca pela liberdade e experimentação, temos o movimento Hippie. No mesmo ano surge a pílula anticoncepcional nos EUA — acontecimento considerado revolucionário diante o controle dos corpos reprodutivos das mulheres, embora igualmente questionável, visto que as pesquisas de contracepção tenham sido feitas somente sobre os corpos femininos e não os masculinos. Em 1969, temos o festival de Rock em que sintetiza a necessidade de novos caminhos para sustentabilidade social.

Temos ainda, na década de 60, a Rebelião de Stonewall. À época, o bar Stonewall inn, em Manhattan, em Greenwich Village, funcionava em condições precárias, administrado pela máfia que subornava a polícia, com intuito de viabilizar, mesmo que de forma parcial, a garantia do funcionamento do estabelecimento por meio da conivência policial. Mesmo assim, o público LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer/Questionando, Intersexo,

Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias), era perseguido, preso e exposto na imprensa, expondo, assim, traços de uma época em que a homossexualidade era escondida. Em 28 de junho de 1969, a polícia iniciou uma batida na intenção de que caminhassem calados para viatura, contudo, alguém em registros históricos não se sabe se foi uma mulher ou uma drag queen, uns dizem que foi uma lésbica, outras uma drag queen:

[...] disse não e resolveu lutar com a polícia, e questionou os outros clientes e os gays que começavam a se aglomerar na calçada: 'Vocês não vão fazer nada?' Foi a faísca que acendeu a fogueira. De repente quem corria e tinha medo eram os policiais, de um momento para outro os gays e os trans descobriram que tinham poder; que juntos, em comunidade e lutando, tinham poder. (Reitter, 2021, n.p.).

No Brasil, na mesma época, devido a organização feminina, e a alguns avanços sociais, temos a criação da Lei nº 4.121 de 27 de agosto de 1962, conhecida como Estatuto da Mulher Casada. Esta lei revoga vários artigos do Código Civil de 1916, principalmente ao que concerne o Direito de Família. A mulher se torna equiparada ao homem no exercício do contexto familiar, além de revogar o Art.6º, inciso II, que colocava a mulher como relativamente incapaz para prática dos atos da vida civil (Mello, 2013). Sendo assim, a Lei nº 6.515 de 26 de dezembro de 1977 se viabiliza não somente a dissolução do casamento anterior por meio do desquite, mas, também, e acima de tudo, o divórcio — que significa a possibilidade de conter novas núpcias e poder se casar novamente. Logo, podemos observar que, pelo menos em termos jurídicos, tal lei retira do Código Civil de 1916 o

conservadorismo referente a família e a subjugação da mulher pelo homem, visto que com a Emenda Constitucional nº 66 de 2010 se estabelece maior facilidade para a efetivação do divórcio.

Chegamos na quarta e última fase do feminismo brasileiro, definido por Duarte (2020) como: **revolução sexual e literatura**. Assim, estamos na década de 70, em plena Ditadura Militar, e, enquanto em outros países se lutava contra discriminação, sexual e, portanto, ao direito ao prazer e ao aborto, no Brasil as mulheres precisavam lutar, também, contra uma estrutura estatal cerceadora, cruel e redutora de direitos. Em 1981, é criado *O Mulherio*, jornal ligado a Fundação Getúlio Vargas, em que se faziam denúncias contra a violência, discriminação da mulher negra e questões relacionadas às políticas do corpo. Uma referência é Rose Maria Muraro (1930 - 2014), que sempre se definiu como feminista e, mesmo em tempos de ditadura, não deixou de trazer suas pautas sociais e femininas.

Enquanto isso, na ciência emergem novas formas de questionamento os quais são apontados por epistemólogas do feminismo, como: Fox Keller (1936 - 2023), Sandra Harding (1935 - 2020) e Helen Longino (1944 -). Keller, cientista e filósofa da ciência, critica a ciência como objetiva e livre de preconceitos de gênero, e é reconhecida por suas análises críticas sobre ciência, gênero e biologia; Harding, filósofa, busca colocar a ciência em perspectiva, introduzindo a questão de gênero e a diversidade enquanto se direciona para uma crítica pós-colonial; Longino, filósofa da ciência, questiona — por meio da epistemologia feminista — como as questões de gênero interferem na produção e validação do conhecimento científico, além de questionar sobre a ausência do olhar e do pensamento feminino para construção do conhecimento, desenvolvendo, assim, a teoria da Evidência e Justificação —

geradora do diálogo e debate crítico referente a avaliação e validação das teorias científicas (Rocha, Gomes & Rocha, 2022).

Outra referência feminista importante é Joan Walach Scott (1942 -), historiadora que reconhece o gênero como uma construção social, e questiona a abordagem da “história das mulheres” com enrijecimento de estereótipos enquanto defende uma “história de gênero” — tal qual defendo gênero como relação e não com constituição de polos isolados (homem e mulher). Ela reconhece a história como construto e, portanto, faz análise de discurso e linguagem, e produz discussão das relações subjacentes de poder e subjetividade na escrita da história (Siqueira, 2008; Zazueta & Scotland, 2017). Assim, o ponto central é questionar a hegemonia e a falsa verdade que é dada pelo único viés validado a partir da lógica masculina patriarcal.

Chegamos então à década de 80, após as Diretas Já, e com a redução da contenção da Ditadura, grupos de mulheres — chamados de “charmoso lobby do batom” — ultrapassam as divergências partidárias e se aliam a 26 deputadas federais constituintes, garantindo a equidade de todos os brasileiros na Constituição de 1988.

É com esta mesma Constituição que se transformam crianças e adolescentes em pessoas de direito e de cuidado, e responsabilidade do Estado, da sociedade e das famílias em 13 de junho de 1990, por meio da Lei nº 8.069, se institui o Estatuto da criança e do Adolescente.

Também, nas décadas de 1980 e 1990, eclode a Aids, nomeado à época como câncer gay, trazendo à tona a sexualidade divergente da heteronormatividade e maximizando os discursos conservadores, até que se descubra que não existe perfil de risco, mas sim comportamento de risco. Logo, não era a sexualidade em si

que era o problema, mas a conduta sexual desprotegida. Ao mesmo tempo, estávamos numa época em que o feminismo se revisava. Existiam aquelas que questionavam o discurso feminista como a serviço da mulher branca de classe média e alta, quando as questões referentes às mulheres, negras e pobres, ficavam fora da pauta. Dentre elas temos a referência de Angela Davis (1944 -) e bell hooks (1952 - 2021). Existiam aquelas que começaram a questionar a topografia, por assim dizer, daquilo que definia gênero como conceito unívoco de pautas — as quais acobertavam a variedade humana. Dentre elas temos Eve Kosofsky Sedgwick (1950 - 2009) e Judith Butler (1956 -), referências para teoria queer.

Assim, notamos que a teoria queer questiona as noções tradicionais e binárias de gênero, defendendo uma política baseada na valorização e reconhecimento da diversidade de identidades de gênero e sexualidade, criticando a assimilação de normas sociais dominantes que buscam integrar as identidades LGBTQIAPN+.

Em 1990, Sedgwick publica seu livro “Epistemologia do armário”, em que questiona o quanto “o dentro” e “o fora do armário” moldam a cultura enquanto estabelecem lugares restritos de existência LGBTQIAPN+ social. Aquele(a) que precisa anunciar-se socialmente por uma sexualidade divergente, carrega os valores heteronormativos seja no silêncio ou na expressão. O silêncio carregado de vergonha e medo; e a expressão pública, carregada de preconceito e violência, fazendo desta forma de visibilidade um aprisionamento a partir da perspectiva patriarcal heteronormativa.

Nesta fase do feminismo, constrói-se o que chamamos de interseccionalidade, referindo-se, portanto, à diversidade de agendas, a qual considera questões de raça, orientação sexual, classe social e outras variáveis para se pensar os grupamentos.

Emerge uma espécie de movimento em que se diz: o feminismo é para todos. Esta fala inclui e traz à luz, inclusive, a invisibilidade dada ao sofrimento masculino ao ser agenciado socialmente e se enquadrar no modelo da opressão e da desigualdade relacional.

Hooks em *O feminismo é para todo mundo*, compartilha da importância que é mudar o viés e parar de olhar o homem como um estranho ou inimigo para pauta feminista, mas sim reconhecer àqueles que se afinam com a igualdade. Ela traz a perspectiva de que a primeira e grande violência que o homem faz é em si, ao seccionar o afeto e o pensar, ao ter que se dessensibilizar para existir no mundo da masculinidade. Em outra obra (2004) observamos esta dimensão para realidade dos homens negros, visto que o apontamento ressalta a necessidade de se repensar o amor. Assim, se reconhece que não há possibilidade de amar se não há consciência e igualdade, nem a possibilidade da construção de uma parceria em que as dimensões humanas e afetivas não podem emergir (2021).

Com esta pauta inclusiva emergem outros livros ao redor do mundo com títulos semelhantes: Chimamanda Ngozi Adichie (1977 -), feminista nigeriana, em *Sejamos todos feministas*, apresenta um convite à reflexão, tendo como pano de fundo a realidade da Nigéria e da África; Márcia Tiburi (1970-) em *Feminismo em comum: Para todas, todes e todos*, dá nome e lugar à diversidade sexual e identitária fomentando o direito a um nome e pronome social.

No Brasil, em 29 de dezembro de 1994, se inaugura a Lei nº8.971, e em 10 de maio de 1996 a Lei nº 9.278, ambas tratando do reconhecimento da união estável, porém, apenas entre homens e mulheres. Constitui, mesmo assim, avanço contra o conservadorismo do instituto casamento como único veículo para garantia de direitos.

3.5 Para finalizar: voltemos à filosofia

Começar de novo
Começar de novo e contar comigo
Vai valer a pena ter amanhecido
Ter me rebelado, ter me debatido
Ter me machucado, ter sobrevivido
Ter virado a mesa, ter me conhecido
Ter virado o barco, ter me socorrido

Ivan Lins

Após a interrupção na narrativa para contextualizar o leitor quanto a pontos importantes e históricos do feminismo, podemos dar continuidade à reflexão sobre modos de pensar. A digressão foi necessária tendo em vista que a filósofa base desta dissertação é também feminista e se enquadra tanto em campos da filosofia como do feminismo.

Falamos do estruturalismo de Saussure e de suas influências em outras áreas do conhecimento. Surge uma tríade filosófica: Foucault, Derrida e Deleuze – filósofos do acontecimento. O estruturalismo defendido por Saussure se relacionava ao estudo de como todas as línguas funcionam como sistema, criando-se a análise, conforme já exposto, significante-signo-significado (Key & Pfeiffer, 2017).

Tudo indica, que a proposta de Jacques Derrida (1930-2004) não era confrontar o estruturalismo, mas pensar a partir dele. Não havia um estruturalismo como uma única escola do pensamento. Sua crítica se refere à possibilidade de uma lei geral da linguagem e a possibilidade de uma descrição objetiva. Questiona a

possibilidade deciframento de uma verdade. Sua questão se apresentava como: O que é estruturalismo? O que ele pode fazer pela crítica? (Smith-Laing, 2018).

Em verdade, o filósofo estava apontando aspectos que, em sua concepção, eram falhos na teoria de Saussure. Para ele, o significado não era um resultado, mas um processo. A comunicação não era direta e objetiva, mas interpretativa. Ele baseou suas críticas utilizando-se da interpretação sobre a interpretação, interrogando-se sobre a interpretação textual existente e trazendo para ela questionamentos e revisões. Por isso, torna-se uma referência no processo de desconstrução. É o filósofo do absurdo. Para ele, “o absurdo é uma ideia de extrema seriedade” (Strathern, 2002). A subjetividade é vista por Derrida como um processo que se constitui na vida. Transpondo este pensamento para o texto, se nada está fora do texto, a diversidade interpretativa se dá pela relação do texto com a subjetividade do leitor. Desta forma, produz deslocamentos, rupturas, posicionamento paradoxal dentro e fora dos sistemas e bricolagem teórica. Em última instância, ele é um pensador e questionador das verdades.

Neste diapasão, Derrida se torna o filósofo da diferença. Ao questionar a estrutura e a verdade, ele enfatiza que a desconstrução “deve estar relacionada a uma problemática político- institucional [...]. Tal postura privilegiará também um aspecto bastante relevante para a discussão da desconstrução em qualquer domínio da cultura: o cuidado com o outro, a abertura para o singular. O interesse pela alteridade[...].” (Carrara, 2015, p. 89).

Surge, neste contexto, Michel Foucault (1926-1984), historiador e psicólogo, que, por meio de seus estudos sobre a loucura, encarceramento e sexualidade, identifica formas de **Poder-Saber**. Segundo (Foucault, 2000a, p. 255, como citado

em Fischer, 2012, p. 23), “O saber não é feito para consolar, ele é decepçiona, inquieta, secciona, fere”.

Em *Vigiar e Punir*, Foucault (1987) usa-se do panóptico criado por Jeremy Bentham, cuja ideia era uma produção arquitetônica para instituições de vigilância e controle social (Kallman, 2017). Seria formada por uma torre central onde as celas seriam construídas ao redor dela possibilitando a vigilância constante, ou, o mais importante, a sensação de vigilância constante. A partir dessa ideia, o psicólogo pode desenvolver sua discussão sobre disciplina e vigilância que, para ele, vai além das instituições concretas e presentes, mas que fazem parte do controle social entre os próprios sujeitos. Em *História da sexualidade* (2020), Foucault mostra que o controle atravessa os corpos nas dimensões da liberdade e da expressão do desejo e do prazer (Temple, 2018).

Por meio da arqueologia do saber, inspirado em Nietzsche, Foucault mostra a mudança dos valores, do conhecimento e dos sistemas de pensamento no decorrer da história. Em sua fase genealógica, ele acrescenta a relação entre saber, poder e subjetivação na constituição do **dispositivo** – arranjo complexo de poder-saber, que conecta das mais diversas formas diferentes contextos que envolvem instituições, discursos e práticas com intuito de manter certas estruturas de poder. Isso significa dizer que a forma que se concebe o saber está relacionada intrinsecamente à distribuição de poder nos grupamentos humanos e interfere na forma do sujeito-humano se relacionar consigo e com o mundo por meio da constituição subjetiva de formas específicas de pensar e entender a experiência humana no mundo. Ao trazer sua perspectiva histórica da ciência e do conhecimento, Foucault possibilita a constituição de processos de problematização que podem permitir uma revisão da compreensão sobre o dispositivo e o saber-poder.

Por fim, seja o controle que institui o comportamento adequado, seja a racionalidade e o exercício do poder um produto histórico, cabe apontar que os discursos e sua influência constitutiva de compreensão da realidade ganham corpo e vida por meio das pessoas e das relações. Em termos ilustrativos, podemos nos referir à reflexão de Deleuze (1988, p. 15-16) sobre os enunciados de Foucault:

[...] se é verdade que os enunciados são raros, em sua essência são raros, por outro lado não há necessidade de ser original para produzi-los. O que conta é a regularidade do enunciado: não uma média, mas uma curva. O enunciado, com efeito, não se confunde com a emissão de singularidades, que ele supõe, mas com o comportamento da curva que passa na vizinhança delas, e mais geralmente com as regras do campo em que eles se distribuem e se reproduzem.

O enunciado se assemelha àquilo que Bourdieu (Grenfell, 2018) chama de *doxa*. Somos atravessados pela cultura, pelo controle, pelos valores e, muito mais que seres autônomos, nos tornamos uma reprodução de um sistema social.

Neste processo de ampliação de reflexão sobre a realidade social e as relações, temos também Gilles Deleuze (1925-1995). Sua teoria abarca a influência dos sistemas culturais e sociais por meio da **máquina desejan**te no sentido que o desejo se produz e se constitui em relação com estes sistemas (Santos, 2001). Ele inova ao propor uma nova forma de se constituir enquanto sujeito. Reconhece a aleatoriedade por meio dos **rizomas** que se constituem por uma estrutura não hierárquica e não linear (Deleuze, 2011). Para vislumbrar o rizoma, poderíamos imaginar a rede de neurônios no cérebro, em que um neurônio se conecta com

outros neurônios como processos naturais e interativos advindos das experiências que se apresentam a cada momento.

Para Deleuze, é primordial o movimento, que pode ser expresso por meio da **desterritorialização**, como vivência do novo e do inesperado; ao mesmo tempo que ele pode se expressar por meio dos **corpos sem órgãos**, como uma desorganização e produção de fluxos nos corpos, desfazendo-se das estruturas fixas e hierárquicas. Ele aposta em possibilidades, acredita na transgressão como processo criativo e transformador. Por meio de **linhas fuga**, podem-se transpor restrições ideológicas e sociais, afinal, ele se baseia no **devir** (Schérer, 2005).

Encontramo-nos numa contemporaneidade de desconstruções necessárias para que se possa construir novas formas de viver em sociedade baseados em mais respeito e na diversidade (Henrigen, 2007).

Na década de 1990, Judith Butler (1956) foi influenciada pelo pensamento de Austin, Foucault, Derrida, Nietzsche e outros filósofos no contexto de um feminismo que se revisava e incluía a interseccionalidade. Com essas influências, desenvolve sua teoria da performatividade.

John Austin (1911-1960), filósofo da linguagem, defende que, quando usamos a linguagem, não apenas estamos nos comunicando, mas também, estamos produzindo “atos de fala”, ou seja, estamos produzindo uma ação. E no ato de fala se está realizando uma “performance linguística” (Austin, 1962).

Baseada em Austin, Butler desenvolve o conceito de performance relacionada ao gênero. Utiliza-se da imagem teatral para explicar sua visão sobre gênero. No teatro, os atores performam um personagem; sendo assim, eles se tornam, naquele momento, um personagem. Da mesma forma seria com gênero, as pessoas

aprendem a identificar papéis, formas de expressão e de pensar que as identificam com a identidade masculina ou feminina (Butler, 2003).

Com essa imagem, está pondo em xeque a naturalização do gênero, trazendo à tona sua dimensão cultural. Ser homem e ser mulher é algo que se constitui por meio da socialização e compartilhamento de valores e atitudes. Entendendo-se gênero como uma constituição dada pelo patriarcado por meio do modelo binário e heteronormativo.

Ela com sua obra está abrindo espaço para a **diferença** e para a inclusão. Somente temos a exclusão porque o modelo restringe as possibilidades de gênero. Butler inova ao descolar gênero de orientação sexual e de sexo. São três dimensões distintas que podem estar juntas ou não. Sexo seria aquilo que biologicamente somos ao nascer: homem ou mulher. Orientação sexual se refere a dimensão onde eu sinto prazer e desejo que pode ser pelo sexo oposto ou pelo mesmo sexo. E gênero estaria relacionado à minha identificação com a identidade masculina ou feminina.

Existe a possibilidade de a pessoa nascer homem e se sentir mulher e vice-versa. Estas seriam as pessoas trans. Não há o enquadramento do sexo com a identidade. Outra, a pessoa pode ser homem biologicamente, sentir-se mulher e desejar mulher; sendo assim, a pessoa se identifica com a orientação sexual homoafetiva feminina.

Está tão arraigada a binaridade que é difícil pensar em algo que não seja homem ou não seja mulher e que receba um outro nome. Tanto o é que a vivência trans é seguida do adjetivo feminino ou masculino. A proposta de Butler (2003) é problematizar a lógica linear e viabilizar uma reflexão sobre modos de ser e existir.

Para a filósofa, o corpo das pessoas não preexiste como tal sem as convenções que dão significado ao corpo.

Paremos para compreender melhor. Lembremos que a linguagem organiza aquilo que percebemos e interagimos. Em cada universo linguístico, “as coisas” recebem uma palavra, aquelas que aquele universo reconhece como importante. Pensemos na palavra saudade em português e na palavra miss. Quando dizemos “Estou com saudade”, esta palavra se associa, de alguma forma, quase à ideia de banzo, que é uma falta que dói. Enquanto em inglês, quando dizemos “I miss you”, na cultura estadunidense, representa apenas um sentir falta, tanto que o uso da expressão é mais cotidiano do que a palavra saudade para nós. Os sentidos são distintos embora próximos porque, em cada cultura, a afetividade se expressa de forma distinta.

Como se pode verificar, aquilo que nomeio acaba se tornando uma forma de representação e de significação subjetiva, afinal, por exemplo, a palavra mãe não significa emocional e cognitivamente para mim o mesmo que significa para o outro. Temos experiências distintas com as figuras maternas.

Butler está trazendo a consciência que a representação do corpo é engendrada e está imbrincada na heteronormatividade. Existe o homem e a mulher a partir de uma lógica linguística social de dois polos que se associam. Na binaridade, estabelece-se a expectativa naturalizada de que homens e mulheres se identifiquem com a heterossexualidade. Para tanto, a masculinidade se afirma no patriarcado por meio da associação com a violência, o poder e a racionalidade. E o fantasma que coloca o homem em evidência, quanto a não masculinidade, é tudo aquilo que se aproxima de uma feminilidade e de um padrão não heteronormativo.

A pensadora recebe críticas quanto ao uso do termo performance, uma vez que desestabiliza as identidades de mulher e homem e, conseqüentemente, as agendas de luta em prol da mulher (Jagger, 2008). Ela, por um lado, foi infeliz com a escolha de performance. Ao associar esta ideia ao teatro ela abre margem para compreensão de que as identidades de gênero e desejo podem ser simplesmente escolhidas, quando, em verdade, sua tese é a de que precisamos revisar os conceitos de homem e mulher para viabilizar uma multiplicidade de masculinidades e feminilidades. Sua defesa é pela diversidade e pelo direito individual a suas identificações e formas de agir.

Em *Corpos que importam* (Butler, 2023), a autora tenta explicar melhor a sua teoria e a sua visão sobre a performance, trazendo-a para a experiência de identificação do corpo como sexualizado, sendo que esta sexualidade, enquanto processo subjetivo de identificação, expressa-se numa linguagem heteronormativa. Em outros termos, ela critica a estabilidade e a fixação da identidade de gênero e problematiza, mais uma vez, que, inclusive nos corpos, a linguagem inclui certos tipos de experiências corporais e nega outras formas de vida.

A feminista Federici (2023) defende a categoria “mulheres” como necessária para promoção de direitos e, portanto, para a política feminista. É através do corpo que as mulheres historicamente foram dominadas e violentadas; seja no corpo ou em sua subjetividade. Sendo assim, questiona as teorias discursivas, sejam elas de Foucault ou Butler, por entender que, é impossível “ir além do binário” sem a compreensão daquilo que o sustenta economicamente. “Como falar de nossa ‘performance’ de gênero, raça e idade sem um reconhecimento da coação gerada por formas específicas de exploração e punição?” (Federici, 2023, n.p.)

É importante pensar que a teoria da performance de Butler vem para questionar aspectos monolíticos da luta feminista (Butler, 2018). Traz tensão ao discurso da categoria como verdade universal, o que não significa necessariamente excluir a categoria como eixo analítico e político. Pensando de uma forma complexa (Morin, 2005), é inegável a necessidade do reconhecimento do campo (Grenfell, 2018) por meio das categorias para que haja organização e viabilidade de instituição de políticas públicas de equidade, sem com isso, negar a necessidade de se reconhecer os atributos e experiências individuais em subsistemas da categoria “mulheres”.

Parece-me que fica mais claro o pensamento de Butler quando ela faz a pergunta: “Quem é humano?”. Ela traz à baila que alguns são mais humanos do que outros partindo-se de que uns têm mais privilégios do que outros. Assemelha-se à Revolução dos Bichos (Orwell, 2007), em que uns são mais iguais do que outros.

Desta forma, pode-se verificar esta diferença, por exemplo, na população LGBTQIAPN+ que possui menos direitos, menos segurança e menos possibilidades de liberdade. Reitter (2021), ao repensar a psicanálise, esclarece que o sofrimento de gênero está calcado numa realidade sociocultural e que, antes de uma avaliação de um aparelho psíquico adoecido, o analista deve olhar o contexto que vai além da subjetividade e releva uma realidade geradora de sofrimento a qualquer tipo de pessoa que viva uma sexualidade não hegemônica. Este é o ponto central de Butler, uma luta por uma vida digna pela diferença.

E é deste lugar que esta dissertação nasce. A pesquisa se propõe a identificar as peculiaridades da experiência parental para os pais que criam seus filhos adotivos sozinhos. A escolha da análise a partir do cuidado se baseia na estrutura social patriarcal heteronormativa promotora da divisão sociossexual do

trabalho que identifica este aspecto como feminino. Partindo-se desta diferença, busco identificar vivências próprias desta constituição familiar, como individuais, de forma que, pelo discurso, possa verificar como a prática discursiva patriarcal atravessa o cotidiano da diferença de uma família monoparental masculina adotiva.

4 PATRIARCADO

4.1 Uma forma inovadora de entender o patriarcado

I want to break free
I want to break free
I want to break free
I want to break free from your lies
You're so self satisfied,
I don't need you
I've got to break free
God knows
God knows I want to break free
Queen

O patriarcado, enquanto sistema de opressão, sustenta-se pela inferiorização da mulher e pela divisão sociossexual do trabalho, atribuindo à mulher biologicamente a maternidade e socialmente o cuidado com a família, enquanto ao homem é destinada a possibilidade do trabalho e da remuneração. Assim, o patriarcado se mantém por meio de um sistema de premissas que se camuflam como verdades.

O modelo de família e de sustentação econômica dado pelo patriarcado e pelo capitalismo torna-se viável por afirmar e, ao mesmo tempo, confundir seus princípios com expressões da natureza. Apresenta poucas premissas simples, de fácil compreensão e sentido, para serem internalizados pelos sujeitos, tais como: o homem e a mulher nasceram para se reproduzirem; do que se retira que qualquer

relação não heteronormativa é considerada anômala a natureza; a crença de que o homem é mais forte e nasceu para o mundo da rua e para prover sua prole.

Enquanto a mulher, por sua suposta fragilidade e papel na gestação, é responsável pelo cuidado e preservação do lar, o que, em outras palavras, fará do homem possuidor de poder – por ter seu trabalho remunerado – enquanto o cuidado não é reconhecido como trabalho (Federici, 2019). As mulheres vistas como seres frágeis e que precisam ser protegidas pelos homens, por isso são mais emocionais e instáveis, enquanto o homem é forte e racional, desta forma, na hierarquia de valores, a mulher é inferior ao homem e deve ser conduzida por ele.

Como se pode perceber, o sistema binário através de oposições construídas pelo discurso patriarcal inviabiliza as diferenças e patologiza, por meio da história e da ciência, a diferença. Ao localizarmos como estrutura do patriarcado a dualidade, podemos pensar em termos patriarcais a questão da raça. Partiu-se, no passado na ciência, a premissa de que havia uma inconformidade do crânio dos negros e que, por isso, eram menos desenvolvidos que os brancos, tal qual afirmava Cesare Lambroso (1935-1909). Mesmo que tenhamos consciência hoje da falsidade da afirmação, temos, historicamente, outras imagens que confirmam a premissa da superioridade do branco sobre o negro. Após a abolição da escravatura em 1888 os negros alforriados além de não terem o próprio sustento, não possuíam emprego, pois lhes faltava capacitação profissional. No início do século XX havia uma legislação que determinava a prisão dos “malandros”, isto é, aqueles que não possuíam emprego. Como se pode ver, é introduzido na negritude um desvalor acerca da credibilidade e da honestidade. Isso se sustenta, simbolicamente, por estas e outras formas de pensar na inferioridade do negro (Kehl, 2018). Diante disso, a dominação simbólica é tamanha que muitas vezes os negros introjetam estes

valores sobre si mesmos. Em outras palavras, o racismo existe porque, em alguma instância imaginária, essa diferença existe e é real, entretanto no campo cognitivo-afetivo se concebe como realidade possível esta desigualdade estrutural.

Ainda no exercício do pensamento binário, podemos dialogar com questões que perpassam a heterossexualidade e a homossexualidade. Entendendo-se aqui pela concepção dual que a homossexualidade seria, em termos imaginários, tudo aquilo que se refere à conduta não heterossexual. Sendo assim, existiriam apenas dois possíveis mundos, o dos homens, que são os machos, caracterizados por desejarem e devorarem as mulheres, e o daqueles que são fracos, considerados “não homens” e traidores da masculinidade, ou ainda pervertidos, porque escolhem negar sua corporeidade masculina. Como se vê, por meio da simplificação se faz uma sopa de premissas que se autossustentam, mas que na prática não fazem sentido. Vale ressaltar que a orientação sexual não tem relação com a identidade de gênero e que o desejo sexual se remete a um acontecimento biológico-afetivo sobre o qual não temos controle.

Em evidência, existem os incluídos (homens heterossexuais) e os excluídos (homens homossexuais). Da perspectiva dos incluídos, os excluídos são deformidades e anomalias. Sendo que são realizadas injustiças e violências que são descaracterizadas pelo discurso hegemônico com tal. Assim sendo, por meio desta forma de pensar não é possível uma terceira ou quarta via: há apenas um único caminho que se reveste de verdade.

Volto-me novamente para a tese de que a premissa simplificadora do patriarcado produz seus desdobramentos e acaba por se sustentar por constituir-se em matéria afetiva e identitária engendrada pela cultura, o que torna mais difícil sua dissolução, ao partirmos de uma perspectiva estrutural da identidade. Não estamos

falando simplesmente de um modelo, mas um modelo que se torna uma forma de existir, em que as pessoas se enxergam e se definem por meio dele. Este é o ponto central do modelo.

Os modelos, em geral, ganham carga de verdade. O que chama a atenção é que, mesmo que intuitivamente, o sistema patriarcal utiliza-se de estruturas básicas de funcionamento do cérebro. A partir das funções executivas do córtex pré-frontal se realizam a síntese e a categorização de informações. Contudo, a questão não é simplista, e sim complexa. Tudo indica que, em termos anatômicos funcionais no cérebro, o aprendizado está associado a memória de trabalho e sua retenção relacionada a atenção e a repetição.

Numa perspectiva filogenética da espécie, tendo em vista a necessidade biológica de introjeção e organização da experiência, torna-se necessário seu melhor uso possível, tanto de gasto energético, quanto de contenção de informação. Para isso, existem níveis de contenção dos dados. Há o que é denominado memória de trabalho que é ultrarrápida, com retenção de poucas unidades de informação (Almada, 2011), que podem se tornar registros quase ou praticamente permanentes – a depender da repetição ou da mobilização afetiva desencadeada. Em outras palavras, a simplificação ajuda na retenção da informação e, portanto, em sua reprodução, o que não significa, necessariamente, que alcance os níveis abstratos e complexos necessários para captação e compreensão dos fenômenos da realidade. Sendo assim, ambos aspectos dialogam com as experiências que exigem muita energia do cérebro e se constituem em um exercício mais árduo para cognição. Por isso, quanto mais linear e simplista o modelo maior é a facilidade de ele se tornar uma representação da realidade.

Ariely (2021) identificou, ao estudar a avaliação de sujeitos sobre sua honestidade e desonestidade, que há ajustes cognitivos para que pequenos atos de desonestidade não recebam essa classificação pelo próprio sujeito para não se desencadear uma dissonância entre seus valores e seu comportamento. Na mesma linha, Schwartz (2016) identifica que, para a realização de processos decisórios, quanto maior o número de opções maior será a dificuldade de decidir a ponto de poder gerar o que ele chama de “paralisia decisória”.

Por paralelismo, podemos entender, numa perspectiva de equilíbrio psicológico, o desafio que constitui a revisão de valores morais e éticos com intuito de ampliar as possibilidades de respeito e existência, saindo de uma perspectiva binária para uma plural.

Para complicar um pouco a questão, no processo de escolha sabemos que precisamos identificar dentre as opções aquela que melhor se apresenta naquele contexto. Muitas vezes o valor é simbólico e não concreto, criando-se uma espécie de campo sociológico de desejo, em que ‘quero aquilo que poucos podem ter’ porque associa o objeto a poder, tal qual mostra Bourdieu (Bourdieu apud Grenfell, 2018) em relação aos tipos de capital. Para tal, se transforma o objeto em signo de poder, isto é, aquilo que se almeja em prol do status e do espaço social de ocupação (Rapaille, 2006).

Nesse sentido, o patriarcado associa ao seu modelo binário de fácil registro uma carga emocional que transforma a visão de homem/mulher em algo identitário e identificador do seu lugar social.

A emoção torna-se fonte de manipulação. Em 2002, Daniel Kahneman, psicólogo israelense recebeu o Prêmio Nobel de Economia pois identificou que as teorias econômicas desconsideravam uma variável importante para o consumo:

existe mais que racionalidade no processo de escolha. Ele desafia, então, a concepção de racionalidade humana na tomada de decisão, desenvolve seu modelo sobre o juízo e as escolhas humanas.

Até então, como mencionado anteriormente, os modelos econômicos que estudavam o funcionamento do mercado, aqui compreendido como os processos relativos às transações em que há vendedores e consumidores e às forças de oferta e da demanda, resumiam-se a aspectos objetivos. Em outras palavras, quando se pensava em comportamento de consumo associava-se o aumento de preço com o aumento da demanda, ou seja, a procura pelo produto era maior do que a quantidade de pessoas interessadas (oferta) por outro lado, quando se tinha mais produtos do que o consumo, seu preço tenderia a descer. Para os teóricos da economia esta escolha de uso de oportunidade seria um processo racional.

Estas premissas, tidas como verídicas, interferiram em decisões econômicas pelo mundo. No Brasil, após a Revolução de 1930, o presidente Getúlio Vargas, devido à crise econômica da época, usou-se do princípio da oferta e demanda para decidir que fossem queimados sacos e mais sacos de café, com o intuito de diminuir a oferta e com isso aumentar seu preço (Trespach, 2021).

O ponto central está no fato de que não apenas a oferta e a demanda determinam o consumo. Numa dimensão subjetiva do sujeito, temos como fator interveniente nas escolhas a existência de processos psicológicos que interferem na relação de consumo. A subjetividade, por sua vez, ganha visibilidade a partir da Teoria da perspectiva de Kahneman (2012) em colaboração com Amos Tvesky.

Para entender o processamento de informações e, conseqüentemente como as pessoas tomam decisões, o autor criou dois conceitos centrais em sua teoria. O sistema 1, de características emocionais, inclui atalhos mentais, intuições e padrões

cognitivo-comportamentais desenvolvidos decorrerão longo da vida, que operam em contextos conhecidos de forma eficiente, rápida e automática, ou seja, sem esforços conscientes. E o sistema 2, que se apresenta como a dimensão presente em situações que exigem análise, reflexão e, portanto, esforço mental consciente, foco e atenção, por isso, ele se torna um sistema de pensamento deliberativo mais lento.

Destarte, a escolha envolve uma rede de aspectos simbólicos que desencadeiam reações automáticas ou processos decisórios reflexivos com a influência dos níveis de valor dado pelo sujeito. Portanto, para se automatizar condutas é preciso identificar a carga afetiva intuitiva nas escolhas cognitivas. Faz sentido que o patriarcado tenha se tornado um modelo de interação, compreensão e significação da realidade por se tornar uma instância subjetiva, carregada de afeto e simbologia e por viabilizar mapas mentais da realidade com poucas escolhas, facilitando a classificação da conduta humana como certa ou errada.

Devemos, em verdade, caminhar para níveis policêntricos de análise. Tal como Deleuze e Guatarri (2011) definem o **rizoma** como sendo ramificações que podem gerar novas ramificações e, portanto, novos níveis de origem. Podemos usar-nos de níveis de análise conceituais assim como de possibilidades imagéticas sistêmicas e polissêmicas.

Ressalto que o modelo é um mapa, e não o real. O real em si, o objeto em si, como vimos anteriormente na filosofia, constitui desafio devido o aspecto relacional que se estabelece com aquilo que se interage.

4.2 Masculinidade(s) e gênero

Minhoca

Minhoca, minhoca

Me dá uma beijoca

Não dou, não dou

Então eu vou roubar

Minhoco, minhoco

Você ficando louco

Beijou do lado errado

A boca é do outro lado

Ah esse minhoco precisa respeitar

a vontade da minhoca, não é?

Minhoca, minhoca

Me dá uma beijoca

Não dou, não dou

Então vou respeitar

Minhoco, minhoco

Você é mesmo um fofo

Me sinto respeitada

Vou dar uma risada

Hahahaha

Músicas para brincar

Passemos ao cotidiano para entendermos melhor as reflexões feitas até aqui. Imagine o(a) leitor(a) que um homem qualquer com pressa e atrasado solicita um motorista por aplicativo e ao entrar no carro solicita que o motorista corra. Quando, de repente, olha e perceber que não é, mas a motorista. Nesta hora se constrange e se desculpa no que escuta: “ao volante, eu sou homem.” Este não é um caso fictício, aconteceu com o pesquisador Ronald Setton (Angélico & Setton, 2022).

A importância das experiências do cotidiano está no fato de que é o lugar da vida em que escorregamos nos padrões aprendidos e internalizados pela cultura. Ali, ele se envergonha por ter sido pouco cuidadoso com uma mulher e ela implicitamente está dizendo que ela pode dirigir tão bem e perigosamente como um homem faz. Porque a justificativa?

Primeiro estamos falando da inserção humana dentro de uma cultura. Entendido como um sistema que dá sentido tanto a um conjunto de regras/redes de significação como ao mundo social e natural. “Comportamentos, instituições e valores de um grupo social só ganham sentido no interior do sistema cultural como um todo” (a definição de Tylor & Levi Strauss, citado por Franchetto, Cavalcanti & Heilborn (1980), apud Silva, 2006, p. 18).

Segundo, estamos falando de como a cultura interfere nos processos de identidade. Se ela é “um conjunto de critérios de definição de um indivíduo e um sentimento interno composto de diferentes sensações, tais como o sentimento de unidade, de coerência, de pertencimento, de valor, de autonomia e de confiança” (Medeiros, 2008, p. 34, citado em Santos & Pereira, 2018, n.p.) temos que ela gera

representações, atitudes e modos de se entender no mundo por oposição a aquilo que não sou. Ela tem a função de identificação, pertencimento e diferenciação (Santos & Pereira, 2018).

Para tanto, pensemos na masculinidade como veículo para construção da identidade do homem, embora em alguns contextos seja chamado de papel masculino (Connell & Messerschmitt, 2013). A masculinidade está inserida e conceituada a partir das relações de gênero e portanto, inserida nas relações de poder (Connell, 1995). Havendo quatro maneiras distintas de se referir a ela. 1. Aquilo que os homens pensam e fazem; 2. Aquilo que os homens pensam e fazem para serem homens; 3. Aquilo que se remete a hierarquia de masculinidade, em que uns homens são mais homens que outros; 4. Aquilo que se remete relação do homem com a mulher e, conseqüentemente, a negação do feminino pelo masculino (Fontes, 2017).

Sendo assim, a identidade se forma a partir dos discursos que emergem nas relações enquanto unidades de referência e que estão inseridas e em conformidade com um sistema geral. Concomitante ao discurso, senão imiscuído nele, estão os dispositivos que abarcam práticas heterogêneas, mas que servem a uma função estratégica dominante. (Foucault, 2016, apud Nascimento & Braga, 2001).

É preciso compreender a masculinidade como uma configuração de prática expressa no cotidiano; não reprodutiva, mas, também, como produto social. Pesquisas têm mostrado a moldagem das masculinidades dos homens de classe operária e média, Patriarcado no local e mercado de trabalho. Estamos falando de um tipo de racionalidade e expressão histórica. Sendo assim, gênero se remete a prática, a interações face a face (Connell, 1995).

E terceiro, estamos falando de expressões sociais diante do paradigma patriarcal que

[...] é um sistema sociopolítico que subjuga as mulheres tanto na esfera da produção material, mantendo-as em ocupações secundárias e mal remuneradas, quanto na esfera da reprodução dos seres humanos, controlando sua sexualidade e subordinando-as à prestação de serviços domésticos aos membros da família. (Bruschini, 1990, p. 52, apud Cheron, Salvagni & Colomby, 2022, n.p.).

Aqui se explicita o quanto envolve a liberdade e possibilidades de autossustento feminino e ocupação dos espaços sociais e o quanto é um sistema social unilateral (Melo & Silva, 2022).

Tendo entendido gênero como uma categoria de análise histórica relacionada as relações de poder, podemos seguir rumo a configuração da masculinidade hegemônica (citando Joan Scott & Junior, 2022). Hegemônica porque é o modelo instituído socialmente, mas que convive com outros tipos, entendidos e nomeados hoje como masculinidades (Connell, 2003). Essa hegemonia se expressa não apenas pelo sexo, mas pela agressividade, violência e dominação (Gross, 2004). É primordial reconhecer que a violência é elemento constitutivo não só da masculinidade hegemônica, mas, também, das subordinadas, quando na América Latina, muitos homens dominados agem como certos de que fortalecer sua masculinidade e sua autoridade seria aquilo que os emanciparia (Barros, 2020).

Vale ressaltar que se a mulher existe como segundo sexo, o homem existe como negação, sua sexualidade e identidade é constantemente confrontada e

instigada a ponto de sua confirmação se realizar por meio das relações de poder de dominação via opressão e violência. Ambos os sexos saem perdendo tanto em termos relacionais como em termos individuais de satisfação e autonomia. E muitas vezes, por desconhecimento de suas próprias emoções e dificuldade de administrar pressões de ordem identitária são acometidos de ansiedade, angústia e temor, como uma espécie de auto violação (Boris, Bloc & Teólifo, 2012).

Suprir esse modelo de masculinidade se torna impossível em termos regulares e constantes. É um sistema opressivo e que se sustenta, também, pela pressão das famílias, escolas, grupos de colegas e mídias por conformidade (Connell, 1995; Oliveira, 2019).

Se a violência é constituição identitária temos que

[c]ria-se um problema quando a agressividade toma o lugar de motor incontestável das emoções. Isso é mais ou menos o que acontece quando o macho humano trata o impulso agressivo como uma qualidade essencial da virilidade, ou seja, um sintoma que ajuda a definir o conceito de “ser viril” algo de difícil apreensão. Num contexto cultural favorável, a prática da virilidade selvagem pode descambar facilmente para a naturalização da violência. (Trevisan, 2021, n.p.).

E ainda é fortalecedora desta relação masculina paranoica de que se não seguir a cartilha será descoberto como menos homem e, portanto, deve se esconder ou se clamar.

A masculinidade se afirma pela atividade que perpassa o sexo e vai além dele. Em revisão integrativa sobre as fantasias sexuais de homens heterossexuais se encontrou que apenas um artigo fala qualitativamente de sentimentos e emoções,

enquanto todos outros mostravam que o tema mais comum estava relacionado a afirmação da dominação do homem sobre as mulheres (Fernandez & Zanello, 2023). Muito do aprendizado coletivo sobre a própria sexualidade se dá por meio da pornografia que alimenta a sexualidade predatória masculina conforme Daniel Welzer Lang (Gross, 2004).

Em um estudo em Cabo Verde parece que a fantasia de dominação também perpassa o universo homoerótico, a exemplo, da seguinte declaração de uma travesti da Ilha de São Vicente: “[n]ós em Cabo Verde, nós somos gays, nós somos travestis, mas nunca nos envolvemos com gays. Nós gostamos de nos envolver com homem que não gosta e levar na bunda.” (Lobo & Miguel, 2020, n.p.).

Da mesma forma, a representação de casais gays na mídia se dá numa perspectiva que tenta enquadrá-los nas normas heteronormativas, ou seja, seus valores devem se coadunar com paralelismos relativos a heteronormatividade (Darte, 2008, apud Casadei, 2022). A isso pode-se entender, inclusive nãoexpressão de afeto homoafetivo em público. Existe, outrossim a possibilidade de avanços pela cidadania e pela igualdade de direitos.

Numa perspectiva teórica decolonial foi realizada uma pesquisa com estudantes do nono ano do Ensino fundamental de uma escola pública da Baixada Fluminense para se identificar as noções de gênero, sexualidades, masculinidades e raça. Identificou-se que os discursos estavam afinados com a configuração heteronormativa com predomínio de colonialidade do poder e da hegemonia masculina. O discurso do colonizador é tão grande que nega o direito e a possibilidade de se constituir como sujeito (Junior, 2017).

Outro aspecto identificado da masculinidade se refere a ausência familiar como visto em Cabo Verde, contudo, no Brasil não é diferente, tendo em vista a

configuração de compreensão sobre a responsabilidade na gestação, esta cabe a mulher, e o homem não é questionado na maioria das vezes, lamentavelmente, sobre seu lugar na geração da vida (Lobo & Miguel, 2020). Muito ainda precisa ser modificado, inclusive nas instituições a exemplo do judiciário como compartilhado por Thurler (2021) sobre várias decisões em que a mulher não é ouvida e o homem não é responsabilizado.

Temos ainda questões sociais como Muszkat (2018) identificou em seus estudos que a diferença de capital intelectual que tende a ser observada em classes sociais menos favorecidas, gerando um repertório menor de respostas que pode levá-los a seguir com mais rigidez as prescrições de Ordem do patriarcado.

Ao universo dos homens que aprendem a se reconhecer de forma misógina baseado em Godelier (1982) recebeu o nome de “casa dos homens” por Welzer-Lang (2001) ali aprendem a equalizar e reproduzir os modelos sexuais tanto pela forma de aproximação, quanto a de expressão do desejo.

Um dos rituais que poderiam se enquadrar no pertencimento a “casa de homens” seria a socialização por meio de bebida alcóolica. A troca de experiências entre homens fortalece a cultura masculina, além de gerar o aprendizado de códigos e repertórios próprios do gênero. É nesses espaços alcoólicos que são autorizados socialmente a emersão dos sentimentos, expressão de algumas fragilidades. Possui então uma função de viabilidade de sua humanidade (Nascimento, 2016).

Ao se estudar o espaço masculino de cuidado autorizado por nossa cultura, qual seja a barbearia, se identificaram que a organização arquitetônica do lugar deve ser distinta do universo feminino, um espaço de relaxamento e bem estar, e de sociabilidade entre homens. Foi identificado que lugares com conformação unissex deixam os homens desconfortáveis e que o espaço de cuidado não pode ser

exagerado e deve manter características do universo masculino como revistas eróticas, televisões com jogos de futebol, venda de bebidas alcóolicas. É como se o cuidado, para não ferir a masculinidade, deveria ser um efeito secundário do lugar (Santos & Pereira, 2018).

Como podemos ver pelos diversos exemplos apresentados é indubitável que o modelo patriarcal atravessa todas as instâncias sociais. E que por isso não podemos, também, caricaturar o modelo de tal forma que ele seja a única forma existente. Está obvio que há adaptação local, cultural e regional daquilo que está mais fortalecido no modelo e aquilo que pode ser flexibilizado e transformado por meio de conteúdos subjetivos recorrentes (Muszkat, 2018). Por outro lado, a mudança ganha sentido se pudermos reconhecer os prejuízos existenciais advindos desse modelo para o homem. Ele é impedido de manifestar afetividade com mulheres e homens, tendo que se associar a uma relação violenta com a vida e de muita solidão, uma vez que precisa evitar a intimidade.

Temos, nós homens, provavelmente o desafio de aumentar nossos níveis de consciência sobre nós mesmos como caminho para autonomia e cidadania. Mesmo que ainda muitos homens não se reconheçam como produto de gênero, devemos apostar na transformação a partir do agenciamento humano e encontro de sujeitos com expectativas de vida diferentes (Clowes, 2013; Bermúdez, 2003). Um espaço possível pode ser a visibilidade a ser dada as famílias monoparentais de qualquer tipo.

4.3 Paternidade

Masculino e Feminino
Não fere o meu lado masculino
Se Deus é menina ou menino
Somos masculino e feminino
Pepeu Gomes

Tendo em vista a visão relacional de gênero aplicada a pesquisa creio essencial discorrer sobre a família como uma conjuntura que pode envolver apenas o casal ou as diversas formas de parentalidade. A parentalidade, conforme Hoghughi (2004), se refere às complexas atividades realizadas a fim de assegurar a sobrevivência e o desenvolvimento da criança. “Estas incluem o cuidado nos níveis físico, social e emocional, a disciplina, o desejo, a motivação e a atenção parental, a compreensão e resposta adequada aos estados da criança, dentre outros.” (Benati, Machado, Compeol & Pereira, 2021, p.10). Por outro lado, Solis-Ponton (2004) agrega ao conceito a dimensão dos processos psicológicos que se desenvolvem com os vínculos de parentesco, sendo que seus avanços acontecem pela vida tanto para o indivíduo como para o grupo familiar (Lima, 2018). Como se pode observar, o conceito tem como base o vínculo e não a consanguinidade.

Para compreendermos a monoparentalidade masculina se torna importante entender a maternidade para que se vislumbre como são os ajustes familiares sem a pertença cotidiana da mãe. A maternidade pode ser vista no âmbito da concepção, de dar à luz da amamentação ou outros aspectos relativos a genitura. Por outro lado,

deve-se considerar as clivagens sócio-históricas para compreensão de seu valor e significado (Cattelan 2020).

Em famílias monoparentais femininas pode-se observar uma sobrecarga pelo acúmulo de funções, materna e paterna, gerando fragilidade e insatisfação conforme pesquisado por Cúnico e Arpini (2014). No modelo patriarcal cabe a mulher o cuidado da família e, portanto, sua sustentação afetiva e psicológica. Outrossim, é essencial a introdução da paternidade para se entender tanto a família como sua configuração concreta (Souza, 2009). Na mesma linha as mães solas nas monoparentalidades masculinas há registros, também, de sobrecarga (Flores & Kruehl, 2014). Pode-se entender a paternidade numa perspectiva elástica e difusa reconhecendo-se os valores da divisão sexual do trabalho à família numa perspectiva conservadora ou numa configuração em que cabe ao homem maior participação da vida privada. (Staudt & Wagner, 2008). No segundo caso, temos que a paternidade está associada, de acordo com Sutter e Bucher-Maluschke (2008), a responsabilidade, investimento profissional e envolvimento afetivo, além de representar um rito de passagem à vida adulta (Flores & Kruehl, 2014).

Em revisão de literatura Valente, Benedito e Lyra (2011), identificam a partir do descritor paternidade, no período de 1987-2009, que: 1. Há um atrelamento a ela a dicotomia de gênero; 2. Reiteração das ordens biológicas (espermatozóide, sêmen, sangue, DNA) e culturais que se inscrevem no homem. Nestes termos observou-se que o saber científico delinea e oculta estratégias de saber-poder produzindo um homem-pai-universal e uma concordância pênis-racionalidade-procriação-heterossexualidade. Sendo, portanto, reprodutores do modelo patriarcal. Lembrando que ao homem cabe a segurança e a mulher ao cuidado, ao parto e a posição de

dependência e submissão (Lyra, Medrado, Soares, Figueira, Caetano & Magnata, 2012).

Estes valores, também, são reproduzidos em revistas de circulação. Pode-se verificar em dez anúncios da revista *Claudia Bebê*, vinte da revista *Pais&Filhos* brasileira e vinte da versão portuguesa que se sustentam o aniquilamento do pai, e assoberbamento da mãe com atividades domésticas e parentais (Cattelan, 2020).

Tais concepções tem seus desdobramentos práticos. Apesar do reconhecimento dos benefícios de prevenção e promoção da saúde na participação do pai na gestação se verifica que ainda existe a concepção que a criança no ventre pertence a mulher dificultando a proximidade da figura parental, principalmente para aquelas que se identificam com o modelo patriarcal, que se vinculam a criança apenas após seu nascimento (Freitas, Coelho & Silva, 2007).

Em famílias monoparentais masculinas advindas de separação conjugal heterossexual se verifica que muitos homens ainda concebem que o cuidado cabe a mulher e que, portanto, as crianças estariam em melhor situação com elas. Sendo que, em geral, a rede e apoio destes pais é feminina, sejam babás, secretárias do lar, escola (Flores & Kruehl, 2014).

Ainda se sustentam em termos de concepção de família, mesmo na contemporaneidade, que as mulheres, mães, divorciadas o modelo patriarcal detalha forma que elas se sentem inadequadas e incompletas ao criarem seus filhos sozinhas. (Benatti, Machado, Compeol & Pereira, 2021; Cúnico & Arpini, 2014). Uma questão que vale a reflexão é que se em termos subjetivos seja a mãe ou o pai constituem seu modelo pela falta do outro, não presente, que isto terá consequências emocionais e psicológicas às crianças enquanto sua concepção de

pertencimento e integridade. Não digo aqui que não se deve reconhecer o ausente, mas se tornar mister que ocupe o lugar de ausente e não de faltante.

Cabe trazer que segundo Pêcheux (1993, p. 85, citados em Cattelan, 2020, n.p.): “representações imaginárias das diferentes instâncias do processo discursivo... resultam de processos discursivos anteriores (provenientes de outras condições de produção)”. Tem-se que Cúnico & Arpini (2016) identificaram nos discursos de mães monoparentais, uma concepção depai associada ao patriarcado, contudo, ampliada pelas experiências com suas próprias figuras parentais, trazendo ali, suas necessidades e faltas.

Para avançarmos socialmente devemos olhar para dados concretos. Mesmo que mais antigos quando comparados com os recentes dá-nos um panorama geral da situação. O censo Demográfico de 2010 mostrou o aumento de incidência de famílias monoparentais femininas de 0,9% quando comparados aos índices de 2000; nos casos de famílias monoparentais masculinas o aumento, em igual período, foi de 0,5%. Do total de famílias brasileiras monoparentais 87,4% estão sob responsabilidade da mulher. Em 2010 a configuração familiar de arranjo nuclear era de 49,4%. (Benatti, Machado, Campeol & Pereira, 2021). E ao censo referente a 2015 temos que a porcentagem de mulheres sem cônjuge e com filhos continuavam com 87,4%, sendo que houve um aumento de 1% de famílias monoparentais masculinas quando comparado ao censo de 2010 (Campeol & Pereira, 2021).

Do exposto podemos verificar que a maioria da população brasileira não preenche o critério patriarcal de família tradicional e que está se apresentando um aumento substancial de famílias monoparentais masculinas. É inegável o sofrimento das pessoas por não preencherem na vida concreta os modelos que elas aprenderam como sendo aqueles que trariam mais realização e estabilidade.

Podemos verificar que a visão sobre paternidade tem se modificado. Teorias psicológicas e pesquisas científicas tem afirmado a importância do pai para o desenvolvimento psíquico do filho, mesmo em casos de separação (Benczik, 2011).

Surgem novos termos para se referir a esta configuração de paternidade em transformação como “novo pai” (Freitas, Coelho & Silva, 2007) e paternidade participativa (Valente, Medrado & Lyra, 2011). Tendo em comum um descolamento progressivo do modelo patriarcal para produção de paternidade que se estende para além e provar, mas estar presente de forma afetiva e com cuidado efetivo da prole (Benczik, 2011; Valente, Medrado & Lyra, 2011; Flores & Kruehl, 2014; Moraes & Branbilla, 2015 e Staudt & Wagner).

Há, portanto, em algum grau o reconhecimento do afeto se sobrepondo a consanguinidade para o reconhecimento dos laços familiares (Ride & Pereira, 2021). Isto se verifica, também, como avanços jurídicos advindos com a promulgação da Constituição Federal de 1988, da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências; da Lei nº 8.971 de 29 de dezembro de 1994 que regula o direito dos companheiros a alimentação e à sucessão; da Lei nº 9.278 de 10 de maio de 1996 que regula o § 3º do art. 226 da Constituição Federal, referindo-se a união estável; da Lei nº 12.010 de 3 de agosto de 2009 que dispõe sobre adoção; Emenda Constitucional nº 66 de 2010, emenda do Divórcio Assim comode decisões como a ADPF 132 de 05 de maio de 2011 que reconhece a união homoafetiva e o Recurso Extraordinário do STF 1.348.854 de 12 de maio de 2022 que rege sobre a licença paternidade estendida em caso de monoparentalidade masculina.

A importância das transformações sociais advindas num intercurso de quase cem anos entre a Lei nº 3.071 de 1º de janeiro de 1916 que estabelece o Código Civil

dos Estados Unidos do Brasil do século passado, em que mulheres e crianças estão sob o julgo e a dominação do homem legitimadas em lei, até a Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002 que institui o Código Civil atual, temos mudanças substâncias de direitos e de compreender o que seja família.

Neste diapasão, o princípio da afetividade que rege as relações familiares em especial a parentalidade, é um princípio de difícil delimitação. Cabe, pontuar que não se refere ao sentimento em si, mas a dedicação parental com a criação e formação dos filhos menores que se dá por meio de **comportamentos pró-afetivos**. O direito não tem, nem que quisesse, como forçar o afeto; mas deve reconhecer a instância afetiva como parte estruturante da família, de tal forma que a consanguinidade perde sua força e se institui o afeto, o vínculo e o desejo parentalidade. Esta mudança revela-se com dividendos para a compreensão das configurações familiares, de tal forma que acolhe a diversidade: família nuclear patriarcal, família homoafetiva, família monoparental, família adotiva dentre outras (Santos, 2009, Maciel, 2017; Valério & Capelari, 2019 e Franco, 2019).

Com mudanças em processamento, mas que já se expressam no cotidiano o homem que assume este novo lugar de pai vive as angustias, as mesmas e invisibilizadas das mulheres, quanto ao pai que quero ser e o pai é possível. Temos num momento histórico de confluência de modelos. De um lado temos o patriarcado tentando se fortalecer, e ganhando força na subjetividade e na sensação de inadequação de famílias diversas do modelo; assim como, temos de outro lado a multiplicidade de famílias e as mais diversas configurações (Freitas, Coelho & Silva, 2007; Staudt & Wagner, 2008; Freitas, Silva, Coelho, Guedes, Lucena & Costa, 2009). Vivemos um convite a revisão da concepção de família mitificada biparental organizada de forma heteropatriarcal. (Tachibana, 2020).

Mais uma vez, neste movimento complexo, há consequências concretas com seus próprios desafios. Silva e Piccini (2007) em seu estudo qualitativo verificam que os pais se acham importantes e que se sentem satisfeitos com a própria paternidade, embora o investimento financeiro e de tempo tenha variações substanciais. Fica aqui a dúvida se estes pais não reconhecem-se como resultado das dinâmicas de gênero e se, essas mudanças, alcançam cuidados efetivos no âmbito do lar. Freitas, Coelho e Silva (2007) identificam que apesar do desejo de mais participação de pais, tem-se como barreira o preconceito associado a masculinidade.

Para que possamos avançar na organização familiar devemos introduzir o pai no lar. A luta feminista dos séculos XVIII, XIX e XX, fixaram-se nos direitos políticos, de liberdade, de associação, de autonomia e de ocupação dos espaços públicos. Contudo, afinal não era de se imaginar, os ganhos foram parciais, uma vez que, ao ganharem os espaços públicos não deixaram de ser responsáveis pelo espaço privado, e ainda, não houve a divisão de tarefas no lar. Em Zanella, Antloga, Pfeiffer-Flores e Richwin (2022) verificaram esgotamento feminino na pandemia no período de isolamento, posto que se explicitou que para o homem o lar pertence a ela; mesmo que isso signifique seu adoecimento. Aos homens que tem interesse na equidade, também, sofrem barreiras culturais que devem ser enfrentadas (Freitas, Coelho & Silva, 2007). Se torna insustentável uma relação amorosa com tantas desigualdades.

Outrossim, devemos reconhecer os avanços, Gianini (2021) identificou em sua pesquisa cujo recorte foi de 60 sujeitos, sendo que metade tiveram filhos entre 1945 e 1950, enquanto a outra metade em 1995 a 2000, cujas idades iam de 21 a 90 anos, com classe econômica média, e com a mais diversas formações. Na análise

de dados ela reconheceu os pais mais recentes são menos diretivos, mais democráticos equilibrando autoridade e afeto e mais preocupados com a criação dos filhos. Como podemos ver, já há visibilidade, de alguma forma, da multiplicidade.

Para continuidade das mudanças, devemos reconhecer os lugares de poder e importância institucional, a exemplo, da ciência e suas publicações que ratificam o patriarcado (Valente, Medrado & Lyra, 2011). Falamos aqui de um compromisso ético com o conhecimento humano que é diverso. Existem indicadores que podem maximizar as transformações no âmbito familiar. A consciência ajuda a lidar com as contradições dos modelos e práticas (Freitas, Coelho, Silva 2007; Valente, Medrado & Lyra, 2011). Contudo é necessário se fazer uma pontuação divergente a pesquisa de Valente, Medrado & Lyra (2011) quando se referem a necessidade a Gomes e Resende quando afirmam a necessidade da criança do par conjugal, dos dois progenitores, para formação de uma imagem positiva em si no que se refere as trocas afetivas e convivência. Devemos lembrar que a família é uma construção social e que aquilo que a criança necessita é de estabilidade e cuidado e não necessariamente dos dois pais. Outro aspecto que pode ajudar são os pais abertos ao cuidado e a negociação dos papéis. (Beraldo, 2016). Cattelan (2020), inclusive afirmam que não há desajustes por causa da configuração familiar, postulando que mesmo de forma solo as figuras parentais podem suprir as crianças dos cuidados sem gerar indivíduos desajustados com alguns tem defendido.

Das configurações familiares mais diversas a monoparentalidade é aquela que necessita de mais ajustes por demandar mais das redes de apoio e de outros caminhos diversos da biparentalidade, servindo como possíveis amostras de ajustes possíveis (Flores & Kruehl, 2014).

Para entendermos melhor as famílias monoparentais e especificamente masculinas e adotivas, devemos compreender que existem duas formas de constituição a voluntária e a involuntária, considerando-se a voluntária aquela que há uma escolha inicial de constituição solo, enquanto a involuntária se remete a consequências como separação e viuvez (Tachibana & Rezende, 2020, Bhering & Fontes, 2021). Para o âmbito desta pesquisa estou interessado apenas naquelas voluntárias, inclusive questiono o termo monoparentalidade, posto que em caso de separação existe a figura seja do pai ou da mãe, com a qual a criança convive, apenas não vive. Na revisão de literatura não se encontrou diferenças significativas entre famílias monoparentais e nucleares (Benatti, Machado, Compeol, 2021). Surpreende ler que a monoparentalidade é vista, às vezes, como “aberração promotora de mão-de-obra ao crime organizado” (Cattelan, 2020). Benatti, Machado, Compeol & Pereira (2021) encontraram apenas uma pesquisa que tratasse das competências parentais na perspectiva de pai, chefe de família (Ribeiro et al., 2011) descrevendo os desafios referentes a educação do filho. Os autores verificaram que do total de pesquisas avaliadas havia apenas 4,5% sob a temática de homens e mulheres adotantes e a mesma porcentagem monoparentalidade masculina.

Assim sendo, diante de pouca publicação e do reconhecimento da afetividade para a manutenção dos laços familiares, vale reconhecer que os homens que assumem a monoparentalidade solo se tornam responsáveis por todas as atribuições o que significa que a divisão de papéis é cultural e de que há competência de cuidado. A necessidade, além de aspectos individuais, auxilia no processo de desenvolvimento de competências (Souza & Sanguinet, 2012).

Vale verificar pesquisas qualitativas sobre monoparentalidade masculina. Souza & Sanguinet (2012) realizaram entrevista semiestruturada com quatro pais e identificaram as seguintes categorias, baseado na metodologia de Bardin:

1. O modelo de pai que evitou seguir; 2. Os medos com educação; 3. Recursos usados para organização familiar e 4. A proximidade com os filhos. Em síntese verificaram que constitui ponto identitário na paternidade dos sujeitos a construção de nova identidade a partir das experiências anteriores com os próprios pais. Nesta reconstrução com o aumento do compromisso emergem as preocupações, usuais das mulheres na maternidade, em relação a educação e a reorganização da vida privada, com a necessidade de escolhas e perdas. Contudo, os ganhos são de intimidade e proximidade. A pesquisa, portanto, nos mostra que uma paternidade efetiva exige a redefinição de rumos e investimentos.

Temos, também, a pesquisa qualitativa baseada no modelo de Bardin de Flores e Kruehl (2013) com quatro sujeitos que preenchiam o critério de serem maiores de 21 anos, morar com os filhos sem a presença da mãe. Neste caso surgiram três categorias de análise: desafios da paternidade monoparental, o papel da rede apoio e os sentimentos do pai cuidador. Na primeira categoria temos que consideram um desafio diário, sendo que alguns consideram a mãe mais habilitada a função. Na segunda, temos que a rede apoio é feminina e na terceira se verifica uma disponibilidade para adaptação e transformação. Tudo indica que este seja um caso de confluência de modelos conforme já exposto

Podemos nos debruçar agora em pesquisas mais recentes. Tachibana e Rezende (2020) desenvolvem estudo de quatro sujeitos analisando psicanaliticamente à luz da Teoria dos Campos de Hermann. Encontrando três campos de análise: Ainda na tradição; Segunda chance; No improvisado. Os sujeitos

se mostram ancorados no patriarcado, ao mesmo tempo, que observam como uma nova chance de proximidade com os filhos e por fim, o imprevisto no sentido de desencadear o acesso a rede de apoio externo, assim como, a exigência que os filhos menos dependentes sejam mais emancipados. Torna-se de fácil compreensão a emancipação como resultado de divisão de tarefas e viabilidade de sustentação do lar.

E por fim, temos a pesquisa realizada por Campeol e Pereira (2021), por meio do método qualitativa com quatro sujeitos com filhos de até 11 anos de idade. Surgem como categorias de análise: 1. Funções parentais: um olhar dinâmico aos processos próximos; 2. “Eles vieram no mundo e mudou a minha vida”: a experiência da paternidade; 3. Modelos de paternidade; 4. A paternidade em famílias monoparentais: o pai inserido na cultura do macrosistema. Mais uma vez há a compreensão que serviços domésticos pertencem a mulher, embora os pais se dediquem a todas as formas de cuidado e estimulem valores, regras e limites. Em algumas famílias as tarefas são divididas e se identificam como famílias solitárias. Eles demonstram motivação e persistência, a responsabilidade gera mudanças comportamentais, inclusive em alguns casos o abandono de hábitos negativos. Os sujeitos constroem sua paternidade como um aprimoramento da relação que tiveram com seus pais, que era de pouca proximidade. Sendo que, neste modelo de família eles conseguem reconhecer que a parentalidade ultrapassa as barreiras do biológico e atravessam a experiência psicológica e social.

4.4 Por que devemos compreender que a emoção e cognição são um mesmo fenômeno?

Devo começar esta seção afirmando que é inegável a contribuição de Freud (1856-1939) para transformar nosso pensamento em relação a si e a vida. Numa sociedade ocidental em que o discurso social se constitui pela autonomia e autogestão, em que a vontade é o único determinante da ação humana, o reconhecimento de que existem dimensões constitutivas humanas que determinam forças biológicas e culturais as quais não temos acesso direto e que se processam de forma inconsciente constitui uma mudança paradigmática de entendimento sobre o ser humano.

Por meio de estudos, verifica-se que as células e os sistemas biológicos que constituem o ser humano têm memória e que a organização entre a história biológica do organismo e sua interação com novas experiências determina a necessidade de reorganização sistêmica que envolve a interação entre a memória e o novo para se produzir uma nova memória. Isto se dá prioritariamente pelo córtex pré-frontal por meio de suas funções executivas. Em outras palavras, a organização da experiência envolve a manutenção de uma autopercepção do eu que varia com o tempo, mas que mantém a sensação de continuidade por meio da distorção das memórias, neste processo interativo entre a história pessoal passada e o presente. Sendo assim, a identidade se mantém por meio daquilo que eu sou, daquilo que me torno e daquilo que virei a ser (Mlodinow, 2013).

A questão da memória e seus fatores biológicos de distorção são importantes para a compreensão de processos inconscientes e que têm sua forma própria de agir. Existe um grupo de aspectos inconscientes aos quais darei o nome de

inconsciente biológico. Aqui estão os processos automáticos do organismo como a respiração, a digestão, o metabolismo, somente para citar alguns. Existe o grupamento de experiências integrativas perceptuais que envolvem a propriocepção, os sentidos e o movimento que integram a formação da experiência. E existe, por fim, um inconsciente imagético-linguístico que envolve a síntese cognitivo-emocional da experiência. Este seria o inconsciente freudiano.

Nesta perspectiva, podemos afirmar que muitos destes processos de aprendizado (adaptação) por meio da reestruturação da memória produzem aspectos discursivos explicativos que, muitas vezes, são divergentes das áreas envolvidas no cérebro. Isso significa que, muitas vezes, aquilo que consideramos a motivação ou a causa do comportamento é distinto das áreas cerebrais envolvidas (Mlodinow, 2013). Portanto, a autopercepção possui graus de distorção.

Tendo em vista que, tanto em termos evolutivos como em termos de amadurecimento e desenvolvimento humano, o aparato sensorial se desenvolve antes do amadurecimento emocional e cognitivo, podemos pensar na sua importância para sobrevivência como porta de entrada para o contato com o ambiente e sua adaptação (Dalgarrond, 2007; Gomes, Simonett & Maidel, 2018). Sendo assim, novos níveis de reorganização da percepção, incluindo-se os registros conscientes e inconscientes, podem sugerir que haja graus de redução de distorção e que as reações cognitivo-emocionais se tornam, assim, mais efetivas no que se refere às relações com aquilo que didaticamente chamarei de mundo externo.

Importante pontuar que, no neo-córtex, situam-se as áreas executivas do cérebro que têm como função a organização entre a cognição, as sensações corpóreas e a emoção. Trata-se de uma área ímpar por possuir redes neuronais que estão em contato com o córtex, com áreas conectadas ao lóbulo occipital e,

portanto, a visão, com centros reguladores do cérebro, assim como o sistema límbico e medular. Em outras palavras, ela é uma central de regulação. Por esta razão, torna-se inverídica e inapropriada a associação de que emoção e razão são aspectos distintos dos seres humanos; o que efetivamente se passa é que há mais ou menos áreas afetivas ou cognitivas ativas nos processos de interação (Junior & Melo, 2011).

A regulação emocional implica na mudança da capacidade de atenção e, portanto, da percepção. Jon Kabat-Zinn, referência internacional em *mindfulness*, define atenção a partir da meditação, o que pode trazer luz a discussão: “[a]tenção plena significa prestar atenção de uma maneira determinada: de forma deliberada, em um momento presente e sem julgar. Este tipo de atenção permite desenvolver uma maior consciência, clareza e aceitação da realidade no momento presente.” (Jon-Kabat-Zinn, 2009, p. 18-19).

Podemos pensar, neste caso, no processo de associação livre e na fala espontânea da psicanálise como um processo criativo de reorganização cognitivo-emocional que pode produzir, por meio da expressão, novas possibilidades de atenção e mudança.

Sugere-se, desta forma, que os processos inconscientes e conscientes atuam de forma conjunta e agenciam possibilidades de mudança sistêmica e existencial no sujeito.

Uma outra descoberta que nos mostra que a dualidade do pensar é falha é aquela que nos revela que não existe separação entre mente, emoção e corpo. Candance Pert (1946-2013), em seus estudos da neurociência, descobriu que o cérebro envia mensagens para o corpo por meio de mensageiros químicos, entre os quais os mais importantes são os neuropeptídeos.

A neurocientista nos mostra que as moléculas receptoras das células respondem a energia e sinais químicos por meio de vibrações. Os receptores seriam as proteínas que, por meio de ligantes específicos, num modelo de chave-fechadura, desencadeariam um rearranjo molecular que desencadeia um sinal e faz com que a informação entre na célula.

Existem 3 tipos de ligantes: neurotransmissores, esteroides e peptídeos. Os peptídeos são cadeias de aminoácidos e são produzidos não apenas no cérebro, mas em várias partes do corpo. Eles podem ser hormônios, neurotransmissores, neuromodulações e assim por diante, para os quais a autora prefere o termo genérico “substâncias informacionais”. Ela defende que estes bioquímicos são substratos das emoções. Existiriam áreas com maior concentração de armazenamento de peptídeos, tendo em vista que a maior comunicação interneural é química. O ponto é que estas áreas envolveriam o cérebro com pontos específicos do corpo tal qual as áreas referentes aos sentidos, sistema nervoso e células de outros sistemas. Constitui-se uma rede sistêmica psicossomática por todo corpo com função de memória e registro de informação. Outra descoberta que ratifica a união entre mente e corpo é a descoberta de que as endorfinas atuam não só no cérebro, mas no sistema endócrino e imunológico (Pert, 1999).

Tais descobertas são tão importantes que podem nos ajudar a entender vários aspectos relativos a nossas experiências emocionais. Em termos apenas ilustrativos, podemos pensar na dopamina, neurotransmissor que até recentemente estava associado ao prazer, mas que, na verdade, está associado à motivação, como afirma Lembke (2022) que a dopamina “pode desempenhar uma função maior na motivação para se conseguir uma gratificação do que o prazer da própria

gratificação. *Querer* mais do que *gostar*". Portanto, tal reconhecimento viabiliza avaliar o potencial de adicção de qualquer droga ou comportamento.

Tendo em vista as descobertas referentes ao funcionamento dos neurônios, dos neurotransmissores e do cérebro, podemos afirmar que não existe dissociação, em estado de *natura*, sem patologias, entre emoção e razão. Portanto, é uma falácia a defesa do patriarcado da diferença entre magnitude emocional e razão entre os sexos e que se sustenta apenas como uma prática discursiva social sem veracidade factual.

Outro avanço na produção científica se refere à Epigenética, termo criado pelo biólogo Conrad Hal Waddington (1905-1975), definido como: "todos os eventos que conduzem ao desdobramento do programa genético para o desenvolvimento, ou o ramo da biologia que estuda as interações entre genes e seus produtos que fazem o fenótipo visível" (Maia & Silva, 2020, p. 10). Em outras palavras, é o ramo do conhecimento que busca identificar qual a influência do meio para manifestação do gene e, portanto, das características expressas do sujeito.

É comum, na história da ciência, que formas de pensar ou corpus temáticos semelhantes se manifestem em períodos históricos próximos. Gregory Bateson (1904-1980), antropólogo inglês na década de 1970, já discutia sobre a evolução orgânica e a emergência da mente. Em outras palavras, faz algum tempo que o tema, estudado na atualidade pelas neurociências, busca a interação entre as emoções, o pensamento e os neurônios e, também, pela epigenética para se entender as manifestações ou não dos genes que desencadeiam certas características (Silva & Duarte, 2016).

Esta é uma área que tende a crescer e servirá para questionar a estrutura patologia-normalidade apresentada pela psiquiatria, viabilizando-se uma

compreensão mais aprofundada da manifestação dos transtornos mentais e possíveis reversões (Junior, Neris & Oliveira, 2017).

Afinal, o que se descobriu? Começarei compartilhando uma pesquisa e então partirei para explicação funcional. Em 2012, no laboratório do Arizona, Andrew Feinberg, Gro Amdam e seus alunos Brian Herb e Floran Wolschin comparam os cérebros de abelhas polinizadoras, aquelas que buscam flores e alimentos, com o das alimentadoras. Detectaram diferenças nos níveis de metilação de 155 genes. A metilação é processo que permite ativar e desativar certos genes a depender das necessidades adaptativas do organismo (Francis, 2015). Os cientistas, na ausência das polinizadoras, retiraram as alimentadoras e, para surpresa geral, metade das polinizadoras se tornaram alimentadoras. Nesta transformação, foram modificadas a expressão de 107 genes. O que é mais impressionante é que o quadro pode ser revertido (Rosnay, 2019).

Estamos falando de processos avançados de adaptação da espécie. Estas descobertas servem para rever alguns pontos apresentados por Charles Darwin (1809-1882) no que refere à seleção da espécie e sua base de pensamento que se fundamenta na transmissão da informação por meio da sobrevivência daqueles que fossem melhor adaptados.

Outra forma de pensar os processos evolutivos possibilitam ampliar o escopo de análise. Existem vários processos de adaptação sinérgica e cooperativa entre as espécies e membros da mesma espécie. Alarga-se a visão da competição como agenciamento destrutivo de um dos componentes, para a perspectiva tanto de estímulo das potencialidades individuais como a identificação colaborativa com o fim de viabilizar a vida ecossistêmica. A inteligência passa a ser compreendida não mais

como um aspecto individual e quiçá da espécie, mas um movimento macro de inteligência de sustentabilidade da vida, qualquer que seja ela.

Um efeito desta perspectiva complexa da evolução é que tanto a competição como a cooperação coexistem em diferentes níveis de organização, ou na relação entre diferentes aspectos do empreendimento de sobrevivência. Deve haver um equilíbrio interativo deliberado entre estas supostas posições polares (Corning, 2005, p. 38, tradução do autor).

Aqui estamos falando de uma virada epistemológica, inclusive a questionada por Longino: mudamos olhar e a compreensão mudou. Até então, com a visão masculina patriarcal de entender os fenômenos, o pensamento era individualista e competitivo, alicerces da masculinidade. Exatamente as bases para o darwinismo, ao pensar nas espécies, pensava na perspectiva individual de cada ser na luta pela transmissão genética. Agora se verifica que a sustentabilidade ocorre pela sinergia, o que significa cuidado mútuo. Creio que a questão não está em um modelo ou outro de compreensão, mas em que base e em que termos cada um deles explica melhor o fenômeno.

A epigenética, portanto, estuda o genoma, que é o mapa genético de cada indivíduo, ou melhor, sua carga genética recebida pelos genitores. Antes, pensava-se que bastava ter a propensão genética de uma doença que ela iria se manifestar, ou que a chance de manifestação seria alta. O ponto central, na anamnese médica e nos estudos estatísticos referentes às doenças, é que o fato de carregar a configuração genética pode gerar manifestação. Por óbvio, somente pode se manifestar o que existe. Muda-se a perspectiva se entendemos que os genes são

apenas a matéria-prima de manifestação, mas que ela, em si, depende do meio (fenótipo), o que pode explicar porque irmãos gêmeos não manifestam a mesma doença (Maia & Silva, 2020).

Em última instância a natureza possui uma “inteligência ecossistêmica” muito maior do que as definições restritivas do patriarcado. A vida somente é possível no planeta devido à riqueza de diversidade de espécies e entre as próprias espécies.

5 PSICANÁLISE E SEUS DESAFIOS

5.1 Freud: Complexo de Édipo e outras formas de pensar

Pensamento
 Você precisa saber
 O que passa aqui dentro
 Eu vou falar pra você
 Você vai entender
 A força de um pensamento
 Pra nunca mais esquecer
 Pensamento é um momento
 Que nos leva a emoção
 Pensamento positivo
 Que faz bem ao coração
Cidade Negra

Uma parte sensível da psicanálise que merece reflexão, contextualização e revisão é o Complexo de Édipo. Para Freud (1996), o aparelho psíquico se constitui por meio de dois movimentos: a simbiose afetiva estruturante, por meio do contato do bebê com a mãe, e o estabelecimento da identidade infantil, por meio da presença paterna como agente introdutor de limites a partir do que ele chamou de angústia da castração. Sua teoria se baseia no mito de Édipo Rei (Sófocles, 2018), em que o destino se revela pela paixão de Édipo por sua mãe Jocasta e pelo parricídio de seu pai Laio. O fim se torna trágico com ele furando os próprios olhos como punição e se separando da mãe.

O ponto central está no enamoramento natural do bebê por aquela que cuida dele, a mãe, e a rivalidade, identificação, e aceitação do lugar do pai para que possa direcionar sua pulsão a outro objeto. Deve-se lembrar que Sigmund Freud (1856-1939) escreveu sua teoria no final do século XIX e início do século XX, em que a referência cultural estrutural era fortemente marcada pela família patriarcal que envolvia mãe, pai e filhos. Nesse sentido, os papéis estavam rigidamente determinados, sendo a mãe a referência de cuidado, e o pai a referência da regra e do sustento. Devemos reconhecer a capacidade de identificar a necessidade humana e estruturante de cuidado e de limite, contudo da forma com a qual estrutura sua teoria ela, neste aspecto, se reduz a seu tempo.

Por conseguinte, Freud produz uma estrutura teórica que traz luz a dois pontos importantes da socialização e constituição identitária do sujeito. O ser humano necessita de cuidados e estes cuidados envolvem alimentação e afeto. Somos a única espécie no planeta terra que precisa de tanto tempo para que possamos nos manter vivos por nós mesmos. Olhando especificamente para o desenvolvimento cerebral, nascemos prematuros, o que implica um amadurecimento extrauterino que dura por anos. Seria impossível o desenvolvimento completo no útero e a sustentação da vida da progenitora (Dalgarrondo, 2011).

O segundo ponto destaca que a socialização se estabelece por meio de regras e restrições que são internalizadas como regras e proibições. No entanto a determinação de quais papéis são da ordem do homem ou da mulher é sustentada pela lógica patriarcal naturalizante dos papéis. Não estamos falando, na verdade, de gênero e comportamento, mas de funções psíquicas que podem ser realizadas por homens e mulheres, a depender de suas habilidades e de sua subjetividade.

Com a expansão da psicanálise no mundo, surgiram questionamentos sobre o Complexo de Édipo e suas possíveis diferenças a depender da cultura. Uma referência é o livro *Édipo Africano*, de Marie-Cécile Ortigues e Edmond Ortigues, publicado em 1989, relativo à pesquisa realizada com a tribo Woof, formada em suas origens por etnias diversas e que se situam em Dakar, Senegal (Barreto & Ceccarelli, 2016). Eles identificam que ali não existe uma angústia da castração dada pelo pai, mas que esta representação vem por meio da ancestralidade e como tal não pode ser foco da angústia e raiva edipianas, as quais são direcionadas aos irmãos fraternos. Em outras palavras, essa imagem era absorvida pela coletividade (Nascimento & Domingues, 2019).

Outra possibilidade que Freud não contava era que poderia haver duas mulheres com representação de cuidado e vínculos maternos para uma criança. No Brasil, durante muito tempo, foi lugar comum a mulher negra amamentar a criança da casa grande, contudo, no que tange sua importância, ela foi esquecida e negada. Para Segato (2006), esta poderia ser uma forma de Édipo brasileiro, na qual a negação da mãe-preta é a negação de parte da constituição psíquica daquele sujeito. Mais vez vemos na história a negação e invisibilidade da existência negra.

Aqui se introduz um tema importante que é a **etnopsicanálise** que se revela como intersecção entre a teoria psicanalítica e a antropologia. Neste diapasão, de alguma forma, a negritude ganha espaço descritivo, posto que a pesquisa se realiza num continente eminentemente negro com uma cultura diversa da Europa. No fim e ao cabo, estamos falando de um eurocentrismo teórico. Sem dúvida, não havia de ser diferente uma vez que Freud era europeu. Isso não poderia lhe dar poder, contudo, de estabelecer mecanismos universais sem considerar outros contextos e realidades. A experiência da cor da pele, numa África invadida e animalizada pela

escavidão deixa registros simbólicos por onde passaram. Desta feita, o racismo e a redução do negro como objeto atravessa as relações e os julgamentos que precisam ser considerados como unidades de análise imprescindíveis.

Neste sentido, o recorte dado por Lévi-Strauss por meio de sua perspectiva estruturalista permite um avanço das reflexões acerca daquilo que é proibido e que, portanto, estrutura por delimitar simbolicamente as relações afetivo-sexuais autorizadas e as não autorizadas, fundamentadas numa exogamia e endogamia. Aquele ou aquela que representa a angústia de castração não necessariamente é o pai, amplia-se o leque, embora a representação ainda esteja no falo e, portanto, naquilo que é masculino (Barreto & Ceccarelli, 2016).

Para entendermos melhor Lévi-Strauss, devemos identificar, entre as diversas influências teóricas, aquelas que se relacionam com o interesse sobre o ser homem e mulher no mundo e as possíveis configurações de existência. Iremos nos centrar em duas que servem ao escopo de análise. Uma das influências é do linguista estruturalista Ferdinand de Saussure. Ele baseia sua abordagem na análise das estruturas subjacentes aos sistemas linguísticos, portanto, universais. Saussure, também, reconhece aspectos individuais na língua ao diferenciar língua (*langue*), sistema de regras e estruturas subjacentes que permitem a comunicação, e fala (*parole*) como expressão subjetiva do sujeito sobre a língua. A fala seria a expressão do uso da língua em que a torna viva a partir da construção lógica e narrativa individual do sujeito (Key & Pfeiffer, 2017).

A outra influência viria da própria psicanálise que relata a estruturação psicológica como um processo de inserção na cultura e, portanto, por meio de um aparato psicológico que se constitui pela restrição às possibilidades de satisfação

sexual e do desejo no espaço intrafamiliar simbolizado pelas figuras parentais

(Freud, 1994). Segundo Werneck (2012, p. 45):

O mais importante de tudo – e o mais intrigante- é que, para Lévi-Strauss, o simbolismo, é uma condição *a priori* da sociedade, e não uma decorrência. Considerado um fato primeiro, o simbolismo permite compreender a instituição mesma da sociedade, e todos os elementos de uma cultura como expressão deste simbolismo. A cultura, então, passa a ser definida como um conjunto de sistemas simbólicos, dentre os quais os mais importantes são a linguagem, as regras matrimoniais, as relações econômicas, a arte, a ciência, a religião.

Lévi-Strauss não concebe o individual sem o social e vice-versa, por isso pode conceber o tabu do incesto como aquilo que vai além da natureza; como aquilo que organiza a ordem social e define padrões relacionais exogâmicos e endogâmicos. Para ele, a estrutura social marcada pela proibição do incesto é um vestígio da sobrevivência do conjunto complexo de crenças e proibições, cujas raízes estão nos sistemas mágico-religiosos como sistemas explicativos dos limites dados (Lévi-Strauss, 1982; Crestani & Colognese, 2023).

Tudo indica também que o próprio Lévi-Strauss reconheceu a imperfeição da estrutura binária ao buscar novos e diversos níveis de análise na relação entre os termos por ele desenvolvidos (Becker & Wheeler, 2017).

Em sua construção teórica, Freud relata as fases de desenvolvimento psicosssexual dividindo-as em: oral, anal, fálica latência e genital. No processo de diferenciação do meio e na constituição de uma identidade diferenciada, a criança

apresenta a capacidade de ter prazer das mais diversas formas, a qual ele denominou como polimorfo perverso (Freud, 1996). Neste sentido, ele se apresentava como um homem de vanguarda tratando de um assunto delicado e proibido que era a sexualidade e o prazer. Ele concebe, neste sentido, o corpo como fonte de prazer independente de uma orientação da pulsão. Contudo ele retrocede quando qualifica qualquer outra forma de sexualidade não heterossexual como perversa (Iaconelli, 2023).

Desta forma, ele relata que o Édipo se inicia na fase genital com a rivalidade entre filho e pai e o desejo pela mãe. Ele relata a homossexualidade como a interrupção ou desvio do desenvolvimento psicosexual. Desta forma, se a identificação com o progenitor não for bem-sucedida durante o Complexo de Édipo, poderia desencadear uma orientação homossexual (Freud, 1996). Sendo ela vista como uma forma de amor narcísico em que o menino se apaixona pela imagem idealizada de si mesmo (Freud, 1996).

Estas reflexões e construções teóricas têm seus efeitos sociais negativos e deletérios que devem ser avaliados. Isso porque, na descrição teórica de Freud, afirma-se que a homossexualidade masculina advém da não identificação completa do filho com o pai e junto a isso que consiste em um desvio ou interrupção no desenvolvimento psicosexual. Dessa maneira, subentende-se que esta forma de análise considera: primeiro, a homossexualidade como inferioridade, tendo em vista a interrupção no desenvolvimento; segundo, como um não reconhecimento de si como homem. Isto é corroborado: “[n]as obras de Freud, é possível encontrar a palavra “inversão” para se referir a pessoa que se atrai pelo mesmo sexo. Há uma segregação quando Freud classifica o comportamento dos invertidos no capítulo A

inversão em Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (Freud, 1905/1917, n.p. citado por Agnol & Lisboa, 2019, p. 137).

Tal visão mais se assemelha à vivência psicológica transgênero de não identificação do corpo biológico com a identidade de gênero do que uma identidade homoafetiva. Ao considerar a identidade homoafetiva como um amor narcísico, afirma-se, portanto, o não reconhecimento da alteridade, em que se confunde alteridade com desejo afetivo-sexual.

As consequências de tais afirmações, tendo em vista o reconhecimento e a validade da psicanálise, são lamentáveis. Ela reafirma a lógica patriarcal de que o homossexual masculino é menos homem do que o homem heterossexual. Ela contribui para distorção entre desejo sexual e identidade de gênero, uma vez que é comum, no imaginário brasileiro, associar a homossexualidade com feminilização, como se isso fosse possível. Na relação homossexual, não há mulher, portanto, não se pode ter esta referência a não ser que façamos a transposição falha do modelo heteronormativo patriarcal para a experiência homoafetiva.

No *Diagnostic Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM), livro usado mais nos EUA para categorização de transtornos mentais, até sua terceira versão, o livro se baseava em construtos teóricos da psicanálise (Agnol & Lisboa, 2019). Usava-se o sufixo –ismo, em homossexualismo, para determinar a prática como patológica. Apenas em 1987, a Associação Americana de Psiquiatria (APA) deixa de considerar a orientação sexual homoafetiva como associada a transtornos mentais, por a partir de então constatar que não preenche critérios para tal. Temos, ainda em 1990, que Organização Mundial de Saúde retira-a da Classificação Estatística Internacional de Doenças Relacionados à Saúde (CID), e o Conselho Federal de Psicologia, em

1999, com sua resolução 01/99 determina a proibição aos profissionais de psicologia de qualquer intervenção com o intuito de reversão sexual.

Conforme colocado por Bourdieu, o *habitus* se apresenta também por meio da *doxa*, o que significa dizer que as concepções e os comportamentos referentes a certas formas de agir e pensar têm sua expressão relacionada a uma constituição social e que tal mudança tende a ser um processo lento, posto que deve atingir os comportamentos automáticos e não percebidos (Grenfell, 2018). Os discursos se mantêm por meio da violência simbólica que legitima apenas algumas formas de vida (Bourdieu, 2012).

Vivemos ainda numa sociedade misógina e homofóbica, o que significa que a tolerância quanto à diferença de orientação sexual se faz perante o silenciamento, não expressão afetiva em ambientes públicos e a ocupação de espaços restritos a guetos. Diferentemente da experiência heterossexual, o reconhecimento do desejo pelo mesmo sexo vem carregado de culpa e vergonha imposta pelo modelo patriarcal. Para os diferentes, existe o termo “sair do armário”, o que implica o esconderijo e a necessidade de afirmação do seu existir que exige a aceitação da rejeição em alguns espaços e grupos sociais e a capacidade de lidar com o sofrimento e a exclusão (Garcia, 2018).

De outra forma, Freud sustenta o patriarcado quando representa o falo tendo como referência o homem. Numa visão patriarcal, o poder de decisão está na mão dos homens heterossexuais brancos. Ele, como bom observador, consegue identificar as relações estruturantes de gênero e não consegue avançar para uma análise crítica de sua teoria nos termos de que ela alcança aspectos importantes da existência como expressão de um modelo patriarcal. É transformadora a ideia de

que o afeto e o limite são alicerces para estruturação psíquica, mas daí reduzir a uma lógica edipiana, baseando-se numa visão restrita de gênero seria outra coisa.

Freud teve a oportunidade de repensar sua teoria por meio de duas psicanalistas que questionavam, de alguma forma, este lugar do falo: Melanie Klein e Karen Horney. Freud fala da inveja do pênis e da satisfação fálica feminina pela gravidez que por meio da falta identificada em si a partir do pênis que se estruturaria sua identidade afetivo-sexual e seu desejo. Esta forma de raciocínio baseia-se na lógica de que a externalidade do pênis teria mais valor do que a externalidade da vagina. A vagina não seria vista como uma externalidade por seus atributos não estendidos do corpo como o pênis. Inclusive, as representações históricas da genitália feminina tinham como base a anatomia masculina (Laqueur, 2001):

A história da representação das diferenças anatômicas entre o homem e a mulher é extraordinariamente independente das verdadeiras estruturas desses órgãos ou do que se conhecia sobre elas. A ideologia, não a exatidão da observação, determinava como eles eram vistos e quais eram as diferenças importantes. (Laqueur, 2001, p. 111).

Outrossim, Freud provavelmente era refém do espírito do tempo (*Zeitgeist*), e, portanto, embora visionário, estava constituído subjetivamente por uma visão patriarcal da realidade. Seguindo o reconhecimento da diferença sexual pelas crianças, para ele, o menino, ao identificar a falta do pênis, articularia psicicamente como uma castração e a menina, como uma falta. A referência que se tem como base é o homem. O viés torna o homem como medida de análise, retirando-se a relatividade do contexto discursivo e ideológico. Mais uma vez se apresenta o

problema da invisibilidade feminina e a categoria mulher se mantém secundária (Zazueta & Stockland, 2017; Lima, Silva, et al., 2019; Pinheiro & Álvares, 2022).

Nesta forma de articular a realidade por meio da teoria, numa sociedade que valoriza mais o homem do que a mulher e que, nesta majoração do homem, há ganho de status de poder, pensar numa representação por meio da diferença anatômica, baseando-se neste viés, torna-se quase que natural associar o falo como representação de poder ao pênis. Este marcador deve ser visto no lugar que a pertence: a forma de articulação da realidade a partir do poder masculino e a secundariedade simbólica da mulher. A mulher, não existe como categoria de referência, mas é referenciada a partir do homem (Butler, 2003).

Mesmo que indiretamente, Melaine Klein (1882-1960) acrescenta ao modelo de referência de inveja do pênis, a inveja do seio. Aqui se produz uma dupla forma de referência que aquilo que invejo é o que desejo e que se institui na falta, base discursiva e analítica da psicanálise. “A inveja contribui para as dificuldades do bebê em construir seu objeto bom, pois ele sente que a gratificação de que foi privado foi guardada, para uso próprio, pelo seio que o frustrou” (Klein, 1991, p. 212).

De forma mais ousada, Karen Horney (1885-1952) se torna dissidente de Freud, baseando sua teoria psicanalítica a partir de uma abordagem culturalista, numa proposta de “uma explicação para o homem que se fundamente na diferença e no relativismo, questionando o universalismo próprio dos grandes sistemas de pensamento oriundos da tradição do saber ocidental” (Roudinesco & Plon, 1988, como citado em Amarin & Belo, 2020, p. 248)

Ela reconhece os limites teóricos e de referência, sendo que em contraposição a inveja do pênis, ela cria a categoria de inveja do útero, que seria uma representação das funções biológicas relativas ao feminino, como: gravidez,

parto, amamentação. Sua teoria traz uma nova linha de referência. Poderíamos pensar que, se para a psicanálise a estrutura do aparelho psíquico ocorre por meio da aceitação da falta, por que não imaginar duas formas de falta? A falta do pênis para a mulher, a falta o útero e/ou dos seios para o menino. Fica óbvio que estamos falando de referências de poder, e não é assim que funciona em termos sociais. Quando ela fala da inveja em sua teoria, associa esta inveja ao atributo relativo a funções de cuidado, ou seja, nós homens desejamos cuidar e nos conectar. Um cuidado que ali fica representado pela gravidez e pela conexão mãe e bebê por meio da simbiose. O que merece também uma reflexão, pois o cuidado não deve ser atributo só a mulher, aqui ela escorrega no patriarcado.

Isto posto, Silva e Martins (2018), em revisão de literatura analisando artigos de 2000 a 2018 nas bases de dados EBSCOhost E B-on, revelam que casais grávidos, ambos conectados à gestação, mostram que se apresenta correlação dos níveis de cortisol e progesterona no casal, ou seja, as mudanças biológicas acontecem em ambos (Edelsten, Wnadecker, Chopic, Moors, Shipman & Lin, 2015). Havendo, ainda, aumento dos níveis séricos de cortisol no homem durante a gravidez com níveis mais elevados com a proximidade do parto, relacionados à preparação para cuidar (Storey, Walsh, Quinton & Wynne-Edwards, 2000) e declínio de testosterona durante a gravidez sinalizando uma preparação orgânica para o aumento de investimento, comprometimento e satisfação no pós-parto (Saxbe et al., 2017).

Temos também que estudos referentes à vivência da paternidade, após o parto, um deles identifica o aumento de níveis plasmáticos de oxitocina nos primeiros seis meses de paternidade (Gordon, Zagoory-Sharon, Leckman & Leckman, 2010). O outro, quando compara homens com filhos e homens sem filhos,

verifica que os níveis deste hormônio peptídico são substancialmente mais altos nos primeiros (Mascaro, Hackett, & Rilling, 2014). E, surpreendentemente, os homens apresentam mudanças estruturais no cérebro, com alteração do volume de massa cinzenta em diversas regiões neurais (Kim et al., 2014).

Com estas revelações, confirma-se a maternidade, determinante do cuidado da prole como unicamente feminino, como um mito (Badinter, 1985), e que há, portanto, uma subjetivação feminina na qual se constrói a ideia de que ser mulher é ser mãe, conforme mostrado pelo dispositivo materno (Zanello, 2020, 2023).

Porém a capacidade de cuidar, de se vincular e de amar pertence ao ser humano, independente do gênero, sexo, ou orientação sexual. Sendo assim, constitui, isto sim, a castração de aspectos psicofisiológicos do homem a necessidade de se seccionar socialmente aquilo que biologicamente está integrado, qual seja afeto, a cognição e a necessidade gregária de pertencimento e troca.

A questão principal não está, portanto, no Complexo de Édipo, mas no fato de que a não contextualização histórica retira da psicanálise sua natureza de vanguarda. Em sua constituição, apesar de sua estrutura teórica influenciada pela época, propõe-se a incluir a diferença ao reconhecer os desafios psicológicos e afetivos da existência. A questão não está na homossexualidade ou na negritude ou no feminino, mas em sua dimensão linguística, lógica e médica de exclusão. A psicanálise se trai ao se constituir uma teoria patologizante. Aqui ela deixa de ser vanguarda e se torna expressão patriarcal de eliminação da diferença enquanto diferença, desconstituindo a diferença para torná-la desvio.

5.2 Winnicott: A função materna e paterna

Donald Winnicott (1896-1971), pediatra e psicanalista, trabalhou como consultor em pediatria na Segunda Guerra Mundial, quando pôde lidar com crianças com as mais dolorosas experiências. Para ele, ser consultor pediátrico durante a Segunda Guerra Mundial, foi um campo de experiência e pesquisa que viabilizou muito de suas construções teóricas. Em uma de suas teoria Winnicott considerava como característica inata humana a maturação e integração. Winnicott considerava, ainda, que o bebê ao nascer, não se diferenciava de si e, por isso, necessitava dos cuidados maternos para sobrevivência biológica e psíquica.

Por meio da relação com a mãe, o bebê poderia avançar nos processos de integração psicossomáticos, que seria relativo à construção do ego e reconhecimento do próprio corpo. Nesse processo de integração a mãe seria a expressão da primeira experiência da criança com o mundo e por isso ela deveria representar um ambiente tranquilo e aconchegante. Como o papel da mãe está direcionado a primeira experiência da criança com o mundo, tornando-a imersa, integralmente, na criação de seu filho, Winnicott via o papel do pai como, suficientemente bom, quando era capaz de oferecer suporte psicoafetivo para a mãe. Consiste em uma reflexão valorosa quando Winnicott, reconhece na origem do ego, o reconhecimento da fruição do tempo e, portanto, da realidade (Ab'sáber, 2021).

Cabe lembrarmos que ele constituiu suas reflexões em uma época, década de 1940 e 1950, em que apesar da rigidez patriarcal já se reconheciam avanços sociais, por isso, podemos imaginar que ele pôde enxergar o pai como um cuidador

da mãe, embora, ainda não conseguisse vislumbrar o homem na função do cuidado para com o bebê.

Para entendermos sua teoria, precisamos compreender a função materna e função paterna. A primeira estaria associada ao cuidado e a sensação de segurança da criança. Esse cuidado depende do desejo da mãe para que possa existir e para que a partir dele ela possa se identificar com o(a) filho(a). Marcia Rosa (2001) esclarece que “toda mãe é adotiva, já que a inscrição de uma criança como filho na subjetividade da mulher é um processo de construções simbólicas” (Coelho & Prudente, 2019, p. 56), atribuindo-se ao filho significantes e imagens. Sendo assim, a mãe assume grande responsabilidade na constituição psíquica da criança, sendo ela o objeto intermediário capaz de reduzir a ansiedade devastadora do bebê. Com o tempo o bebê se usará de outros objetos transacionais, a exemplo, um coberto que pode representar um objeto parcial, tal qual o seio para o bebê. É importante que ele, simbolicamente, possa assumir o lugar do seio e, ao mesmo tempo, possa ser reconhecido como não seio (Winnicott, 1975).

Enquanto a função paterna se estabelece a partir da autorização da mãe, seria ela que, alegoricamente, introduziria a criança a presença do pai. Enquanto o(a) filho(a) é pequeno, o papel do pai estaria relacionado em oferecer suporte afetivo a mãe, para que ela possa suportar as demandas do neném. Mais adiante, essa função se associaria mais com a teoria de castração de Freud, onde o limite é dado pelo pai. Essa função seria, portanto, “o epicentro crucial da estruturação psíquica do sujeito” (Dor, 1991, p. 9, apud Coelho e Prudente, 2019). Para esses autores, a figura parental pode assumir a posição oposta a seu gênero, mas não a função em si. Pensamentos como esse, apontados por Uziel (2002) foram que inviabilizaram a adoção de crianças por casais homossexuais em uma afirmação

peremptória de que o Édipo estaria incompleto e por isso não se saberiam os resultados e as consequências advindas.

Como se pode observar, sua teoria é carregada da binaridade dada as funções coerentes aos papéis de gênero estabelecidos pelo patriarcado. Também, devemos reconhecer que Winnicott observava as relações a partir dos papéis existentes.

Tendo em vista as transformações e avanços sociais surgem novas formas de se compreender as funções. Embora elas recebam os nomes associados ao sexo, hodiernamente se reconhece que a função de *holding* (acolhimento) e de representação do mundo para criança pode ser realizada pelo homem. Até mesmo porque é o desejo que é estruturante para a díade, e na ausência do seio poder-se-á estabelecer outros objetos transacionais que representam o aconchego e a nutrição. Tanto que, quando há co-parentalidade, as funções deveriam ser realizadas conforme a capacidade psicoafetiva de cada um dos pais (Borges, 2005). Posto que em última instância a sensação de cuidado e segurança está associada ao pertencimento e a um ambiente acolhedor e empático e isto pode ser realizado por qualquer um, independentemente do sexo, como serão observado nas falas dos sujeitos da pesquisa (Mizrahi, 2017).

6 ADOÇÃO: DO ABANDONO AO CUIDADO

Poema do enjoquinho

Filhos, filhos?

Melhor não tê-los!

Mas se não os temos

Como sabê-los?

Vinícius de Moraes

Podemos desenvolver uma reflexão com um olhar complexo, dialógico e sócio-histórico a partir da compreensão do patriarcado, o modelo biparental biológico heterossexual, os dispositivos de eficácia pela virilidade sexual e pela laborativa, e os dispositivos amoroso e materno (Zanello, 2018).

Para tanto é necessário compreender que existe uma criança gerada e existe uma motivação dessa mãe para entregar esse filho a adoção. No imaginário popular e nas falas corriqueiras, as crianças que estão abrigadas foram abandonadas, seja pela rejeição ou pela violência. Tal perspectiva de análise fomenta a lógica simplista e palatável do patriarcado que defende que somente há amor se houver uma tríade pai-mãe-filho(a)s biológicos.

Essas mulheres são silenciadas em suas dores e julgadas de forma descontextualizada o que perpetua, como consequência, o discurso da criança abandonada, enjeitada e, portanto, como beneficiada pela adoção por um gesto de caridade da família adotante e, portanto, como dívida simbólica. Para que esses níveis de análise tenham fundamento, devemos olhar para casos concretos e dar voz a essas mulheres que carregam esses bebês em seus ventres e que são a pré-história da existência dessas crianças.

Em suas pesquisas Motta (2001) observou nos relatos de seus sujeitos de pesquisa que essas mulheres conviviam com dois discursos distintos. Em um primeiro momento elas eram apoiadas a entregar seus filhos a adoção se assim fosse o melhor para elas e para criança. Quando, contudo, decidiam pela entrega eram ojerizadas e tratadas como mães cruéis e desumanas. Por outro lado, não encontrei em nenhuma pesquisa o questionamento sobre o pai abandonante. Mais uma vez, a responsabilidade e julgamento recai sobre os ombros das mulheres. Sendo assim, o sofrimento de separação e a capacidade de elaboração das próprias dores e da própria história se tornavam inviáveis. Por meio da vergonha e da falta de apoio social elas eram silenciadas e muitas vezes deprimiam, sonhavam com o seu filho sem rosto, desejavam vê-los pelo menos uma vez. Em síntese, era inegável a marca que se constituía na existência tanto da genitora, quanto da criança.

Existem questões sociais estruturais subjacentes que precisam ser avaliadas para se entender os movimentos individuais de cada uma dessas mães. Existe a conjunção da subjetividade individual e social que se relacionam e se transformam no existir e nas interações humanas (Rey, 2007; Souza & Torres, 2019). Em outras palavras, essas mulheres têm suas histórias e essas envolvem seu relacionamento com as figuras parentais de sua infância. As pesquisas têm mostrado que existem dois tipos de indicadores importantes que interferem no resultado de entrega ou não à adoção. Estamos aqui falando de vínculo humano, portanto pensando na díade mãe-filho(a). O primeiro indicador se refere a relações infantis de maus-tratos e negligência parental (Soejima & Weber, 2008) ou marcas emocionais e somáticas (Menezes & Dias, 2011) ou falta de patrimônio emocional (Willie & Maffei, 2014) que se resumem em uma imaturidade e incapacidade de conexão apropriada com a criança. O outro indicador, negligenciado no discurso social cotidiano enquanto

potente interferente na decisão, é a condição socioeconômica associada à falta de apoio familiar e do parceiro, pai biológico da criança (Menezes & Dias, 2011; Willie & Maffei, 2014).

No estudo de Fonseca (2012, n.p.) sobre adoções no Brasil no contexto dos anos de 1950-1970 verificou-se que dentre as possibilidades que desencadearam a entrega da criança a adoção está “a falta de autonomia legal e econômica das mulheres, uma moralidade sexual repressiva e a instabilidade geográfica e conjugal associada à pobreza”. Em última instância um contexto de violência invisibilizada que sustenta terreno para julgamento e injustiças.

Nestas perspectivas de discursos hegemônicos temos os interesses sociais dos mais abastados. “A mulher que entrega seu filho em adoção interessa socialmente enquanto ventre reprodutor de uma criatura que se torna necessária para os casais que não podem conceber, uma figura apenas por isso tolerada pelas instituições.” (Gilerti, et al., n.d., p 183, como citado em Menezes & Dias, 2011, n.p.). Discordo apenas no que se refere a casais que não podem gerar; temos hoje um universo vasto de possibilidades e intencionalidades: casais homoafetivos, pais e mães solos por escolha.

Junto ao interesse dos adotantes que, em geral, são de classe mais abastada; há vetores opostos em nossa constituição discursiva social que são contra a possibilidades de crianças pardas e negras - a maioria daquelas em adoção, tendo em vista a população negra e parda de nosso país - serem adotadas. Tendo em vista o preconceito, temos ainda como imaginário usual de crianças adotáveis as que preenchem o quesito de serem brancas e bebês. Neste sentido, vejo as teorias da personalidade com prisma estrutural um contra serviço a possibilidade de adoção

de crianças mais velhas, uma vez que estipulam idade para formação do indivíduo estimulando indiretamente receios e fantasias sobre adoção tardia.

Vale, também, ressaltar a diferença apontada por Menezes & Dias (2011) entre abandono e doação. Para as autoras o abandono se institui pela falta de preocupação com a vida da criança, enquanto na doação existe uma preocupação com a vida e futuro da criança no sentido de que desejam que, a partir deste ato, eles possam ter uma vida melhor. Por outro lado, afino-me mais com o termo usado por Motta (2005) – entrega. Para a autora esse termo implica cuidado e ao mesmo tempo abertura para o futuro. Ela questiona o abandono porque ele é estigmatizante para a história da criança condicionando-a a uma visão de início de vida de rejeição. Uma vez que, mesmo em situações apontadas como abandono, sabemos que o fenômeno é complexo e diverso e que constitui uma interpretação generalizada e inferiorizante devemos rever o uso do termo. Por outro lado, o termo "doação" pode evocar uma ideia de posse, sendo essencial frisar que estamos falando de seres humanos que possuem sua própria existência, volição e desejos. Assim, a noção de entrega manifesta e reflete o respeito pela dimensão humana.

É importante frisar o outro polo da relação, agora a família afetiva ou adotiva. Muitas vezes essas famílias para evitar o estigma, seja da infertilidade, do questionamento da virilidade ou da negação da dor escolhem esconder a adoção, tal atitude gera uma vergonha subjacente perigosa. Tanto do ponto de vista sistêmico do segredo, quanto daquilo que se nega da história da criança. Aquilo que não pode ser falado se torna tabu e, portanto, também, não pode ser elaborado ou vivenciado como motivo de orgulho. Para tanto, deve-se reconhecer a origem familiar de qualquer estrutura para que se manifeste a diferença com tranquilidade e se possa ocupar espaços existenciais no mundo social.

7 METODOLOGIA: UMA NOVA PROPOSTA

7.1 Metodologia de análise de conteúdo de Bardin: um encontro com transversalidades

7.1.1 Participantes

Participam do estudo oito sujeitos, todos pais solos adotivos com idades entre 34 e 61 anos. Um deles está cursando superior completo; dois têm curso superior completo; um com mestrado, dois com doutorado e um cursando doutorado. Quanto a envolvimento afetivo-sexual, quatro deles estão solteiros, um separado, um divorciado e um namorando. Todos com apenas um filho, sendo que o único que não respondeu ao questionário na entrevista relatou ter dois filhos. No que se refere à atividade profissional, três são servidores públicos, três da atividade privada e um autônomo, sendo que quatro deles trabalham na área de educação, um na de gestão, um em administração e outro em propriedade intelectual. Quanto à renda média mensal, um dos respondentes preferiu não declarar, dois têm renda entre R\$ 1.320,00 e R\$ 5.000,00; dois entre R\$ 5.000,00 e R\$ 10.000,00 e dois com salários acima de R\$ 10.000,00. Todos responderam que a única renda para sustento dos filhos vinha deles; seis têm carro e um, não. Quatro têm moradia própria e três alugam; todos residem sozinhos com os filhos, sendo que um deles tem dois cachorros. Quanto às idades das crianças à época da adoção, apenas um adotou um bebê de um ano e cinco meses.

Ao responderem sobre sofrerem preconceito com monoparentalidade, cinco relatam que sim e dois que não (para mais detalhes, consultar Anexo I). Pelo exposto, temos que todos os participantes têm alto grau de instrução e fazem parte

de classe média, média alta. Para classificação dos sujeitos, eles foram numerados por ordem de entrevista após a inserção da palavra sujeito. Duas pessoas se candidataram, mas uma não preenchia o perfil, posto que não iniciou a adoção como um projeto solo e outro não pôde participar por motivos pessoais.

7.1.2 Instrumentos

Como instrumentos de investigação foram utilizados “instrumento de coleta de dados sociodemográficos” (Anexo V) por meio de Formulário do Google enviado por WhatsApp aos participantes e “questionário semiestruturado” (Anexo VI). O instrumento de coleta sociodemográfica era formado por um questionário com 26 perguntas, sendo 19 sobre os pais e 7 sobre os filhos. Já o questionário semiestruturado, com objetivo de identificar a história familiar desta configuração, continha 36 perguntas distribuídas por áreas temáticas: o desejo de ser pai; preparação para uma paternidade; chegada de uma paternidade; a trajetória da paternidade e vislumbrando o futuro.

7.1.3 Procedimentos

Inicialmente, a determinação da quantidade de sujeitos ocorreria pelo critério de amostragem por saturação. Tendo em vista que o número de interessados era maior do que o esperado, avaliando-se o interesse e a quantidade escassa de produção científica sobre tema, decidiu-se por entrevistar a todos. O meio de divulgação utilizado foi amostragem de bola de neve. Considerando a variedade de sujeitos de vários lugares do Brasil, suspeita-se que a maioria da amostra venha da

divulgação realizada pela ONG Aconchego – grupo de apoio à convivência familiar e comunitária de Brasília, realizada em grupo de WhatsApp de ONGs relativas a adoção em território nacional.

Os sujeitos interessados buscaram o pesquisador no WhatsApp, sendo que 7 deles foram entrevistados individualmente por plataforma virtual e 1 em encontro presencial, pois somente este último morava na cidade de Brasília. As entrevistas duraram entre uma e duas horas. O agendamento era conforme as possibilidades dos sujeitos.

A entrevista se dividiu em dois momentos: uma da coleta efetiva de informações e uma parte final em que o pesquisador compartilha sua motivação pessoal com o tema e ratifica seu compromisso ético e cuidadoso com as histórias. Esse segundo momento era surpreendente porque promovia um outro grau de proximidade e de troca, o que enriqueceu a pesquisa.

7.1.4 Cuidados Éticos

O projeto de pesquisa, com todos os documentos solicitados e com os instrumentos utilizados, foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade de Brasília, CAAE 67703023.0.0000.5540, em concordância com a Resolução n. 466/12 e a Resolução n. 510/16.

Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo II), Termo de Autorização para utilização de gravação de voz para fins de pesquisa (Anexo III) e, no momento da entrevista, foi lida uma Orientação Verbal (Anexo IV) reiterando o direito de não participar da pesquisa em caso de desconforto ou qualquer outro motivo.

7.1.5 Análise de dados

Os dados coletados foram submetidos ao método de análise de conteúdo de Bardin (2011), em sua vertente categorial, para se investigar, a partir do discurso, significações atribuídas pelos entrevistados ao tema de cuidado e história familiar monoparental adotiva. Foram destacadas categorias temáticas organizadas a partir das semelhanças discursivas. Para tanto, realizou-se “leitura flutuante”, agrupando-se as informações significativas, identificando os participantes e relacionando-os até que surgissem as categorias de análise.

No momento da entrevista, os sujeitos foram consultados se preferiam falar espontaneamente ou que perguntas fossem feitas. Todos preferiram perguntas que guiassem, mas muitas das perguntas do questionário semiestruturado não foram necessárias devido ao conforto e à fluidez do discurso dos sujeitos.

Emergiram 7 categorias temáticas: 1. Limite e afeto; 2. Cadê a mãe? Momentos de dor; 3. Homem não sabe cuidar; 4. Desejo, amor e admiração; 5. Nossas vitórias; 6. Escolhi um menino e 7. Eu e minha família de origem. Cabe ressaltar que em algum momento as categorias parecem se interpenetrar (Morin, 2005).

Podemos entender que as categorias são campos de sentido que revelam expressões do campo social em configurações concretas e um *habitus* e *doxa* que se manifesta por meio de condutas internalizadas coerentes aos valores sociais (Grenfell, 2018).

Cabe ressaltar que, tendo em vista a base teórica utilizada, que prima pela subjetividade, assinatura e pela diferença, com intuito de fazer dois movimentos

distintos que se encontram, foram realizados dois níveis de análise: transversal, por meio de categorias; e horizontal, pela escolha de temas individuais que atingem a paternidade ou a adoção e que não foram tratados por todos os entrevistados na pesquisa. Além disso, o método de Bardin não é suficiente para o objetivo desta dissertação, qual seja dar voz à subjetividade social e à subjetividade individual (Martínez, 2019). As categorias individuais que emergiram do escopo total da pesquisa individual e chamaram a atenção do pesquisador foram: **sujeito 1. Uma configuração rara de cores; 2. O laço familiar que surge pela admiração; 3. Tem hora que a gente quer só existir; 4. A verdade e o respeito nos unem; 5. Uma monoparentalidade sem rede de apoio; 6. A violência institucional me fere; 7. Não tenho medo do diferente, estou aqui para cooperar; 8. Foi espiritual, nem eu acreditava.**

7.1.6 Resultados e Discussão

7.1 6.1 Limite e afeto:

Esta categoria nos remete à dupla função seccionada pelo patriarcado e dividida rigidamente em papéis. Contudo, também tráz a dimensão desafiadora que se remete à paternidade, lugar que deve educar, cuidar tanto por meio do afeto como impedindo condutas inadequadas. Na adoção tardia, há a peculiaridade de que os limites sejam testados para se verificar a intensidade real dos vínculos. São crianças que, em geral, vivem longos períodos de institucionalização ou já passaram por processo de preparação de adoção e foram devolvidas.

No sujeito 1, seu pai relata duas situações que expressam os dois lados da mesma moeda limite-afeto. Uma delas é quando se aproxima de a adoção ser efetivada e o filho quebra o quarto; naquele momento ele precisava decidir se iria continuar ou não, mas seu afeto o conduziu ao cuidado de sustentar a relação e buscar ajuda profissional. O outro momento ocorre quando o filho, por várias vezes, diz que ele não é o pai e ele decide não tentar convencer a criança, mas, em verdade, assumir a posição cotidiana de sua certeza.

No caso do sujeito 2, a questão do limite-afeto se manifesta no reconhecimento de sua dificuldade de assumir o papel de pai e de não negar seus medos e receios até o momento em que o afeto toma uma proporção maior que a do medo e ele decide adotar a criança.

No caso do sujeito 3, temos que o limite-afeto se expressa na dimensão externa à família, à medida que administra os preconceitos e consegue preservar o filho e a si das vivências de dor, ampliando-se a proximidade entre eles e construindo um sistema familiar de proteção.

No caso do sujeito 4, o limite se torna seu exercício cotidiano. O filho tem Transtorno Opositor do Desenvolvimento (TOD) e, com intuito de viabilizar um melhor cuidado do filho, o pai faz curso sobre o assunto enquanto na prática vai aprendendo e desenvolvendo estratégias para lidar com a dificuldade do filho. Uma cena marcante é quando o filho tem um ataque de raiva e o pai resolve se despedir dos amigos e mandá-lo tomar banho; ao entrar no quarto o pai vê o menino no parapeito da janela. Nessa hora ele se lembra de que o comportamento opositor, no caso do rapaz, levaria ele a ação oposta à do comando, sendo assim, o pai teve a ideia de falar para o filho tomar cuidado porque se ele caísse ele poderia morrer ou

ficar de cadeira de rodas pelo resto da vida e saiu do quarto. Quando o pai retornou ao quarto, a criança estava no banho.

Já para o sujeito 5, o cuidado e o limite se estabelecem na naturalidade com a qual ele lida com a própria sexualidade. Ele relata uma situação no carro em que o filho perguntou se o pai iria namorar uma moça. O pai responde com outra pergunta, “você acha que eu vou namorar uma moça?”. A criança ri e diz que não. Numa outra situação o pai pergunta para o filho como ele o descreveria, o filho diz que o pai cuida dele e conversa com os tios. A naturalidade com que as vivências acontecem tornam tranquilos os limites quanto aos espaços individuais.

Temos também o sujeito 6, que é mestre em impedir que as pessoas interfiram no seu espaço pessoal, de tal forma que educa os filhos para lidarem com o racismo estrutural e o preconceito sabendo se posicionarem. O limite é a barreira que se desenvolve para impedir invasões e para que o afeto possa fluir.

Há os limites do sujeito 7, que se expressam na consciência de suas escolhas e responsabilidades sem que isso o faça se sentir vítima. O limite estruturante se apresenta por sua conduta com o problema renal do filho, e, portanto, pelo afeto que o mobiliza a agir. O pai decide vender suas coisas para tentar comprar a medicação para o filho pelo menos para um mês. Sua conduta íntegra desencadeia um movimento em rede em que uma vaquinha virtual conseguiu em 4 dias o dinheiro necessário para os 6 meses de tratamento.

Há limites como se percebe no sujeito 8, que se expressam pelo silêncio e pelo direito à preservação da intimidade. Em nenhum momento sentiu necessidade de compartilhar com o filho o fato de ser portador do vírus HIV. Somente na pandemia, quando questionado pelo filho por que ele iria tomar vacina se não tinha idade foi

que ele conversou cuidadosamente tranquilizando o filho quanto à doença, e tudo transcorreu bem.

7.1.6.2 Cadê a mãe? Momentos de dor

Esta é uma dimensão que revela a visão binária da família e apresenta a heteronormatividade como padrão relacional e constitutivo (Butler, 2003). Todos os sujeitos se deparam com essa questão das mais diversas formas, seja por causa da diferença de cor entre pai e filho, o que faz as pessoas imaginarem uma mãe que tenha características mais parecidas com a criança, ou nos momentos em que a presença da mãe é chamada – a exemplo, no dia das mães – ou o constrangimento de situações em repartições e instituições públicas em que o atendimento é negado por não constar a mãe na documentação.

Nesse *modus operandi* de raciocinar, vemos que a inversão não é verídica. Filhos com nome apenas da mãe não são constantemente questionados quanto à veracidade documental. Isso porque naturalizamos que a mulher cuida do filho e não o homem. Aqui se encerra uma questão de gênero com implicações sociais e psicológicas delicadas.

O sujeito 3 relata, por exemplo, que denunciaram à polícia que tinha um homem com uma criança. Tudo indica que a denúncia foi feita por dois motivos: não tinha a presença de uma mulher (suposta mãe) e a criança e o pai tinham cores de pele distintas. Tendo em vista que o imaginário social não concebe um homem como cuidador, mas como devorador, a conclusão deslocada e inadequada torna-se a mais viável. É um pedófilo, concluem.

Seu relato é bastante enfático e emotivo quanto ao desrespeito, à violência simbólica e à psicológica, à exposição e ao descuido com a criança.

Essas situações parecem ser as promotoras da sensação de falta para a criança, tendo em vista que, se nunca teve mãe, não há do que sentir falta, a não ser que seja interpelada e desvalorizada por isso.

Outro exemplo, ocorreu com o sujeito 4, pois seu filho começou a regredir em seus comportamentos de TOD ao ser agredido pelos colegas quando apontado como adotado, ou seja, como rejeitado e menor. Afinal, cadê a mãe?

7.1.6.3 Homem não sabe cuidar

Este tópico é uma provocação à divisão sociossexual do trabalho em que o ato de cuidar está a cargo da mulher e não do homem. Como falado anteriormente nesta dissertação, existe um dificultador para o ato de cuidar quando este parte do homem, posto que há uma associação direta à masculinidade, no caso, esta é colocada em dúvida.

Ao contrário, na concepção discursiva social todos os sujeitos são cuidadores exemplares, muito associado à questão do desejo de ser pai. O fato de o projeto familiar originariamente ser monoparental implica numa preparação para assumir os espaços de cuidado da criança, tanto em termos materiais quanto psicológicos, no que se refere à dedicação e abdicação de outras possibilidades de vivências.

É marcante a tranquilidade com que esses pais solos administram seus afetos e a incompreensão social. O sujeito 1 relata que percebe que os pais estranhamo fato de ele perguntar coisas que em geral competem ao cuidado das mulheres – por exemplo, ao pedir indicação de uma professora particular. Não se sente

desrespeitado, mas percebe que é visto como um estranho. Outro exemplo, também dado por ele, é referente à compreensão de seu superior no ambiente de trabalho. Quando recebe um telefonema da escola dizendo que o filho se machucou, por exemplo, ao comunicar ao chefe que irá a escola, este sugere que mande a mãe. O pai, então, com seriedade, diz que vai cuidar do filho e que, ao voltar, quer uma reunião com ele. Ao ser direto ao retornar o assunto com o chefe quanto à monoparentalidade, é tratado com respeito, mas percebe um estranhamento da parte de seu superior. Questiono-me se fosse uma mulher se ela não iria perder o emprego.

O sujeito 3 relata esse lugar de herói em que ele é colocado, tendo em vista que é um homem conseguindo cuidar sozinho do filho, mas que, no caso dele, implica, também, a negação de sua orientação sexual. Por outro lado, o sujeito 2, também verifica essa idealização, a qual denomina de visão romântica.

Os sujeitos entrevistados se diferem da média masculina pela maturidade e afetividade integrada, apesar das dificuldades. A maturidade é vista nas condutas cotidianas e desafios que surgem, assim como, pela escolha não idealizada de uma criança constituindo-se um imaginário mais próximo do real e disponível para ajustes na relação concreta. Nesta amostra a maioria quis filhos maiores (não bebês) sem questões referentes a cor, um perfil fora da curva que deve ser aproveitado para viabilizar a realização do sonho do homem que quer ser pai e da criança que quer uma família.

7.1.6.4 Desejo, amor e admiração

Esta categoria se torna provocativa porque nomeia os laços de afeto numa ceara científica em que evitamos falar de amor. Todos os pais adotivos entrevistados, exceto um, queriam ser pais e esse desejo é o que os mantém fortes para enfrentar os desafios. É reconhecido que, lamentavelmente, várias crianças são devolvidas por não preencherem as expectativas dos pais. O sujeito 6 relata com maestria que é necessário ter consciência que essas crianças têm história e que não é possível, de forma saudável, iniciar uma família negando a existência prévia de vida. Inclusive, quando questionado sobre o risco de ausência de vínculo por estar com uma criança maior, ele responde inteligentemente algo como: e você nasceu com seu marido? Cresceu com ele? Você é ligada a ele? Assim desmistifica a preocupação e naturaliza qualquer tipo de constituição familiar, independente da idade.

O desejo se manifesta na ansiedade de encontrar a criança e ter que retornar somente no dia seguinte; ou ao trazer para casa ter que devolver para instituição. Dois dos sujeitos, 3 e 6, em respeito humano às crianças e a si, não devolveram as crianças e negociaram com as instituições postergar a estada delas até que o intervalo forense se interrompesse.

Mesmo com quartos quebrados, comportamentos inadequados e respostas truncadas as relações de afeto eram solidificadas, tendo em vista o reconhecimento da inviabilidade de desistência. “Não havia desistência, ele é meu filho”. A entrada por completo na paternidade implicou o engrandecimento dos afetos e estreitamento das relações. Não buscavam modelos, buscavam relações.

Era impressionante como vários pais vivenciavam com orgulho e admiração, (perceptível no discurso deles) melhora na qualidade de vida e no comportamento dos filhos. É tocante ouvi-los falar de como eles são sortudos ou abençoados por terem os filhos que eles têm. Inverte-se a lógica do abandono, assim como o cuidado e a proteção como atitude de pai.

7.1.6.5 Nossas vitórias

Na mesma perspectiva da categoria anterior temos as vitórias como resultado de um olhar acurado e observador. O sujeito 1, por exemplo, reconhece a vitória quando o filho vai bem na escola; o sujeito 2, quando se surpreende com os avanços do filho com deficiência intelectual; o sujeito 3, quando ele e o filho conseguem suportar e se unir contra o preconceito; o sujeito 4, quando o filho consegue ter menos crises de TOD; o sujeito 6, quando os filhos se sentem fortalecidos para lidar com racismo.

Os sujeitos reconhecem que é árduo ser pai e que muitas vezes é mais desgastante que prazeroso, mas que vale a pena. Importante frisar que a monoparentalidade responsável implica muita dedicação, o que torna desafiador, exaustivo e, ao mesmo tempo, gratificante. As relações se tornam próximas e a capacidade de perceber e vibrar com as vitórias se maximizam.

7.1 6.6 Escolhi um menino

No caso dos pais entrevistados, com exceção do sujeito 2, aspectos relativos ao gênero tiveram interferência direta na escolha do sexo. No caso do sujeito 2, a

adoção emergiu de uma relação pré-existente. Todos os sujeitos relataram que haveria mais facilidade quanto a aspectos referentes à similaridade de sexo. Contudo, por outro lado, havia certo receio do julgamento social e de sofrerem algum tipo de violência por serem pais solos adotivos de meninas. Receavam como seria na prática entrar num banheiro com uma menina e andar com ela sem a presença da mãe, por exemplo.

Esse fato mostra o lado deletério da divisão de papéis, no qual meninas deixam de serem adotadas por receio dos pais em relação a como serão vistos pela sociedade. É necessário avançarmos como sociedade, para tanto será importante desconectar da masculinidade a dominação e a violência. O desafio é grande e, provavelmente, lento.

7.1 6.7 Eu e minha família de origem

Esta é uma categoria que apresenta duas posições possíveis: o desejo de que pudesse estar mais perto ou contar mais com a família ou o quanto a família é importante para constituição cuidadora e afetiva dos sujeitos. Alguns contaram para as famílias sobre a adoção e as prepararam, outros decidiram que comunicariam na hora da efetivação da adoção para evitar comentários ou interferências.

O cerne é que a família de origem é importante, seja na escolha de afastamento, seja na escolha da proximidade. No que se refere ao último ela pode se tornar fonte de rede de apoio e suporte, como relatam os sujeitos 1 e 2, enquanto o sujeito 5 prefere não contar com a família e se isolar. Portanto, temos as mais diversas expressões de interação relacionados a como cada sujeito lida com sua família de origem e com a família que está construindo.

7.2 Metodologia de testemunho: um encontro individual Sujeito 1

7.2.1 Sujeito 1 - Uma configuração rara de cores

O sujeito 1 é negro e vem de uma configuração familiar negra. Ele é uma exceção nos perfis de adoção: heterossexual e nunca quis ter filhos biológicos. Essa decisão foi tomada inclusive na adolescência. Ele, contudo, vai contra o sistema patriarcal hegemônico por não negar a própria afetividade, a ponto de ter cuidado de muitos sobrinhos.

Quando ele foi preencher o perfil para adoção ele não se preocupou com raça. Como ele mesmo diz: “a questão de cor nunca foi uma questão para mim.” Por outro lado, foi para a família de origem, não por preconceito, mas por receio. Nesse contexto, sua mãe perguntou: “e se criança for negra, você vai arranjar problema”.

Para ele, isso nunca fez diferença. Seu filho é pardo, conhecido moreno claro. Oposto à média dos perfis de adoção que desejam bebês e crianças brancas, para ele não fazia diferença. O que seria mais usual numa adoção seria a questão interracial de pais brancos e filhos pardos ou negros, tendo em vista a configuração de cor das populações menos favorecidas que costumam entregar suas crianças para adoção. No caso desta família ocorreu o inverso e o filho foi se inserido numa realidade negra para ele desconhecida, desde a música aos hábitos. Por desejo próprio, ele usa dreads, gosta de assumir o perfil negro; parece que ali ele afirma o pertencimento.

Seu caso parece mostrar que quando isso não é uma questão para o pai subjetivamente não se torna para o filho; é apenas uma busca natural de pertencimento.

7.2.2 Sujeito 2 - O laço familiar que surge pela admiração

O sujeito 2 relata nunca ter desejado ser pai, apesar de gostar de ser voluntário em abrigos e instituições de menores e ser, inclusive, padrinho de algumas crianças mesmo após a adoção. Quando relata sua história, conta que estava se separando da esposa e vivendo um momento difícil, enquanto o seu futuro filho via seus irmãos serem adotados e ele, não. O fato é que todos os irmãos, inclusive ele, possuem deficiência intelectual, sendo ele o que apresentava ter um nível mais acentuado que os demais. Em decorrência disso o menino desenvolveu depressão. As assistentes perguntavam ao sujeito 2 se ele desejava adotar e ele, peremptoriamente, dizia que não. Durante toda entrevista afirmava que nunca quis ser pai, até deixar escorregar um desejo de ter sido pai com a esposa. “Fomos percebendo que o medo de assumir a responsabilidade e de ter sua vida restringida pareciam camuflar um desejo. Poderíamos dizer um desejo que se efetuava na prática com os cuidados, o receio era a obrigação.”. Contudo, se não houvesse desejo e compromisso afetivo o questionamento quanto à adoção provavelmente não teria desencadeado angústias.

O ponto é que decidiu adotar, descobriu que os medos eram mais irreais e assumiu o amor que sente pela criança. Um amor suficiente que o fez enfrentar o pânico de uma responsabilidade dessa magnitude. Tocante é ouvir sobre os avanços no desenvolvimento do filho, além da admiração com que responde sobre o que o remete ao filho: “a alegria”.

O sujeito 3 é um exemplo das reviravoltas da vida e de nossos afetos; mudanças inesperadas, escolhas inusitadas e uma jornada a ser conquistada.

7.2.3 Sujeito 3 - Tem hora que a gente quer só existir

O sujeito 3 é o mais velho dos entrevistados. Ele foi um dos pioneiros na adoção monoparental, inclusive já é avô. Ele é homossexual e relata a história concreta de um homem que independente da orientação sexual deseja ser pai. Ele vai contra uma heteronormatividade não só por ser gay, mas por ter uma afetividade integrada e reconhecê-la como uma qualidade importante para ele.

Durante a entrevista ele fala bastante sobre os movimentos gays da década de 90. Por um lado, a questão de um homossexual adotar tornou, segundo ele, moda, e relata que precisou de tempo para reconhecer o desejo genuíno de ser pai.

Pelos relatos nota-se que foi um processo de desconstrução de um modelo patriarcal binário internalizado no que se refere ao conceito de família. O sujeito 3 também relata as experiências de violência vividas no cotidiano: no momento em que participou da preparação para adoção e era um tanto quanto exilado pelas mulheres do grupo. Quando viajou e foi tratado com desrespeito e violência psicológica pela polícia, que tinha recebido uma denúncia de um homem com uma criança cor divergente da dele. Nas comemorações de dia das mães nas escolas, nunca tinha lugar para ele, pois somente as mães iam. Além disso, nas instituições exigiam ou duvidavam de uma paternidade sem mãe.

Ele não se identifica com os grupos de luta LGBTQIA+, porém os considera importante e primordial, mas também não se identifica com os grupos conservadores gays, que não pensam em casamento ou constituição familiar. É nessa hora da entrevista que ele fala: “tem hora que a gente não quer lutar, a gente quer só poder existir, mas no nosso caso existir é uma luta”. Naquele momento ele sintetizou os

desafios da diferença numa realidade sociocultural que estimula a média, os modelos e a vida medíocre desconectada dos sonhos.

A vida dele é quase um paradoxo: apesar de não querer lutar, ele foi um dos primeiros a adotar, encarou os desafios e administra no dia a dia o aprendizado que é lidar com um mundo preconceituoso, violento e hostil.

7.2.4 Sujeito 4 - A verdade e o respeito nos une

A história do sujeito 4 mostra o quanto a verdade e o respeito podem desencadear elos profundos e significativos. Existem vários pontos que remetem à temática, mas dois deles foram mais marcantes. Um deles é relacionado à sua homossexualidade, pois imaginava que a criança, ao aceitar conhecê-lo, tivesse sido comunicada da característica dessa configuração familiar, mas ele descobre que o filho não sabe. Num plano de conversa aberta anterior à adoção, o filho fala o quanto gosta dele, mas também do quanto preferiria que ele não fosse gay. Sem sofrimento ou drama, o pai, no intuito de respeitar o filho, perguntou a ele se gostaria de buscar outro pai, já que o fato de ser homossexual nunca mudaria. O filho respondeu que não, porque já gostava dele e tinha se acostumado com ele.

Outro ponto delicado se referia aos limites. A criança tinha sofrido negligência da família de origem que o deixava fazer o que quisesse, e, no abrigo, aos fins de semana, brincavam o dia todo em celulares. Isso fez com que ele ficasse avesso a respeitar limites. Em alguns momentos de raiva a criança falava para o pai que queria voltar para o abrigo. Como parte da educação afetiva e respeitosa, o pai procurava as respostas e mostrava para ele que, quando isso acontecia antes da adoção, o pai expressava acordo e o menino desistia. Após a adoção o pai explicou

que seria complicado levá-lo para o abrigo, mas que iria se informar quanto à solução. Após consultar uma advogada, o pai lê para ele a resposta de que ele só poderia voltar ao abrigo se estivesse sofrendo negligência o que não parecia o caso, mas que poderia negociar com o pai a emancipação aos 16 anos.

O respeito e seriedade com que o pai validava as falas do filho tinham efeitos positivos quanto ao esclarecimento dos sentimentos e melhora da relação.

7.2.5 Sujeito 5 - Cuido sozinho do meu filho

Contrário às pesquisas, mostrando a complexidade e diversidade humana, o sujeito 5 assume a paternidade de um bebê e comunica à família posteriormente à chegada do filho. Outrossim, ele apresenta o perfil associado à masculinidade hegemônica na atribuição solitária de atividades e soluções. Ele decide ser o único responsável pelos cuidados, em outras palavras, não busca rede de apoio, senão as pagas. Para ele, seu senso de responsabilidade define que se a escolha foi dele, deve ser ele a encontrar as respostas. Aprendeu fazendo pesquisas sobre qual berço e enxoval comprar entre outras coisas.

Na sua forma de pensar, identificada com a masculinidade patriarcal, ao ser pai solo adotivo sua orientação sexual se tornaria pública; algo que durante a vida buscou reserva. Contudo, mais uma vez, ao fazer a escolha e assumir as consequências ele crê que consegue exercer sua paternidade e sexualidade com tranquilidade. Não nega os desafios, inclusive em época de pandemia, mas mostra serenidade e tranquilidade com estilo de vida que desenvolveu. Ele e o filho são bastantes próximos e sua narrativa é de satisfação.

7.2.6 Sujeito 6 - A violência institucional me fere

O sujeito 6, por ter origem humilde e por trabalhar na área de educação e lidar com adolescentes, conhece realidades sociais que muitos desconhecem. Seu relato sobre os abrigos é realista. Lembra das instituições totalitárias e associadas ao enclausuramento humano, como descrito por Foucault (Kallman, 2017). Ao contrário de espaços de cuidado, muitos são depósitos humanos. Ele relata a tentativa de lhe venderem uma criança índia, de forma sutil e ao mesmo tempo clara, ao que ele anuncia que é crime. Relata também visitas a instituições para adolescentes nas quais era interpelado várias vezes com pedidos de emprego, tendo em vista que iriam completar 18 anos e sairiam do abrigo.

Estamos falando da necessidade de revisão de organização do Estado para honrar o Estatuto da Criança e do Adolescente, garantindo cuidado e possibilidade e inserção social. Esses jovens não recebem capacitação, não possuem laços afetivos sólidos, em última instância estamos retirando o direito à vida e possibilidades de escolha. Questões como essas deveriam sensibilizar a sociedade como um todo e mobilizar para mudanças.

7.2.7 Sujeito 7 - A riqueza da rede de apoio

O relato do sujeito 7 é contundente quanto à força da rede de apoio. Ele possui a peculiaridade de ter buscado algumas crianças com alguma deficiência. Inicialmente ele queria uma criança com Síndrome de Down, porque na família havia uma parente, a qual ele admirava, com essa condição. Encontrou um rapaz com problemas renais crônicos que fazia hemodiálise regular. Após aproximação e

afinidade entre os dois, a criança vai morar com ele e é tratada como filho. Após avaliação clínica, descobriu que se seu filho não tomasse uma medicação específica relativa a hormônio de crescimento e de alto custo continuaria com um 1,30m. Movido pelo amor e pela responsabilidade, o sujeito 7 decide vender os objetos da casa para custear o tratamento. Sua motivação era conseguir dinheiro para o primeiro mês, em seguida iria buscar alguma solução. Ao anunciar a venda nas redes, amigos e conhecidos perguntaram por que estava vendendo tantas coisas. Ele explicou e os amigos fizeram um *crowd funding* e em 4 dias conseguiram o dinheiro para os seis meses necessários de medicação.

Se não bastasse, decidiram comemorar a vitória com uma roda de samba em homenagem ao menino. Conclusão, como a cidade era pequena, ele se tornou bastante conhecido. Algum tempo depois, conseguiu que seu filho fizesse transplante de rim, contudo a medicação para evitar rejeição tornou o rapaz surdo. No entanto, esse pai, um homem de fé e otimista, buscou todos os arranjos necessários para que ele pudesse conviver com seu novo contexto, incluindo o aprendizado de libras.

Pelo relato, o jovem rapaz convive bem com as limitações e não parece viver grandes sofrimentos porque se sente cuidado pela comunidade; uma experiência privada que se tornou pública e exemplo do que é participação comunitária.

7.2.8 Sujeito 8 - Foi espiritual, nem eu acreditava

A ciência banaliza, simplifica, ignora aquilo que não tem resposta. Machado (2015) ressalta que “a história mítica é uma forma de expressar motivações inconscientes e que as origens inconscientes do desejo costumam ser marcadas por

idealizações ou apresentar algo de ficcional.” (Machado, 2015 apud Lima 2018). Aquilo que não tem explicação ganha ares de fantasia ou de loucura. O sujeito 8 conta que estava aguardando na fila de adoção quando viu uma campanha publicitária sobre adoção, com a presença de algumas crianças. Foi assistir no dia seguinte o programa que uma advogada do grupo de preparação para adoção o qual frequentava havia participado.

Quando ele viu uma delas, ele não conseguia parar de chorar. Dizia para si mesmo: “é meu filho, é meu filho”. Ao mesmo tempo que dizia: “pare com isso, isso é loucura. Embora quisesse negar, aquilo não lhe saía da cabeça. Era totalmente contrário à sua racionalidade usual. Ligou para advogada pedindo ajuda, estava completamente fora do eixo. Sensível à questão, a advogada sugeriu que ele ligasse para Vara de Infância da cidade de onde a criança morava. Encurtando a história, o cadastro não era nacional. Ele não estava habilitado para a tal cidade e estava no fim do ano em recesso judiciário. Conclusão, sua ansiedade foi tamanha que emagreceu vários quilos.

No retorno do judiciário transferiu sua habilitação para a cidade e ouviu que teria que aguardar porque após o programa havia mais de 30 famílias interessadas. Teve a certeza de que o modelo patriarcal heteronormativo iria imperar. Não iam dar preferência à monoparentalidade quando havia a possibilidade de biparentalidade.

Alguns dias depois, em reunião, sempre com o celular aguardando por resposta, viu uma ligação cujo DDD era da tal cidade. Atendeu prontamente, quando ouviu que sendo ele o mais antigo na fila seria o primeiro a ter preferência, ele caiu no chão de emoção. Os amigos saem berrando que o filho dele chegou.

Após o primeiro encontro por skype a afinidade foi tamanha que o menino pediu para conhecer a família dele no próximo encontro. Ele combinou na casa da

avó com a irmã e quando chegou lá, a família, que é extensa, estava toda presente. Imagine a surpresa do menino em ver seu futuro pai rodeado de tantas pessoas. Ali estava sua nova família.

Foram se conhecer, vivenciaram as angústias e ansiedades usuais. Seu filho tinha mais dois irmãos que estavam para ser adotados por outras famílias. Até que chegou a hora de partir. O entrevistado conta, com generosidade, de detalhes da dor que foi ver os dois irmãos se abraçando e se despedindo, enquanto um já tinha família o outro voltava para o abrigo. Ele tinha decidido, se ele não for adotado, não posso deixar o irmão do meu filho ali.

Por sorte, tudo caminhou bem e as três famílias convivem a distância, a irmandade permaneceu, se visitam com alguma regularidade, brigam e fazem as pazes como bons irmãos.

Não só ele, outros entrevistados comentam como não se lembram como era antes de ser pai. Para eles, é tão marcante a nova identidade que o passado virou passado.

Estamos falando de encontros, alguns repletos de muita emoção, com certezas inexplicáveis. Podemos chamar de histórica mítica. Eu prefiro a humildade de reconhecer o fenômeno e não saber dar nome. Chamar de mítico é ignorar a força da história.

8 REFLEXÕES FINAIS

8.1 Uma nova proposta de análise social: Princípio da dignidade humana

Poemeto do amor ao próximo

Me deixa em paz.

Deixe o meu, o dele, o dos outros em paz!

Qualé rapaz, o que é que você tem com isso?

Por que lhe incomoda o tamanho da minha saia?

Se eu sou índia, se sou negra ou branca, se eu como com a mão ou com a colher, se cadeirante, nordestino, dissonante, se eu gosto de homem ou de mulher,

se eu não sou como você quer?

Não sei por que lhe aborrece a liberdade amorosa dos seres ao seu redor.

Não sei por que lhe ofende mais uma pessoa amada do que uma pessoa armada!?

Por que lhe insulta mais quem de verdade ama do que quem lhe engana?

Dizem que vemos o que somos, por isso é bom que se investigue: o que é que há por trás do seu espanto, do seu escândalo, do seu incômodo em ver o romance

ardente como o de todo mundo, nada demais, só que entre seres iguais?

Cada um sabe o que faz com seus membros, proeminências, seus orifícios, seus desejos, seus interstícios.

Cada um sabe o que faz, me deixe em paz.

Plante a paz.

Elisa Lucinda

Seja numa pesquisa, seja numa dissertação estamos falando de vidas. O compromisso humano e ético deveria ser o que nos conduz na prática cotidiana, senão é o caso que pelo menos profissionalmente não nos deixemos esquecer. Lamento perder muito da preciosidade dos relatos e das entrevistas. São histórias ricas de aprendizados e de experiências. Mostra a riqueza da diversidade. Devo assumir que, como cientista e humano, ampliei na trajetória da produção desta dissertação minha capacidade teórica e prática de compreender a diversidade.

Quando falamos de adoção, em geral, falamos de pessoas bem-intencionadas, contudo, algumas sem maturidade para entender que a adoção é um ato único e definitivo. É a efetivação de um elo que permanece até o fim da vida, com todos os desafios, riscos e mistérios que advêm de qualquer relação íntima e afetiva.

Pelo que constato da investigação que observo, o sofrimento de crianças devolvidas seria significativamente reduzido se houvesse uma preparação mais eficaz no processo de adoção tanto no que se refere às fantasias e ao imaginário da maternidade e da paternidade como na preparação para os desafios que surgirão.

Somos ainda um país misógino, racista, homofóbico e patriarcal. Não sabemos conviver com a diferença e menos ainda lidar com nossos afetos e processos de amadurecimento existencial. Lamentavelmente, ainda sentimos necessidade de modelos para seguir, como se o mapa fosse a cidade; esquecendo que é um rascunho da vida.

Há muitas pessoas bem-intencionadas cometendo atrocidades por ignorância e desconhecimento. É preciso falar mais, se informar mais e compreender que as famílias humanas diariamente estão sobrevivendo e aprendendo e que não existe família melhor que a outra, existem desafios distintos e que o direito à vida e à dignidade humana deve ser a bandeira a ser seguida. O direito à diferença em

espaços de igualdade é o que sustenta a civilidade, a convivência e pacificação social, além do enriquecimento proporcionado àqueles que estão dispostos a ver o mundo com outros olhos.

Precisamos equilibrar a racionalidade a outras visões de mundo para reconhecer os mais variados níveis que nos integram, para que possamos viver uma vida mais pulsante, com menos couraças. Barreto (2017), em sua tese de doutorado, ousa fazer um testemunho para, a partir de suas reflexões e observações, propor uma pedagogia pela vida, em que o caminho seja o diálogo e que a experiência de si traga a consciência de si. Aqui estamos falando de uma consciência que integra mente-emoções-comportamentos-corpo. A capacidade de amar está relacionada à capacidade de se vulnerabilizar, de poder doer e chorar, para seguir em frente. Hooks (2021, 2021) nos ensina que o amor é uma trajetória, um se despirmos das roupas acostumadas, velhas e encardidas para poder encontrar o outro. Enquanto padrões de comportamento forem nossas medidas, pouco ou quase nada encontraremos de significativo na vida. Viver é um ato de coragem. Não a falsa coragem que se revela como violência. Esses modelos, além de limitantes, induzem a comportamentos por vezes contrários daqueles ditos como adequados. Existe um longo caminho de retorno. Há esperança quando podemos nos deparar com homens, pais soltos adotivos que assumem o desejo de existir e realizar seus sonhos, sabendo que sua vida se tornará subversiva, não bastará apenas existir. Existir vai gerar confrontos, desencontros, questionamentos e transformações. Esses e outros pais nos ensinam sobre escolhas na vida.

Ouso desejar que esta dissertação possa ser um ponto de inflexão na vida de algumas pessoas que passam a compreender um pouco melhor que o modelo patriarcal precisa ser revisto para que acolhamos a humanidade. Para isso, termino

propondo a substituição do modelo de família patriarcal por aquele que esteja associado a um princípio jurídico, que é base, inclusive de nossa Carta Magna, representante mor da nação, qual seja a dignidade humana. Se formos guiados pela dignidade humana, vamos repensar nossos julgamentos e reconhecer que estamos solapando, impedindo, cerceando as pessoas que têm escolhas diferentes.

E que possamos ter menos medo de falar de amor, seja na ciência, seja na rua, seja no quarto. Que a palavra seja o começo do ato.

REFERÊNCIAS

- Ab'sáber, T. (2021). *Winnicott: Experiência e paradoxo, uma apresentação sobre a teoria de Donald Winnicott*. Ubu.
- Abreu, F., Marques, F. & Diniz, I. (2020). Divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres no contexto da Pandemia da covid 19. *INTER-LEGERE*, 3(28), 1-22.
- Adichie, C. N. (2015). *Sejamos todas feministas*. Companhia das Letras.
- ADPF 132 de 05 de maio de 2011. Supremo Tribunal Federal. <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=62863>
- 3
- Agnol, L. P. & Lisboa, C. S. (2019). Homossexualidade e perversão na psicanálise: da literatura freudiana às primeiras versões do DSM. *Psicanálise*, 21 (2), 136-151.
- Amorin, P. M & Belo, F. R. (2020). A monogamia em Karen Horney: considerações acerca das construções psicanalíticas sobre feminilidade. *Psicologia em Revista*, 26(1), 236-268.
- Aliança, R. S. de & Neves, Y. G. (2015). A concepção de infância no decorrer da história e a eficácia do ECA. In Centro Universitário Toledo Prudente (Org.). *Encontro de Iniciação Científica [Encontro]*. Encontro de Iniciação Científica, São Paulo.
- Alves, A. M. (2013). O método materialista histórico-dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. *Revista de Psicologia da UNESP*, 9(1), 1-13.
- Alves, B. M. & Pitanguy, J. (1987). *O que é feminismo*. Editora Brasiliense.

- Araújo, A. A. (2020). Não só, mas também: a igualdade de gênero melhora os índices econômicos. *Revista de Gênero, Sexualidade e Direito*, 6(2), 84-109.
- Arcangioli, A. M. (1995). Introdução à obra de Winnicott. In J. D. Nasio. *Introdução às obras de Freud, Ferenczi, Groddeck, Klein, Winnicott, Dolto, Lacan* (pp. 177-202). Zahar.
- Ariely, D. A. (2021). Verdade sobre a desonestidade: Como mentimos para todo mundo, especialmente para nós mesmos. Sextante
- Arruda, A., Bandeira, L. M., Rago, M., Heliborn, M. L. & Dias, M. O. L. S. (2020). *Em busca de novos caminhos críticos Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Bazar do Tempo.
- August, H. & Esperandio, M. R. (2015). Teoria do apego: origem, desenvolvimento e perspectivas. In (Org.), *Congresso da ANPTECRE* [Congresso]. Congresso da ANPTECRE.
- Azevedo, A., Pereira, A. R. & Bacellar, C. B. (2020). *Pensamento feminista hoje: Sexualidades no sul global*. Bazar do Tempo.
- Azize, R. L. (2011). O cérebro como órgão pessoal: uma antropologia de discursos neurocientíficos. *Trabalho, Educação e Saúde*, 8(3), 563-574.
- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Nova Fronteira.
- Badinter, E. (1993). Prólogo: O enigma masculino (o grande X). In Bandinter, E. XY: *Sobre a identidade masculina*, (pp. 3-44). Nova Fronteira.
- Barbosa, C. P. (2020). Epistemologia feminista enquanto uma ramificação da epistemologia social: uma análise a partir de Donna Haraway e Sandra Harding. *Intuitio*, 13(1), 1-11.
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. Edições 70.
- Barreto, V. (1988). *Paulo Freire para educadores*. Arte & Ciência.

- Barreto, A. F. (2016). Excertos de Reich e Lowen sobre o Amor: Vínculo, sentido e conhecimento essencial da Vida. *Revista Latino-Americana de psicologia corporal*, 3(5), 68-80. <http://psicorporal.emnuvens.com.br/rbpc>
- Barreto, A. F. (2017). *Pedagogia da vida: um testemunho de formação humana*. Fi. [Pedagogia da vida: um testemunho de formação humana \(unisa.br\)](http://pedagogia.unisa.br)
- Barreto, R. M. & Ceccarelli, P. R. (2016). Configurações familiares e relações étnicas no Senegal: uma leitura psicanalítica. *Estudos de Psicanálise*, (46), 151-158.
- Barros, B. W. (2020). As masculinidades da nossa América. *Cadernos Pagu*, (59), 1-9.
- Becker, J. A. & Wheeler, K. (2017). *An Analysis of Claude Levi-Strauss's Structural Anthropology*. Routledge.
- Bermúdez, M. M. (2003,). *Estudos feministas*, 21(1), 283-300.
- Benatti, A. P., Machado, M. S., Compeol, A. R. & Pereira, C. R. (2021). Famílias Monoparentais: Uma Revisão Sistemática da Literatura. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41(3), 1-14.
- Benczik, E. B. (2011). A importância da figura paterna para o desenvolvimento infantil. *Revista Psicopedagogia*, 28(85), 67-75.
- Berry, D. (2017). *An Analysis of Friedrich Nietzsche's Beyond Good and Evil*. Routledge.
- Bhering, L. S. & Fontes, M. B. (2021). Famílias monoparentais masculinas: escolhas e sentimentos construídos em torno da monoparentalidade. *Oikos: Família e Sociedade em Debate*, 32(2), 1-17.
- Blainey, G. (2010). *Uma breve história do século XX*. Fundamento educacional.
- Bola, J. J. (2020). *Seja homem: a masculinidade desmascarada*. Dublinense.

- Borges, M. L. (2005). *Função materna e função paterna, suas vivências na atualidade* [Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia].
- Boris, G. D., Bloc, L. G. & Teófilo, M. C. (2012). Os rituais da construção da subjetividade masculina. *O público e o privado*, (19), 17-32.
- Bourdieu, P. (2012). *A dominação Masculina* (11 ed.). Bertrand Brasil.
- Brauer, K. C. & Freire, M. M. (2021). Paulo Freire e Edgar Morin: a complementaridade de um diálogo possível. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, 60(1), 316-327.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2018). Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. *Cadernos de Leitura*, (78), 1-16.
- Butler, J. (2018). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2023). Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”. N-1
- Campeol, A. R. & Pereira, C. R. (2021). A paternidade em famílias monoparentais masculinas: a perspectiva bioecológica. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 73(1), 121-136.
- Carrara, O. V. (2015). *Chaves de leitura para a filosofia contemporânea: uma introdução para não filósofos*. Editora Ideias & Letras.
- Carvalho, R. C. & Fávero, A. A. (2020). A Teoria da Complexidade como referencial epistemológico para a pesquisa em política. *Revista de Estudos Teóricos Y Epistemológicos em Pública Educativa*, 5, p 1-19.

- Casadei, E. B. (2022). Os estudos das masculinidades nas pesquisas em Comunicação no Brasil. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 45, 1-14.
- Castañon. G. (2007). *Introdução à epistemologia*. Proposta de publicação.
- Castro, A. B., Santos, J. S. & Santos, J. S. (2018). Gênero, patriarcado, divisão sexual do trabalho e a força de trabalho feminina na sociedade capitalista. In *VI seminário CETROS*, 1- 14.
- Castro, E. (2014). *Introdução a Foucault*. Autêntica.
- Cattelan, J. C, (2020) Monoparentalidade (tri)vial: um paradoxo. *Cadernos de linguagem e sociedade*, 21(2), 1-19.
- Châtelet, F. (1994). *Uma História da Razão*. Zahar.
- Cheron, C., Salvagni, J., & Colomby, R. K. (2022). “Homem só respeita Homem”: quando o machismo invisibiliza duplamente o trabalho das entregadoras por plataformas. In ANPAD (Org.). *XLVI Encontro da ANPAD*, [Encontro]. XLVI Encontro da ANPAD. <https://anpad.com.br/uploads/articles/120/approved/df308fd90635b28d82558cf580c73ed9.pdf>
- Clowes, L. (2013). The limits of discourse: masculinity as vulnerability. *Agenda: Empowering women for gender equity*, 27(1), 12-19.
- Coelho, L. B. & Prudente, R. C. (2019) Função Materna e função paterna uma vivência contraditória: psicanálise e cultura. *Cadernos de psicologia (CESJF)*, 1(1), 50-75.
- Connell, R. W. (1995) Políticas da masculinidade. *Educação e Realidade*, 20(2),185-208.
- Connell, R. W. (2003). *Masculinidades*. Universidad Nacional Autónoma del México.

- Connell, R. W., Messerschmitt, J. W. (2013). Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, 21(1), 241-282.
- Corning, P. (2005). *Holistic Darwinism: Synergy, Cybernetics, and the Bioeconomics of Evolution*. University of Chicago Press.
- Correa, E. S. (2009). Teoria e método no pensamento de Edgar Morin. *Cadernos de Pós-Graduação – Educação*, 8, 55-63.
- Cossetin, M. & Lara, A. M. (2016). O percurso histórico das políticas públicas de atenção à criança e ao adolescente no Brasil: O período de 1920 a 1979. *Revista HISTERDBR On-line*, 67, 115-128.
- Cúnico, S. D. & Arpini, D. M. (2014). Família e monoparentalidade feminina sob a ótica de mulheres chefes de família. *Aletheia*, 43(44), 37-49.
- Cúnico, S. D. & Arpini, D. M. (2016). Significados de paternidade em famílias monoparentais femininas. *Psicologia e Pesquisa*, 10(2), 40-48.
- Dalgalarrondo, P. (2011). *Evolução do cérebro: sistema nervoso, psicologia e psicopatologia sob a perspectiva evolucionista*. Artmed.
- Deleuze, G. (1988). *Foucault*. Brasiliense.
- Deleuze, G & Guattari, F. (2011). *Mil platôs: Capitalims e esquizofrênia*. Editora 34
- Deleuze, G.; Guattari, F. (2011). *O Anti-Édipo*. Editora 34.
- DK - Adult. (2019). *The feminism book: Big ideas simply explained*. DK - Adult.
- Dor, J. (1991). *O pai e sua função em psicanálise*. Zahar.
- Duarte, C. L. (2019). Feminismo: Uma história a ser contada. In H. B. de Hollanda (Org.), *Algumas histórias sobre o feminismo no Brasil: lutas políticas e teóricas. (Pensamento feminista brasileiro: Formação e contexto)* (pp. 24-50). Bazar do Tempo.

- Duarte, L. C.; Alves, B. M.; Schmidt, R. T.; Sorj, B.; Costa, A. O.; Barroso, C.; Sarti, C. & Hollanda, H. B. (2020). *Algumas histórias sobre o feminismo no Brasil: Lutas políticas e teóricas (pensamento feminista brasileiro)*. Bazar do Tempo.
- Elias, N. & Scotson, J. L. (2000). *Os estabelecidos e os outsiders*. Zahar.
- Federici, S. (2019). *O calibã e a bruxa*. Elefante.
- Federici, S. (2023). *Além da pele, repensar, refazer e reivindicar*. Elefante.
- Federici, S. (2004). *O calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva*. Elefante, 2004.
- Feitosa, J. R. A. (2022). A Crise Epistemológica da Teoria Quântica: implicações filosóficas do desenvolvimento da nova física. *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea*, 10(1), 35-54.
- Felden, P. (2019). A categoria da “Alteridade” em “O segundo sexo” de Simone de Beauvoir. *Sapere Audé*, 10(20), 809-814.
- Fernandes, H. C. & Zanello, V. (2023). Imaginário Erótico de Homens Heterossexuais: Revisão Integrativa e Análise Crítica a Partir dos Estudos das Masculinidades. *Pluralidades em Saúde Mental*, 12(1), 65-80.
- Flores, G. F. & Krueh, C. S. (2014). A experiência da paternidade em famílias monoparentais masculinas. *Disciplinarum Scientia*, 14(2), 211-228.
- Fonseca, C. (2012). Mães “abandonantes”: fragmentos de uma história silenciada. *Estudos feministas*, 20(1), 13-32.
- Fontes, J. C. (2017). Princípios conceituais de masculinidades, possibilidades e aprendizagens. In (Org.). *V Seminário Internacional Enlaçando sexualidades, 10 anos* [Seminário]. V Seminário Internacional Enlaçando sexualidade, 10 anos.
- Foucault M. (2016). *Subjetividade e verdade*. Martins Fontes.

- Foucault, M. (2021). *Microfísica do poder*. São Paulo: Paz & Terra.
- Foucault, M. (1987). O panoptismo. In M. Foucault, *Vigiar e Punir*. Vozes.
- Foucault, M. (2020). *História da sexualidade, a vontade de saber*. Paz & Terra.
- Francis, R. C. (2015). *Epigenética: como a ciência está revolucionando o que sabemos sobre hereditariedade*. Zahar.
- Franco, K. B. (2019). *Multiparentalidade: uma análise dos limites jurídicos práticos sob o enfoque do princípio da afetividade* (Dissertação de mestrado). Faculdade de Direito de Alagoas.
- Freire, P. (1985). *Por uma pedagogia da pergunta*. Paz & Terra.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da Autonomia*. Paz & Terra.
- Freire, P. (1987). *Pedagogia da Esperança*. Paz & Terra.
- Freire, P. (2002). *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Paz & Terra.
- Freitas, W. M., Coelho, E. A. & Silva, A. T. (2007). Sentir-se pai: a vivência masculina sob o olhar de gênero. *Caderno Saúde Pública*, 23(1), 137-145.
- Freitas, W. M., Silva, A. T., Coelho, E. A., Guedes, R. N., Lucena, K. D. & Costa, A. P. (2009). Paternidade: responsabilidade social do homem no papel de provedor. *Revista da Saúde Pública*, 43(1), 85-90.
- Garcia, C. (2018). *An Analysis of Eve Kosofsky Sedgwick's Epistemology of the Closet*. Macat library.
- Gianini, M. S. (2021). *Em nome do pai: a resignificação da paternidade*. Dialética.
- Gomes, J. S., Simonetti, L. & Maidel, S. (2018). Funções executivas e regulação cognitivo-emocional: conexões anatômicas e funcionais. *Revista de Ciências Humanas*, 52, 1-11.
- Grenfell, M. (2018). *Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais*. Vozes.

- Gross, M. P. (2004) Masculinidades: uma revisão teórica. *Antropologia em primeira mão*, 22(1), 4-37.
- Henrigen, I. (2007). A contemporaneidade e as novas perspectivas para a produção de conhecimentos. *Cadernos de Educação*, (29), 191-208.
- Hessen, H. (2012). *Teoria do Conhecimento*. Martins Fontes.
- Hooks, B. (2021). *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. Elefante.
- Hooks, B. (2018). *Ofeminismo é para todo mundo*. Rosa dos campos.
- Iaconelli, V. (2023). *Manifesto antimaterialista: psicanálise e políticas de reprodução*. Zahar.
- Iamundo, E. (2017). *Hermenêutica e hermenêutica jurídica*. Saraiva.
- Inwood, M. (2019). *Heidegger: A very short introduction*. Oxford.
- Jackson, Ian. (2017). *An Analysis of G. W. F. Hegel's phenomenology of spirit*. Routledge.
- Jagger, G. (2008). *Judith Butler, sexual, politics, social change and the power of the performative*. Routledge.
- Junior, A. J., Neris, A. R. & Oliveira, I. P. (2017). Epigenética e Psicologia: Uma Possibilidade de Encontro entre o Social e o Biológico. *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, (34), 15-36.
- Junior, C. A. & Melo, L. B. (2011) Integração de três conceitos: função executiva, memória de trabalho e aprendizado. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 27(3), 309-314.
- Júnior, P. A. (2022) Os estudos críticos das masculinidades e seus reflexos na produção de conhecimento e na prática da psicologia clínica. In R. M. Souza, P. A. Júnior, & E. L. Defendi (Orgs.). *Ensaio sobre masculinidades na atualidade* (pp. 21-36). EDUC.

- Kahneman, D. (2012). *Rápido e devagar: duas formas de pensar*. Objetiva.
- Kallman, M. (2017). *An Analysis of Michel Foucault's Discipline and Punish*. Routledge.
- Klein, M. (1991). *Inveja e Gratidão*. Rio de Janeiro: Imago.
- Key, L. & Pheiffer, B. (2017). *An Analysis of Ferdinand de Saussure's course in General Linguistics*. Routledge.
- Laqueur, T. (2001). *Inventando o sexo: corpo e gênero, dos gregos a Freud*. Relume Dumará.
- Lefran, J. (2019). *Compreender Nietzsche*. Vozes
- Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002*. Ministério da Justiça.
<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=10406&ano=2002&ato=ac5gXVE5ENnpWT07a>
- Lei nº 3.071 de 1º de janeiro de 1916*. Ministério das Relações Exteriores; Ministério da Justiça.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071impressao.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%203.071%2C%20DE%201%C2%BA%20DE%20JANEIRO%20DE%201916.&text=C%C3%B3digo%20Civil%20dos%20Estados%20Unidos%20do%20Brasil.&text=Art.,os%20princ%C3%ADpios%20e%20conven%C3%A7%C3%B5es%20internacionais.
- Lei nº 9.278 de 10 de maio de 1996*. Presidência da República.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9278.htm
- Lei nº 8.971 de 29 de dezembro de 1994*. Ministério da Justiça.
<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=8971&ano=1994&ato=925kXUU50dJpWTd97>

- Lembke, A. (2022). *Nação Dopamina: Por que o excesso de prazer está nos deixando infelizes e o que podemos fazer para mudar*. Vestigio.
- Lima, S. J. (2018). *Subjetividade e construção do vínculo em famílias monoparentais* (Dissertação de mestrado) Pontifícia Universidade Católica.
- Lobo, A. S. & Miguel, P. V. (2020). “Homem é tudo igual!”: relações de gênero e economia dos afetos no arquipélago de Cabo Verde, África. *Anuário Antropológico*, 45(1), 192-212.
- Luz, J. V. D. (2021). A realidade das famílias monoparentais no Brasil. *JUSBRASIL*.
<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-realidade-das-familias-monoparentais-femininas-no-brasil/945384736>.
- Maciel, T. D. (2017). *A paternidade sob a ótica do afeto* (Dissertação de mestrado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Maggio, R. (2017). *An Analysis of Pierre Bourdieu's Outline of a Theory of Practice*. Macat library.
- Maia, M. M. & Silva, I. I. (2020). *Conceitos básicos de epigenética para universitários*. EDUFRPE.
- Marcondes, D. (2009). *Textos básicos de filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*. Zahar.
- Marcondes, D. (2021). *Textos básicos de linguagem: de Platão a Foucault*. Zahar.
- Martínez, A. M. (2019) Epistemologia Qualitativa: dificuldades, equívocos e contribuições para outras formas de pesquisa qualitativa. In Martínez, A. M.; Rey, F. G. & Puentes, R. V. *Epistemologia Qualitativa e Teoria da Subjetividade: discussões sobre Educação e Saúde*. (pp 47-70). EDUFU.
- Massoni, T. N. (2005). *Epistemologias do século XIX*. Instituto de Física.

- Mayer, T. S; Messias, E. R. & Almeida, C. R. S. (2022). A reforma do pensamento para uma educação “do futuro”: uma perspectiva a partir de Edgar Morin. *Educação & Linguagem*, 25(2), 75-100.
- Melo, I. M. & Silva, A. P. (2022). Homens na literatura brasileira – masculinidades ora negadas, ora incorporadas. *Signótica*, 34, e68087.
- Melo, T. R. (2013). *O que há por trás da norma: uma análise do tratamento da mulher no Direito de Família do Código Civil de 1916 ao de 2002* (Dissertação de mestrado), Universidade Federal da Bahia.
- Menegat, R. (2014). *Introdução à Epistemologia*. Instituto de Geociências, Programa de pós-graduação em geociências.
- Menezes, K. L. & Dias, C. M. (2011, set). Mães doadoras: motivos e sentimentos subjacentes à doação. *Revista Mal-estar e subjetividade*, 11(3), 935-965.
- Miguens, S. (2023). *A filosofia contemporânea: figuras e movimentos*. Edições 70.
- Mizrahi, B. G. (2017). Winnicott, Kohut e a teoria da intersubjetividade: uma psicanálise do pertencimento frente à precariedade contemporânea dos vínculos. *Cadernos de Psicanálise*, 39(36), 11-29.
- Mlodinow, L. (2022). *Emocional: a nova neurociência dos afetos*. Zahar.
- Morais, C. G. & Brambilla, P. (2015). A evolução histórica da instituição familiar e o conceito de família. In (Org.). *Encontro de Iniciação Científica (ETIC)* [Encontro]. Encontro de Iniciação Científica (ETIC).
- Mori, V. D. e Rey, F. G. (2012). A saúde como processo subjetivo: uma reflexão necessária. *Psicologia: teoria e prática*, 14(3), 140-152.
- Morin, E. (2005). *Introdução ao pensamento complexo*. Meridional/Sulina.
- Morin, E. (2005). *Ciência e Consciência* (8 ed.). Bertrand Brasil.
- Motta, M. A. P. (2015). *Mães abandonadas: a entrega de um filho em adoção*. Cortez.

- Muszkat, M. E. (2018). *O homem subjugado: o dilema das masculinidades no mundo contemporâneo*. Summus.
- Nascimento, P. (2016). Beber como homem: Dilemas e armadilhas em etnografias sobre gênero e masculinidades. *RBCS*, 31(90).
- Nascimento, T. C. & Domingues, E. (2019). Édipo Africano: as contribuições de Marie-Cécile e Edmond Ortigues à Etnopsicanálise. In (Org.). *28 Encontro Anual de Iniciação Científica e 8 Encontro Anual de Iniciação Científica Júnior* [Encontro]. 28 Encontro Anual de Iniciação Científica e 8 Encontro Anual de Iniciação Científica Júnior.
- O'Sullivan, M. (2017). *An Analysis of Ludwig Wittgenstein's Philosophical investigations*. Routledge.
- Oliveira, C. T. (2019). *Homem é com "H" maiúsculo: construção da identidade masculina e conflitos da relação intragênero*. Appris.
- Orwell, G. (2007). *A revolução dos bichos*. Companhia das letras.
- Palma, L., Richwin, I. F. & Zanillo, V. (2020). Dispositivos de subjetivação e sofrimento das mulheres: para uma escuta genderada das emoções no campo da psicoterapia. *Caderno Espaço Feminino*, 33(2), 107-130.
- Parker, R. G. (1991). *Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo*. Best Seller.
- Pereira, A. B. M., Conceição, M. I. G. & Martinez, A. M. (2016). Epistemología cualitativa de González Rey: uma forma diferente de análisis de "datos". *Revista Tecnia*, 1(1), 17-32.
- Pinheiro, I. & Álvares, M. L. (2022). Mitos: pilares que sustentam o patriarcado na perspectiva de Simone de Beauvoir. *Revista Científica Gênero na Amazônia*, (7-12), 15-23.

- Pert, C. B. (1999). *Molecules of Emotions: Why you feel the way you feel*. Scribner Book Company.
- Petraglia, I. C. (2001). *Edgar Morin: a educação e a complexidade do ser e do saber*. Vozes.
- Poe, E. A. (2022). *O Retrato Oval (Kindle)*.
- Rago, M. (2020). Epistemologia feminina, gênero e história. In A. Arruda; L. M. Bandeira; M. Rago; M. L. Heliborn & M. O. L. S. Dias (2020) *Em busca de novos caminhos críticos (Pensamento feminista brasileiro)*, Bazar do Tempo.
- Reitter, J. N. (2021). *Édipo Gay, heteronormatividade e psicanálise*. Zagoboni.
- Rey, F. G. (2005). *Pesquisa Qualitativa em psicologia: caminhos e desafios*. Pioneira Thomson Learning.
- Rey, F. G. (2007). As categorias de sentido, sentido pessoal e sentido subjetivo: sua evolução e diferenciação na teoria histórico-cultural. *Psicologia da Educação*, (24), 155-179
- Rey, F. G. (1996). *Problemas epistemológicos de la Psicología*. Academia.
- Rey, F. G. (1997). Tradición y cambio en el desarrollo epistemológico de la psicología. In F. G. Rey, *Epistemología cualitativa y subjetividad* (pp. 1-66). Pueblo y educación.
- Rey, F. G. (2000). Investigación cualitativa en psicología: rumbos y desafíos. In F. G. Rey, *Algunos presupuestos generales del desarrollo de la investigación cualitativa en psicología* (pp. 35.-51). Thomson.
- Rey, F. G. (2019). A Epistemologia Qualitativa vinte anos depois. In Martínez, A. M.; Rey, F. G. & Puentes, R. V, (2019) *Epistemologia Qualitativa e Teoria da Subjetividade: discussões sobre Educação e Saúde*, (pp. 21-46). EDUFU.

- Rocha, G. R., Gomes, A. C. V & Rocha, L. F. S. (Orgs.) (2022). *Epistemologia Feminista e as sombras epistêmicas no sistema de saberes moderno*. Fino Traço.
- Rosnay, J. *A sinfonia da vida: Como a genética pode levar cada um a reger seus destinos*. Planeta.
- Santos, N. C. & Pereira, S. J. (2018). Barba, cabelo e bigode: consumo de masculinidades em barbearias. *RAE- Revista de Administração de Empresas*, 59(3), 183-194.
- Segato, R. L. (2006). *O Édipo brasileiro: a dupla negação de gênero e raça*. In *Série Antropologia*, Unb.
- Silva, G. & Duarte, L. F. (2016). Epigênese e epigenética: as muitas vidas do vitalismo ocidental. *Horizontes Antropológicos*, 22(46), 425-453.
- Silva, M. R. & Piccinni, C. A. (2007). Sentimentos sobre a paternidade e o envolvimento paterno: um estudo qualitativo. *Estudos de Psicologia*, 24(4), 561-573.
- Silva, S. G. (2006). A crise da Masculinidade: Uma Crítica à Identidade de Gênero e à Literatura Masculinista. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 26(1), 118-131.
- Siqueira, T. L. (2008). Joan Scott e o papel da história na construção das relações de gênero. *Revista Ártemis*, 8, 110-117.
- Smith-Laing, T. (2018). *An Analysis of Jacques Derrida's Structure, Sign and Play in the Discourse of human Sciences*. Macat library.
- Soejima, C. S. & Weber L. N. (2008). O que leva uma mãe a abandonar um filho?. *Aletheia*, 28, 174-187.
- Souza, C. L. (2009). Paternidade contemporânea: levantamento da produção acadêmica no período de 2000 a 2007. *Paideia*, 19(42), 97-106.

- Souza, E. C. & Torres, J. F. (2019) A teoria da subjetividade e seus conceitos centrais. *Obutchénie: Revista de Didática e Psicologia Pedagógica*, 3(1), p 34-57.
- Souza, M. B. (2012). Pais que assumiram sozinhos os cuidados parentais de seus filhos. *O portal dos psicólogos (Psicologia.pt)*. 1-18.
- Staudt, A. C. & Wagner, A. (2008). Paternidade em tempos de mudança. *Psicologia: Teoria e Prática*, 10(1), 174-185.
- Strathern, P. (1988). *Einstein e a relatividade em 90 minutos*. Zahar
- Strathern, P. (1997) *Descartes em 90 minutos*. Zahar.
- Strathern, P. (2002). *Derrida em 90 minutos*. Zahar.
- Strathern, P. (2004). *Heidegger em 90 minutos*. Zahar.
- Tachibana, M. & Rezende, G. G. (2020). Como é ser pai numa família monoparental masculina?. *Pensando Famílias*, 24(2), 90-105.
- Temple, G. C. (2018). *Subjetividade no pensamento do século XX: Uma introdução*. Appris.
- Thiry-Cherques, H. R. (2006). Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *Revista de Administração Pública*, 40(1): 27-55.
- Thurler, A. L. (2021). *Pós-patriarcado. Um tempo em construção*. NAU.
- Trevisan, J. S. (2021). *Seis balas num buraco só*. Objetiva.
- Trespach, R. (2021). *A revolução de 1930*. Hapercollins.
- Uziel, A. P. (2002). *Família e homossexualidade: velhas questões, novos paradigmas*. [Tese de doutorado, Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas], Repertório Unicamp.
- Valente, M. B., Medrado, B. & Lyra, J. (2011). Ciência como dispositivo de produção da paternidade: análise de produções científicas brasileiras. *Athenea Digital*,

11(2): 57-72. <https://atheneadigital.net/article/view/v11-n2-valente-medrado-lyra>

Vrahimis, A. (2017). *An analysis of Rene Descartes's meditations on first philosophy*. Routledge.

Welzer-Lang, D. (2001). A construção do masculino: A dominação das mulheres e homofobia. *Estudos Feministas*, 9, 460-482.

Werneck, M. (2012). O Trabalho do Mito: Diálogos entre Freud e Lévi-Strauss. *Psicanálise e linguagem mítica*.

Willie, M.F. N. & Maffei, A. M. M (2014). Mães que entregaram seus filhos para adoção. In Faculdade da Serra Gaúcha (Org.). *I Mostra de Iniciação científica, curso de psicologia da FSG*, [Mostra]. I Mostra de Iniciação Científica, curso de psicologia da FSG.

Winnicott, D. W. (1975). *O Brincar & a Realidade*. Imago.

Yousafzai, M. (2013). *Eu sou Malala: a história da garota que defendeu o direito à educação e foi baleada pelo Talibã*. Companhia das letras.

Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Appris.

Zanello, V. (2022). *A prateleira do amor: sobre as mulheres, homens e relações*. Appris.

Zanello, V., Antloga, C., Pfeiffer-Flores, E. & Richwin, I. F. (2022). Maternidade e cuidado na pandemia entre brasileiras de classe média e média alta. *Revista Estudos Feministas*, 30(2), 1-12.

Zazueta, P. & Stockland, E. (2017) *An Analysis of Joan Wallach Scott's Gender and the Politics of History*. Macat library, Routledge.

ANEXO I – INSTRUMENTO USADO PARA DIVULGAÇÃO DA PESQUISA EM**WHATSAPP**

Frente:



Verso:



ANEXO II – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (MODELO DADO PELO CONSELHO DE ÉTICA)

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “**Família subversiva: monoparentalidade masculina adotiva**” de responsabilidade de **Alexandre Staerke Vieira de Rezende**, estudante de **Mestrado** da Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é identificar com você aspectos da sua experiência de paternidade solo, desde a escolha por adotar, a chegada da criança e suas mudanças de vida. Sendo assim, gostaria de saber se você teria interesse de participar desta pesquisa., gostaria de consultá-lo sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de questionário sociodemográfico a ser preenchido virtualmente e por entrevista semiestruturada com gravação apenas de voz para coleta de informações, sem qualquer gravação de imagem. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa pode implicar em riscos tais como: contato com possíveis aspectos emocionais e psicológicos vulneráveis e dolorosos ao relatar sobre a história familiar, a construção da nova família e os desafios cotidianos referentes a monoparentalidade. Sua participação na pesquisa não implica em riscos físicos.

Estes riscos serão minimizados com as seguintes estratégias: escuta qualificada, suporte emocional, redefinição discursiva, emocional e psicológica das vivências de dor por meio de reconhecimento de aspectos ainda não vislumbrados sobre si e sobre a própria história. E em caso de sofrimento que sinalize sofrimento psíquico significativo você será encaminhado para atendimento em clínica escolar ou popular para receber os devidos cuidados.

Espera-se que com esta pesquisa você possa fazer, por meio da narrativa de sua história pessoal e familiar, conexões que lhe restitua e fortaleçam seu lugar de competência emocional e humana para cuidar de si e de seu(a)(s) filho(a)(s). Falar de si e refletir de forma diferenciada sobre aspectos da própria vida podem gerar níveis positivos e transformadores no que se refere as dimensões emocionais, físicas e somáticas.

Acresce-se ao exposto, que ainda existe muito pouco de conhecimento produzido sobre monoparentalidade masculina e ainda mais adotiva. Por ser menos comum a monoparentalidade masculina adotiva e em caso de sua aceitação por meio desta pesquisa poderá contribuir para compreensão científica sobre a construção da paternidade, suas transformações na vida, nas relações sociais e na própria forma de se ver como homem. Sua participação poderá contribuir, também, para dar maior visibilidade a esta forma de constituição familiar

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone XXXXXXXXXXXX ou pelo e-mail: XXXXXXXXXXXX.

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de relatório, que deverá ser solicitado, caso o (a) participante deseje, pelo e-mail acima. Os resultados poderão ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. As informações com relação à assinatura do TCLE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/CHS: cep_chs@unb.br ou pelo telefone: (61) 3107 1592.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o/a pesquisador/a responsável pela pesquisa e a outra com você.

Brasília, _____ de _____ de _____

Assinatura do/da participante

Alexandre Staerke Vieira de Rezende

ANEXO III – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE GRAVAÇÃO DE VOZ PARA FINS DE PESQUISA (MODELO DADO PELO CONSELHO DE ÉTICA)

Eu, _____, autorizo a utilização e gravação de voz, na qualidade de participante/entrevistado/a no projeto de pesquisa intitulado **Família subversiva: monoparentalidade masculina adotiva**, sob responsabilidade de **Alexandre Staerke Viera de Rezende** vinculado ao **Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília**.

Minha gravação de voz pode ser utilizada apenas para análise de dados para pesquisa acima relacionada, para produção científica, publicação em revista, artigo ou livro e apresentação em conferências acadêmicas ou em atividades educacionais mantendo-se sempre o anonimato e preservação de minha identidade.

Tenho ciência de que não haverá divulgação de gravação de voz por qualquer meio de comunicação, sejam eles televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e à pesquisa explicitadas acima. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação às imagens e som de voz são de responsabilidade do pesquisador responsável.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, da minha imagem e som de voz.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável pela pesquisa e a outra com o participante.

Assinatura do participante

Alexandre Staerke Vieira de Rezende

Brasília, _____ de _____ de _____

ANEXO IV – ORIENTAÇÃO VERBAL

Prezado: Esta pesquisa faz parte de um estudo de Mestrado e tem por finalidade identificar as peculiaridades e desafios referentes a paternidade solo, desde a decisão de constituição de uma família adotiva, ao processo, chegada da criança e as experiências vividas no ato de cuidar e educar. Gostaria de lembrá-lo que a participação nesse estudo é voluntária e que você pode decidir não participar ou desistir de participar da pesquisa a qualquer momento. Quero ressaltar que todas as informações que permitam identificá-lo serão omitidas para garantir sua privacidade e sigilo. Na divulgação dos resultados desta pesquisa sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Participando da pesquisa, você contribuirá para a compreensão da paternidade solo adotiva, e, portanto, para visibilidade desta constituição familiar e para a produção de conhecimento científico.

ANEXO V – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS
GOOGLE FORMS

1. *Identificação por Iniciais ou nome fictício:* _____

2. *Como você se identifica em relação à orientação sexual:*

Bissexual

Homossexual Heterossexual

Outro _____

3. *Como você se identifica em relação à raça/etnia:*

Branca

Amarela Indígena Parda

Preta

4. *Data de Nascimento:* ____/____/____

5. *Naturalidade:* _____

6. *Escolaridade:*

alfabetizado fundamental médio

superior/graduação pós-graduação

Estado civil:

solteiro/a casado/a

união estável separado/a

divorciado/a viúvo/a

Filhos/as:

0

1

2

3

outros ____ Idades dos filhos (as) ____

Ocupação:

Atual_

Condições (tipos de vínculos empregatícios): _

7. Renda:

Renda média_____

Renda média familiar_____

8. *Moradia:*

Reside com quem? _____

Possui casa própria? _____

Qual bairro você reside? _____

9. *Redes de apoio:*

Psicoterapia:

() Sim

() Não

Família:

() Sim

() Não. Quem? _____

Escola:

() Sim

() Não Amigos:

() Sim () Não. Quem? _____

Vizinhos:

() Sim

() Não.

Quem?

Babá:

() Sim

() Não

Quem? _____

Empregada:

() Sim

() Não

Quem? _____

10. Religião e/ou religiosidade e/ou filosofia de vida: _____

11. Outras informações:

ANEXO VI – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Linha da vida – identificar história familiar

1.O desejo de ser pai

1. Apresentação (nome, idade, localidade de moradia)
2. Quando surgiu o desejo de ser pai?
3. Quando se imaginava como pai, você se imaginava sozinho ou com alguém?
4. Você sempre quis ser pai adotivo ou sonhava em ser pai biológico?
5. Quando surgiu a ideia da paternidade adotiva?
6. O que fez você decidir por ser pai solo?

2. Preparação para uma paternidade

1. Como foi o processo de entrada na Vara de Infância com solicitação de adoção?
2. Como era perfil desejado e por quê?
3. Quanto tempo você esperou e como viveu está espera?
4. Você chegou a preparar sua família núcleo para vinda desta criança?
5. Você recebeu apoio de alguém?
6. Como você imaginava que seria essa criança?
7. Como você imaginava a relação com ela?

3. Chegada de uma paternidade

1. Como foi receber a notícia que havia uma criança?
2. Você chegou a não querer alguma criança que tinha aparentemente o perfil esperado?
3. O que mudou para você quando aceitou conhecer a criança?
4. Você já se via como pai?
5. Como foi concretizar a criança esperada?
6. Como foi a chegada e adaptação da criança a família?

4. A trajetória da paternidade

1. Que tipo de expectativas você tinha antes da criança chegar?
2. O que mudou para você com a convivência?
3. Quais momentos chave você considera que tenham sido mais desafiadores?
4. Como fez para cuidar do(a) filho(a)?
5. Como você teve que reorganizar vida?
6. Quem é cotidianamente responsável pelos cuidados e educação do(a) filho(a)?
7. Que tipo de organização foi necessária em sua vida para assumir o papel de pai?
8. O que mudou na sua vida cotidiana com o(a) filho(a)?
9. O que mudou dentro de você no que se refere a essa nova experiência?
10. Como você acha que as pessoas passaram a te ver depois que virou pai?
11. Como você define a sua relação com o(a) filho(a)?

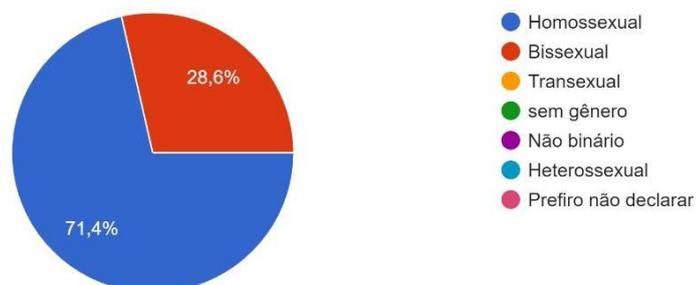
5. Vislumbrando o futuro

1. Você conseguiria hoje ver sua vida sem a paternidade?
2. Como você ao olhar para trás se enxerga como sujeito hoje?
3. O que mudou na sua vida? 4. Quem você se tornou depois de ser pai?
5. Quais aprendizados você sente que foram fundamentais?
6. Como você vê o futuro relacional entre você e seu(sua) filho(a)?

ANEXO VII – RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

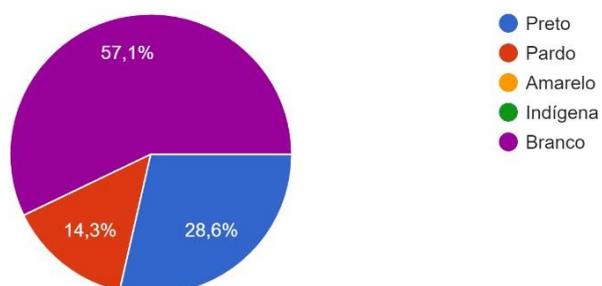
Como você se identifica em relação a sua orientação sexual

7 respostas



Qual sua cor de pele conforme as categorias dadas pelo IBGE

7 respostas



Qual sua data de nascimento? 7 respostas

17 mar. de 1963

10 mai. de 1965

23 set. de 1977

23 out. de 1978

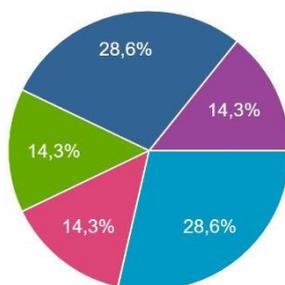
26 mar. de 198

15 jun. de 1983

1 mar. de 1990

Qual seu grau de escolaridade?

7 respostas

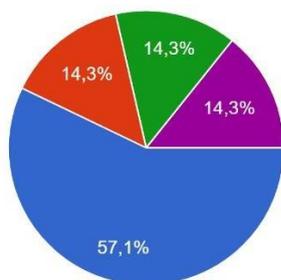


- Alfabetizado
- Ensino Fundamental (antigo primeiro grau)
- Ensino Médio (antigo segundo grau)
- Curso técnico
- Cursando curso técnico
- Curso superior completo
- Cursando curso superior completo
- Mestrado

▲ 1/2 ▼

Qual seu estado civil?

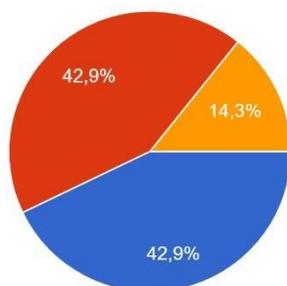
7 respostas



- Solteiro
- Namorando
- Casado
- Divorciado
- Separado
- União estável (relacionamento de 5 anos ou mais)
- Viúvo

Qual sua ocupação atual?

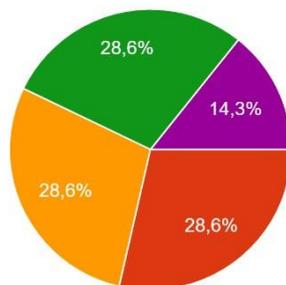
7 respostas



- Servidor público
- Iniciativa privada
- autônomo
- desempregado

Qual sua renda média mensal?

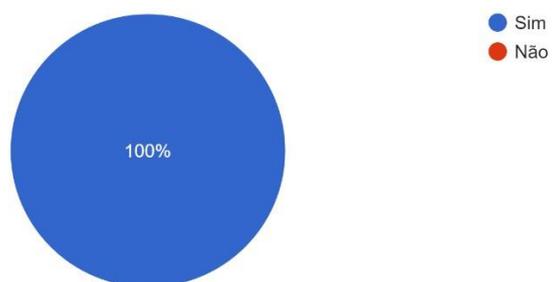
7 respostas



- até R\$ 1.320,00
- de R\$ 1.320,00 a R\$ 5.000,00
- de R\$ 5000,00 a R\$ 10.000,00
- de R\$ 10.000,00 para mais
- prefiro não declarar

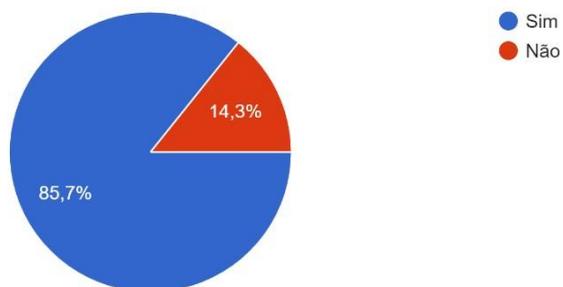
Atualmente a renda que sustenta você e seu(sua) filho(a)(s) é somente a sua?

7 respostas



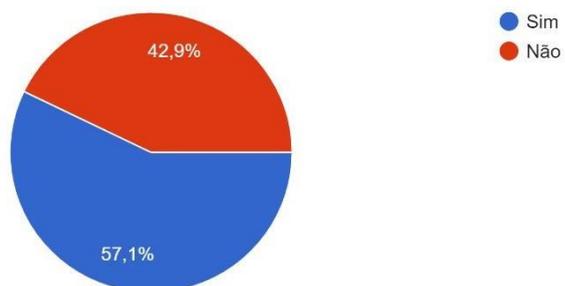
Você tem carro?

7 respostas



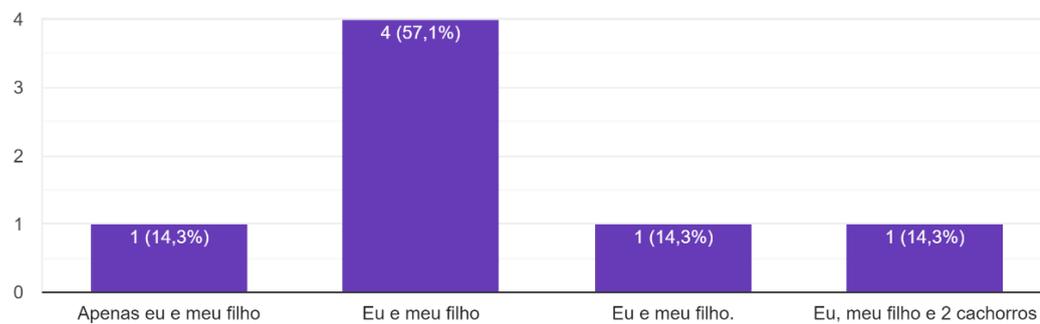
Você tem moradia própria?

7 respostas



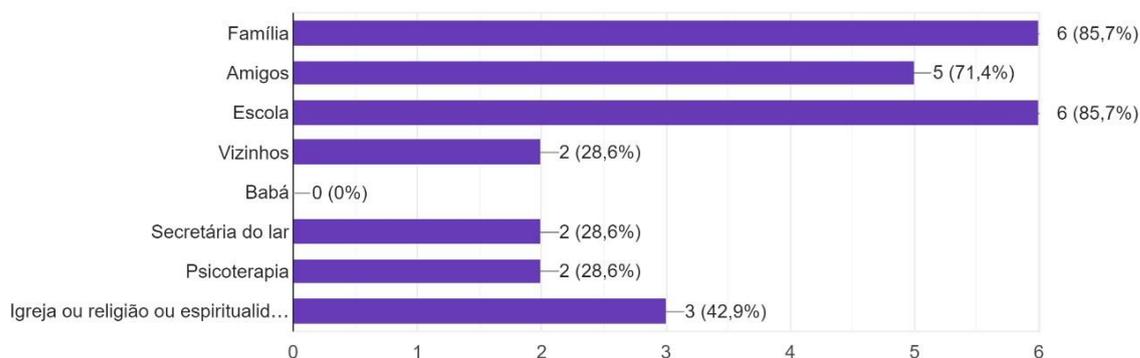
Quem reside na mesma casa?

7 respostas



Quem você considera sua rede de apoio? (todos aqueles que viabilizam o cuidado e segurança da criança além de você)

7 respostas



Quais figuras femininas representam rede de apoio para você? 7 respostas

Minha irmã, minha empregada doméstica e minha mãe irmã, cunhada e sobrinhas

Professoras

Madrinha, avó e amigas

Secretária do lar

Minha irmã, psicóloga e amigas

Minha irmã, a madrinha do meu filho e amigas

Quais figuras masculinas representam rede de apoio para você? 7 respostas

Meu namorado irmãos e amigos

Professores

Padrinho, tios do ciclo de criação, meus amigos. Como alguns familiares e amigos

Amigos

O padrinho do meu filho e amigos

Qual ou quais pessoas foram as que mais te ajudaram na criação do seu(sua)(s) filho(a)(s) 7 respostas

Minha ímã e meu namorado

Meu ímão e minha cunhada

Na criação ninguém.

Compadre, meus amigos e os religiosos

Alguns familiares e amigos

Um casal de amigos psicólogos

Minha irmã, o padrinho, a madrinha, amigos e a escola

Sobre seu filho

Qual a cor de seu filho ou filha? (opções: preto, pardo, indígena, amarelo e branco) 7 respostas

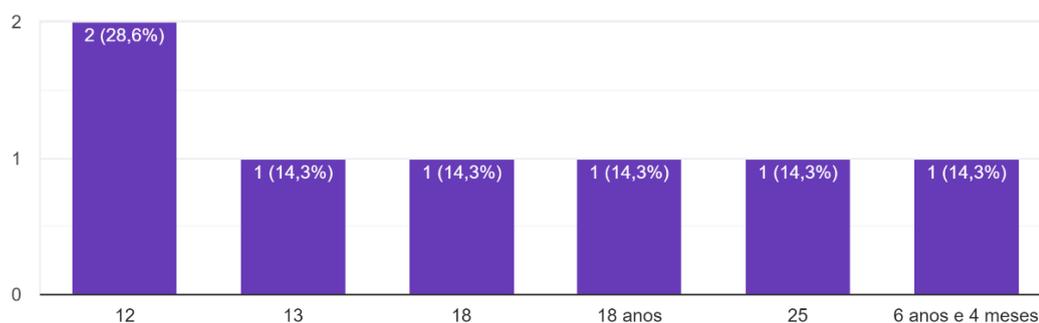
Preto
 Pardo juridicamente
 Pardo socialmente
 Preto
 Perto
 Pardo
 Moreno
 Branco
 Preto

Com que idade você o(a) adotou? 7 respostas

11
 10
 1 ano e 5 meses.
 11 anos
 Ele tinha 05 anos
 9 anos
 10 anos

Qual idade atual de seu filho ou filha(s)?

7 respostas



Algumas informações básicas sobre sua experiência como pai.

não

Um hotel não aceitou nosso check-in porque eu não tinha documentos dele com meu sobrenome, e me perguntou se eu "conhecia os pais dele"

Ao fazer um teste de COVID em uma farmácia, a atendente se negou a realizar porque "precisava" ter o nome da mãe no documento. Eu fui a outra farmácia da mesma rede e realizamos o exame sem problema algum.

Em geral, mães na família, na escola e na sociedade acham que um homem não tem capacidade orgânica em detectar a necessidade de uma criança.

Se eu tinha vergonha de ser homem e cuidar de uma criança preta.

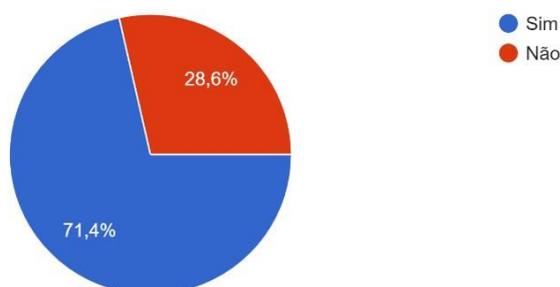
Foram várias experiências

Quais dos momentos um dos mais marcantes que já viveu com seu(sua)

filho(a)? 7 respostas

Você já sentiu algum tipo de preconceito por ser pai solo?

7 respostas



e sim relate o que se passou; caso não, apenas escreva não no espaço

abaixo. 7 respostas

Qual um dos maiores desafios vividos por você? 7 respostas

Conciliar os horários e terapias dele com meu trabalho e ocupações pessoais A fase em que ele testava o meu amor por ele

Querer dar conta de tudo, sem que precise da ajuda ou da interferência de terceiros na manutenção da minha família.

Da sociedade ao olhar o RG e ver que falta o nome da Genitora.

Fazer com que as pessoas nos reconhecessem e nos respeitassem como família. Crises na escola e o diagnóstico dele de ROD, Transtorno Opositor Desafiador, no ano passado

A adaptação escolar do meu filho